

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC – SP

Luciana Silva Leal

Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e o processo de
escolarização de mulheres negras na Primeira República (1889 – 1910)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Daniel Ferraz Chiozzini.

São Paulo

2017

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Sempre acreditei que a fase dos agradecimentos seria a mais fácil de todas as etapas realizadas durante este percurso. No entanto, ao começar escrevê-los, percebi que não é tão fácil assim. Ao longo desta trajetória, muitas pessoas contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e corro o risco de deixar de agradecer a alguém. Contudo, agradeço:

Em primeiro lugar a essa força transcendental que muitos chamam de Deus, que em vários momentos me deu coragem e determinação para enfrentar as dificuldades que surgiram ao longo da vida.

À minha mãe Rita, mulher negra que durante muitos anos de sua vida trabalhou como empregada doméstica, repetindo a si mesmo todos os dias que os filhos teriam uma trajetória diferente e estudariam muito, pois a “a maior herança que os pais podem deixar aos filhos é a educação”.

Ao meu marido Ricardo e ao meu filho Luiz Gustavo por estarem ao meu lado durante todo este percurso. O amor e a compreensão deles foi o meu alicerce e o meu alimento para a alma.

Aos irmãos Marcelo e Daniela Leal pela compreensão e paciência.

Às irmãs do coração Daniela Dutra, Marília e Rosemeire, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida, me incentivando e apoiando.

Aos professores doutores Alda Junqueira Marin, Carlos Giovinazzo Júnior, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Kazumi Munakata e Mauro Castilho, do programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao coordenador do curso prof. dr. José Geraldo, ou carinhosamente o Zé, que me apoiou em um dos momentos mais dolorosos da minha vida, não permitindo que eu desistisse.

Ao meu orientador prof. dr. Daniel Ferraz Chiozzini pelas ricas contribuições, pela compreensão, paciência e apoio fundamental não só na pesquisa, mas também diante das intercorrências dolorosas da vida.

Aos professores doutores Helenice Ciamp e Juliano Sobrinho que, ao aceitarem participar da minha banca de qualificação, trouxeram contribuições significativas que enriqueceram este projeto.

À Elisabete Adania, a Betinha pelo seu excelente trabalho como secretária do programa, mas principalmente pela amizade e carinho.

Aos colegas do programa, em especial Amanda Haydn e Thatiane Coutinho, que me presentearam com uma sincera amizade. Sem elas teria sido muito mais difícil.

Ao frei Reinaldo Parisi Neto, que antes de mim pesquisou a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e, no entanto, não só me incentivou como também fez todo o possível para que as irmãs me recebessem e permitissem a pesquisa.

À irmã Rossana e as demais irmãs da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, por terem me recebido em seu lar e permitido que eu pudesse não só pesquisar, mas também conviver ao lado delas. E assim como fazem há 146 anos abriram as portas de sua casa para mais uma mulher negra realizar seus estudos.

Ao Museu Imperial de Petrópolis na figura da pesquisadora Fátima Argon.

Às ricas contribuições de Tarcila Lucena, das mestras Bianca Lucchesi e Patrícia Miranda e da doutora Daniela Portela.

Aos colegas e amigos da Emef Dr. Afrânio de Mello Franco, pelo incentivo e, principalmente, por terem compreendido a minha ausência.

Aos meus alunos, em especial às alunas negras que me inspiraram a realizar este trabalho.

Às agências de fomento CNPq e CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

E por fim agradeço ao meu pai que quando percebeu que eu estava prestes a desistir do meu sonho por causa do seu grave estado de saúde, saiu de cena para que eu pudesse continuar.

Dedico este trabalho aos amores da minha vida meu
filho Luiz Gustavo, meu marido Ricardo, meus
afilhados João Felipe e Antonella, e minha mãe Rita.

Em especial, à memória de meu pai Coriolano.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a história da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo – instituição voltada para meninas carentes que funciona ininterruptamente até os dias atuais – e o processo de escolarização das alunas negras no início do período republicano. Fundada no município de Petrópolis em 1871 por João Francisco de Siqueira Andrade, o Padre Siqueira, a escola tinha como objetivo amparar e instruir as órfãs de guerra e também as ingênuas, termo utilizado como referência às crianças livres nascidas de mãe escravizada, a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre em setembro de 1871. A pesquisa investigou o empreendimento de Padre Siqueira, retratando o trabalho de construção de uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 1996) pelo religioso e que garantiu a sobrevivência da instituição. Também buscou-se descrever os padrões morais que regiam o papel da mulher no Brasil em seus primeiros anos de república e como isso refletia na educação feminina. Visando compreender como se deu a escolarização das mulheres negras no período republicano, investigou-se quem eram as alunas que frequentaram a Escola Doméstica na época, de onde vinham e qual o conteúdo escolar a que tinham acesso. As fontes utilizadas foram a documentação da escola, jornais de época e bibliografia de referência relacionada à escola e seus diretores.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares, Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, Escolarização de Mulheres Negras, Pós-Abolição, Petrópolis-RJ.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the history of Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo – an institution dedicated to underprivileged girls running uninterruptedly since the nineteenth century up to the present day – and the schooling process of black students at the beginning of the Republican period. Founded in 1871 by João Francisco de Siqueira Andrade, a.k.a Father Siqueira, in the municipality of Petrópolis, the school's main goal was to protect and educate orphans of war and also the naive ones, a term used to designate the free children born of enslaved mothers from the promulgation of the Free Womb Law in September 1871. This research investigated Padre Siqueira's enterprise portraying its work of building a sociability network (SIRINELLI, 1996) through religion, which guaranteed the survival of the institution. It also sought to describe the moral standards which governed the role of women in Brazil in the early years of the Republic and how that reflected on female education. Aiming to understand how the schooling of black women in the Republican period occurred, as investigation was done on who were the students who attended the Domestic School at that time, where they came from and what learning content they had access to. The sources used were the documentation provided by the school, periodicals and reference bibliography related to the school and its principals.

Keywords: History of School Institutions, Nossa Senhora do Amparo Domestic School, Schooling of Black Women, post-abolition, Petrópolis-RJ.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Os negros petropolitanos e a educação feminina no século XIX	16
1.1. Do Caminho Novo nasce Petrópolis.....	16
1.2. A mulher negra no século XIX.....	22
1.3. A escolarização no final do século XIX	28
Capítulo 2 – Uma instituição educacional católica para mulheres na “Cidade de Pedro”	33
2.1. A Escola Doméstica, uma ideia.....	33
2.2. “A Escola Doméstica já não é uma ideia, mas sim uma realidade”	45
2.3. O Amparo além dos muros.....	52
2.3.1. <i>Asilo Isabel</i>	54
2.3.2. <i>O Colégio Dona Carolina Tamandaré</i>	56
2.3.3. <i>O Asilo Furquim</i>	60
2.3.4. <i>O Asilo Porciúncula</i>	61
2.4. O regime mudou e o Amparo continuou	63
Capítulo 3 –Madre Francisca educando meninas negras.....	67
3.1. A educadora Francisca Narcisa de Siqueira	67
3.1.1. <i>A diretora Francisca Narcisa de Siqueira</i>	70
3.1.2. <i>A diretora irmã Francisca de Nossa Senhora das Dores</i>	72
3.2. As alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.....	76
3.2.1. <i>A identidade das alunas negras do Amparo</i>	81
3.2.2. <i>Ex-alunas negras que se tornaram professoras</i>	92
3.3. O que era ensinado às alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	95
Considerações finais.....	101
Referências bibliográficas	105
Anexo 1: Alunas matriculadas na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo entre os anos de 1889 e 1910	113
Anexo 3: Documentos da alunas negras matriculadas entre os anos de 1889 e 1910..	127
Anexo 4: Capas dos relatórios	137

Introdução

Apesar de ter passado mais de um século do fim da escravização negra no Brasil, ainda há um abismo a ser vencido pelas mulheres negras (pretas e pardas). Além das diferenças em relação aos homens, suas condições de vida quando comparadas às das mulheres brancas ainda estão longe de ser equivalente. É uma dupla desigualdade. Segundo Censo Demográfico 2010, produzido pelo IBGE, enquanto 6,71% das mulheres negras concluíram o ensino superior, entre as mulheres brancas esse número é de 17%, quase três vezes maior. De acordo com a técnica de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Tatiana Dias Silva (2013, p. 109), autora do artigo “Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda”:

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

Diante de dados tão preocupantes, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, comecei a realizar pesquisas que me ajudassem a entender por qual razão o número de mulheres negras ainda é pequeno nos cursos superiores, já que sendo professora de História na rede municipal de São Paulo percebia a presença significativa de alunas negras. A ideia era analisar a trajetória delas para entender em que momento deixavam os bancos escolares, bem como as razões que as levavam a isso. Comecei a buscar na historiografia da educação trabalhos que fizessem referência à escolarização¹ de mulheres negras. Cursando a disciplina História da Educação Brasileira I, ministrada pela professora dra. Circe Bittencourt, tive contato com o trabalho do autor Marcus Vinícius Fonseca, *Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica*. No livro, Fonseca defende a ideia de que o processo de formação do trabalhador escravizado² pode ser entendido como uma prática educativa. Cursando a disciplina História do Ensino Secundário com o meu orientador o prof. dr. Daniel Ferraz Chiozzini, tive contato com o trabalho de Rosa Fátima de Souza *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e*

¹ A pesquisa trabalha com o termo “escolarização”, pois esta refere-se à educação fornecida por uma instituição formal. Já que temos conhecimento que educação pode ocorrer das mais variadas formas.

² Utilizamos o termo “escravizado” em conformidade com os estudos do prof. dr. Kabengele Munanga que afirmam que nenhum negro nasceu escravo, até que viesse alguém e o escravizasse.

secundário no Brasil), no qual a autora analisa, entre outras coisas, elementos da cultura republicana que passaram a incorporar a organização escolar. Comecei a observar que entre os trabalhos de Fonseca e Souza e a situação atual das mulheres negras na educação havia uma lacuna. Continuei, então, pesquisando com o objetivo de preenchê-la, buscando elucidar a trajetória educacional e o contexto social das meninas negras ao longo do século XX. Durante a busca por referenciais teóricos, observei que, após a abolição da escravatura e início da Primeira República, poucos trabalhos mencionavam a escolarização dos negros, e esse número se tornava menor em relação às mulheres negras. A observação torna pertinente uma pesquisa sobre esse assunto, sobretudo por não haver trabalhos sobre o tema, conforme assevera Portela (2012, p. 9):

O tema é relevante em pesquisas do campo da historiografia educacional e da história da infância brasileira, no sentido que visa contribuir com o número, ainda escasso, de pesquisas sobre a temática da história da criança negra.

O recorte temporal parte da premissa de que, nas duas primeiras décadas após a abolição da escravatura e início da Primeira República, havia uma quantidade significativa de crianças e jovens filhos de ex-escravizados em idade escolar, sendo os pais, e não mais o senhor, os responsáveis pela educação dessas crianças. Diante dessa nova realidade, é importante compreender como funcionou o processo de escolarização dos negros, e em especial das mulheres, no período em que se discutia a educação como instrumento de moralização e civilização do povo (SOUZA, 1996, p. 24) e alternativa de inserção do negro na sociedade “civilizada”.

Mesmo que o recorte temporal desta pesquisa seja a partir da abolição da escravatura, há a necessidade de mencionar que a instrução do cidadão brasileiro passou a ser seriamente discutida após a Independência do Brasil, pois se fez necessário instruir os súditos, inculcando-lhes o sentido de nação. Antes de mais de nada, no entanto, era preciso estabelecer quem poderia ser considerado cidadão. Para Gondra e Schueler (2008, p. 31):

De acordo com a Carta Magna, os critérios fundamentais para o exercício dos direitos do cidadão, civis e políticos, passavam pela posse dos atributos mais caros ao liberalismo clássico: a liberdade e a propriedade. Critérios que, de início, excluía os escravos, que, até os anos 1850 representaram, em termos quantitativos, a maior parcela da população do Império.

Fica subentendido, segundo a Carta Magna, que aos escravizados era vedado o direito à educação, e como até 1850 eles representavam a maioria da população brasileira, isso significa que a instrução não foi pensada para os negros.

De acordo com Florestan Fernandes (1978, p. 15), “o liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes”. Alguns trabalhos sobre a época afirmam que houve uma exclusão dessa parcela da sociedade, como asseverou Maria Luiza Marcílio (2005, p. 118): “o negro saía da escravidão física para entrar na escravidão moral. É por essas razões que nenhum negro sobressai no regime da República Velha”. Apesar de pesquisas atuais contradizerem a afirmação de Marcílio de que nenhum negro se sobressaiu nos primeiros anos do Brasil República, como veremos no Capítulo III, não podemos negar que havia uma exclusão e que esta se evidenciava “sobretudo na educação que era constituída para as elites, limitando o acesso às mulheres e excluindo a população negra, indígena e as camadas populares” (SOUZA, 2008, p. 108).

As afirmações de Fernandes (1978), Marcílio (2005), Souza (2008), Gondra e Schueler (2008) instigaram uma investigação do modo como funcionava o acesso dos negros, no caso desta pesquisa, das mulheres negras, aos bancos escolares. Saber se estudavam, onde estudavam e que tipo de educação recebiam. Já que, de acordo com Muller (2008, p. 120), “estudos recentes têm demonstrado, a partir de rico material de fontes primárias, a presença de alunos negros nas escolas [...] no final do século XVIII e durante todo o século XIX”. Diante dessa afirmação, trabalhos que fizessem referências à escolarização de negros e à escolarização feminina começaram a ser analisados.

O primeiro trabalho analisado foi a pesquisa de Marcus Vinícius Fonseca (2002) *A educação dos negros – uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. O trabalho de Fonseca se propõe analisar práticas educacionais em relação aos negros e que foram apresentadas como essenciais para o encaminhamento da abolição do regime escravista no Brasil, durante os anos de 1867 a 1889, enfatizando a Lei do Ventre Livre.³ Fonseca conclui a sua investigação, afirmando:

Ao contrário do que se possa pensar em relação à educação enquanto mecanismo de uma possível promoção social dos negros em uma sociedade livre e de um discurso transformador, o que encontramos

³ A proposta declarava de condição livre os filhos de mulher escravizada nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de 8 anos. A partir dessa data, os senhores podiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até ele completar 21 anos (FAUSTO, 2009, p. 121).

foi a construção de sofisticadas estratégias de dominação, cujo aspecto mais relevante foi a tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com a sociedade escravista. (FONSECA, 2002, p. 184)

Nessa mesma linha segue a dissertação de mestrado *Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)*, de Daniela Fagundes Portela, que, como Fonseca (2002), não se refere apenas às meninas e se dedica a um período anterior ao que se propõe esta pesquisa. No entanto, o trabalho nos ajuda a compreender como a educação dessas crianças era pensada no final do século XIX, e mostrando que não havia um plano de ação que contemplasse a população negra:

A província [...] foi omissa em relação ao atendimento das crianças negras, não apenas por mantê-las nas fazendas após o período determinado pela lei, por suprimir o direito dessas crianças em acompanhar suas mães libertas, mas principalmente por relegá-las a um lugar de invisibilidade e por perpetuar esse abandono por um longo tempo. (PORTELA, 2012, p. 154)

A partir das considerações dos trabalhos de Daniela Portela e Marcus Vinícius Fonseca de que não havia iniciativas por parte do Estado em relação ao atendimento de dos negros, passei a analisar pesquisas que fizessem referências a instituições educacionais particulares, principalmente as confessionais, pois fazia parte do carisma destas o amparo e a educação de crianças pobres. Porém a obra de Maria Aparecida Felix do Amaral Silva *A educação das mulheres no Vale do Paraíba através da ação das irmãs salesianas: o Colégio do Carmo de Guaratinguetá: 1892-1910* aponta objetivo contrário a proposta inicial de seus inspiradores Dom Bosco e Madre Mazzarello, conforme esclarece a autora:

Os salesianos e as salesianas, inspirados em seus fundadores, Dom Bosco e Madre Mazzarello, eram religiosos educadores italianos, que tinham uma missão educativa voltada para a infância e juventude pobre e marginalizada, por meio da prática dos Oratórios Festivos. Entretanto, ao longo dos quatro anos de construção do Colégio, essa proposta muda de rumo, e em 1892 o Colégio se instala em Guaratinguetá, como um internato pago, para meninas das famílias com posses, filhas da aristocracia rural do Vale do Paraíba e em especial de Guaratinguetá. (SILVA, 2001, p. 115-6)

Diante da afirmação de Silva (2001), tornou-se importante compreender o objetivo do Oratório Festivo no Colégio do Carmo em Guaratinguetá, já que o atendimento destinado às meninas pobres era feito através dele, para definir se a

instituição poderia se tornar o nosso objeto de investigação. Porém, no próprio trabalho de Silva (2000, p. 94-5) ficam claros os objetivos do Oratório Festivo do Colégio do Carmo:

As atividades do Oratório ocorriam aos sábados e domingos, no período da tarde, entre duas e três horas, e constavam de estudo do catecismo e atividades recreativas no pátio do Colégio, com a presença das irmãs e assistentes. A proposta do Oratório era meramente assistencial e educativa, não incluindo, portanto atividades de escolarização.

Ou seja, mesmo instituições em tese voltadas para a população carente fugiam do processo de escolarização dessa população. O que foi constatado durante pesquisa empírica em algumas instituições salesianas na cidade de São Paulo, como o Liceu Coração de Jesus e o Colégio de Santa Inês, ambos situados no bairro do Bom Retiro, região central da cidade. O primeiro a ser visitado foi o Liceu, colégio inaugurado em 1881 para atender exclusivamente meninos. Verificando as fotografias da instituição, nota-se a presença significativa de alunos negros. Seguindo essa linha, busquei documentação que comprovasse a educação de meninas negras no colégio destinado à educação feminina, o Santa Inês, inaugurado em 1907. Ao visitar o arquivo da escola e analisar várias fotografias e algumas certidões de nascimento, ficou evidente o não atendimento às meninas negras. Não podemos dizer que foi um colégio destinado apenas à educação de meninas da elite como o Guaratinguetá, mas as alunas pobres atendidas eram as filhas dos imigrantes italianos.

Durante a finalização da disciplina História dos Livros e dos Materiais Didáticos, ministrada pela profa. dra. Circe Bittencourt, foi solicitada uma pesquisa referente a dissertações ou teses que abordassem práticas educativas e que se relacionassem com a nossa pesquisa. Foi desse modo que tive contato com a dissertação *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*, de Reinaldo Parisi Neto (2003). Buscando mais informações sobre a instituição, descobri que ela ainda existe e funcionava desde 1871.

Como já mencionado anteriormente, há uma escassez de pesquisas referentes à educação dos negros no final do século XIX e início do século XX, principalmente à educação de mulheres negras. Grande parte das pesquisas encontradas geralmente aborda o período entre a Lei do Ventre Livre (1871) e Abolição da Escravatura (1888),

porém referindo-se aos negros de uma forma geral, tendo como pano de fundo o destino das crianças livres de mães escravizadas, como *A educação dos negros – uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*, de Marcus Vinícius Fonseca (2002); *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*, de Reinaldo Parisi Neto (2003); e *Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)*, de Daniela Fagundes Portela (2010). Até porque existe uma considerável documentação, fruto das discussões do período, o que deixa de acontecer após a abolição, como assevera Teixeira (2016, p. 168):

A partir da abolição da escravatura e, em seguida, da proclamação da República, as discussões sobre educação dos negros desaparecem do periódico da imprensa branca. Não vemos mais os acalorados debates presentes até 1888. É como se os “ingênuos” de outrora tivessem sido sublimados e simplesmente desaparecido junto com a escravidão.

Sendo assim, a dissertação de mestrado de Reinaldo Parisi Neto sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, localizada em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, trouxe novas possibilidades de pesquisa, pois analisou as práticas educativas ministradas para meninas *desvalidas* e *ingênuas* (em uma instituição que nunca havia parado de funcionar desde 1871), sendo estas filhas de mães escravizadas que passaram a ser admitidas pela instituição a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre.

Em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, entram em cena as ingênuas [...]. Seriam enviadas para lá, conforme determinação do governo e de comum acordo com a direção da instituição, mediante uma contribuição pecuniária destinada à manutenção das meninas. (PARISI NETO, 2003, p. 18)

Levando em consideração o recorte temporal de Parisi Neto, que finaliza em 1889, e pelo fato de seu objeto de estudo, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, estar em funcionamento até os dias atuais, tive a ideia de visitar a instituição. Devido à rica documentação, hoje preservada em um espaço chamado de a Sala Histórica,⁴ a pesquisa foi direcionada para a cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, com objetivo de encontrar evidências que possibilitassem não apenas identificar

⁴ A Sala Histórica é um salão com amplo espaço que foi destinado para guardar o conjunto documental produzido desde a fundação da Escola Doméstica.

a cor das meninas recebidas pela instituição entre os anos 1889 a 1910, período que recorta esta pesquisa, mas compreender como se deu sua escolarização se a cor da pele foi um fator a ser considerado nesse processo.

O requisito básico para ser aceita pela escola é a condição social, do mesmo modo que acontecia na época de sua fundação. As irmãs que administram a escola atualmente fazem questão que seja mantida a identidade inicial da instituição: o amparo e a instrução de meninas pobres. À frente da instituição durante o período pesquisado esteve Francisca Narcisa de Siqueira, sobrinha do Padre Siqueira, a irmã Francisca de Nossa Senhora das Dores, chamada carinhosamente de “mamãezinha”⁵ pelas alunas e pelos funcionários da escola. Francisca administrou a instituição até 1931, ano de sua morte. Nesse período, as práticas pedagógicas eram desenvolvidas por ela, segundo as fontes, sempre a luz do seu tio, o fundador, Padre Siqueira.

As meninas entravam na escola a partir dos seis anos de idade em média, porém não era raro entrarem mais novas ou mais velhas. Esse fator era determinado a partir das circunstâncias⁶ pelas quais a menina ingressava à escola. De acordo com Parisi Neto (2003), as meninas só poderiam sair por conta própria a partir dos 21 anos. Antes dessa idade, a saída só era permitida a partir de requisição de retirada, feita pela família da menina ou por alguma família interessada em tê-la trabalhando em sua residência, ou ainda para contrair matrimônio.

Conforme já mencionado, o trabalho de Reinaldo Parisi Neto trouxe a possibilidade de abordar a instituição por outra perspectiva, já que nunca parou de funcionar desde 1871, ainda escolarizando meninas carentes. Pudemos então inferir que o Amparo recebeu mulheres negras e as escolarizou no período posterior a Abolição da Escravatura.⁷ Desse modo, o contexto social no qual estavam inseridas as mulheres negras passa a ser diferente. A partir de 13 de maio de 1888, não podemos mais nos referir aos filhos de mulher escravizada como ingênuos, como aparecem nas pesquisas de Fonseca (2002), Parisi Neto (2003) e Portela (2010), pois a situação legal de seus pais se tornava outra. Não eram mais ingênuos, nem suas mães, libertas ou escravizadas. “Era fundamental afirmarem-se como ‘livres’ e não mais como ‘libertos’” (MATTOS, 2013). Após 13 de maio de 1888, encerra-se definitivamente a discussão sobre qual

⁵ Origem do apelido, ver terceiro capítulo.

⁶ Ordem judicial, solicitação do padre, do bispo, bem como de pessoas não religiosas, porém influentes no estado do Rio de Janeiro, conforme documentação pesquisada na Sala Histórica da instituição.

⁷ Essa inferência baseia-se no fato de, atualmente, a escola receber um grande número de meninas negras, como foi possível verificar durante a investigação empírica no mês de abril de 2016

denominação utilizar para se referir aos filhos de mãe escravizada, nascidos a partir de 1871: “apelido que provocou controvérsia acirrada durante o processo de discussão da lei de 1871” (CHALHOUB, 2003, p. 266). É claro que a controvérsia não se dava exclusivamente em relação à denominação. A forma como seriam chamados, traria uma série de consequências:

O temor e a insegurança em torno do que não era apenas a definição de uma dominação, mas sim a aquisição de direitos políticos por esses novos sujeitos sociais e suas famílias, o [que] poderia tornar ainda mais imprevista, na visão dos escravocratas, a liberdade dos filhos e filhas de mulheres escravizadas. (PORTELA, 2012, p. 113)

A nomenclatura e seus desdobramentos deixam de ser motivo de preocupação, pois seus pais também eram livres como qualquer outra pessoa do Império e, conseqüentemente, da República. No entanto, esse período pós-emancipação foi por muito tempo negligenciado pela historiografia, como afirma Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998, p. 52):

A pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhes foi atribuída na visão daqueles que reconstruíram o país após a desmontagem do regime escravista, impede a princípio a interpretação de suas trajetórias sociais enquanto movimentos singulares, vivenciados nos limites do que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios.

O Estado não desenvolveu estratégias para amparar e instruir os negros, como ressalta Maria Lucia Rodrigues Muller (2008, p. 50), “depois de 13 de maio de 1888, não se cogitou na formulação de políticas que integrassem os ex-escravos à sociedade nacional” (MULLER, 2008 p.50). No entanto, apesar da diminuição brusca das discussões em relação à educação dos negros após a abolição da escravatura, sabe-se que estes frequentaram os bancos escolares. Posto isso, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo ganha relevância como tema de peso, pois se trata de uma instituição que recebeu meninas negras em um período em que estas tinham “o acesso negado à educação pública elementar” (ANDREWS, 1998, p. 198).

É diante desse quadro que tem início esta pesquisa, cujo objetivo é analisar e compreender a instituição que escolarizava mulheres negras nos primeiros anos do Brasil republicano, bem como entender como se deu o processo de integração/escolarização dessas mulheres, buscando desvendar se o fator cor esteve

presente nesse processo. Buscamos descobrir como a instituição sob o comando de Francisca Narcisa de Siqueira, inserida no ideário de civilização em voga no início da República, preparava as mulheres para a sociedade republicana, levando em consideração o que reverbera Rosa Fátima de Souza (1998, p. 24):

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescibilidade para a formação do cidadão.

Para analisar e compreender a instituição é necessário ficar atento ao que afirma Justino Magalhães (1998, p. 62): “como se efectua a primeira aproximação ao objecto de investigação que é simultaneamente, por consequência, a sua construção como objecto epistémico”. O autor aponta três cenários, entre os quais um estabelece relação direta com esta pesquisa: “há crónicas e relatos sobre a instituição, memórias que estão ao alcance do investigador” (MAGALHÃES, 1998, p. 62).

Como será descrito adiante, foram localizadas fontes de cunho institucional que apontam para o fato de a instituição aqui investigada desenvolver uma educação profissionalizante, balizada pela moral cristã. Desse modo, buscamos mais elementos que confirmem ou não a hipótese de que as práticas educativas desenvolvidas para as alunas do Amparo tinham como objetivo a profissionalização e a ocupação de um lugar social ligado aos afazeres domésticos, harmonizando as relações sociais e difundindo a ideia de que cabia às mulheres pobres e negras um lugar subalterno no ideário de civilidade que então se difundia.

Para realizar a pesquisa, foi necessário o deslocamento até a cidade de Petrópolis, como já mencionado. Foi autorizada a minha permanência na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo de 3 a 8 de janeiro de 2016. Houve a possibilidade de ficar hospedada na própria instituição, pois as irmãs que administram a escola moram lá. Foi possível mergulhar de corpo e alma na história daquele lugar. Passando uma semana no prédio construído em 1871 e que ainda conserva objetos do período, é possível dizer que dormi e acordei com as fontes. Foram disponibilizadas pela responsável da Sala Histórica várias pastas datadas de 1889 a 1910. Toda essa documentação estava organizada apenas por data. Os livros de matrícula, boletins com as notas das alunas, ofícios, requerimentos e relatórios produzidos pela Escola

Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, também foram disponibilizados para análise, bem como documentação produzida pelo Padre Siqueira.

O cotejamento da documentação como certidões de nascimento, certidões de batismo, atestados de vacina, ordens judiciais e fotografias ajudou a traçar o perfil das alunas, a identificar sua cor, e a mostrar o caminho percorrido para que estas tivessem acesso à educação.

O primeiro passo da pesquisa empírica consistiu na análise dos livros de matrícula, pois, segundo Bacelar (2014, p. 31), “seria possível, a princípio, acompanhar, por esses livros, a possibilidade de acesso de crianças negras e imigrantes ao ensino, bem como a permanência das crianças no ensino ao longo dos anos”.

Durante a investigação nos livros de matrícula, constatou-se que não havia menção a cor das alunas. Tais livros estão separados em primeiro e segundo livros, mas só o primeiro livro passou por restauro e, durante esse processo, acabou sendo dividido em dois volumes, um referente às matrículas realizadas entre os anos da fundação 1871 até 1893 e o outro referente àquelas realizadas entre os anos 1894 até 1906. Algumas de suas páginas não foram encontradas. Já o segundo livro encontra-se em perfeito estado de conservação e não precisou ser restaurado, ele ainda traz o seguinte termo de abertura: “Este livro é destinado para nêlle se fazer a matrícula das meninas recolhidas na Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo de Petropolis, Petropolis 1º de Janeiro de 1907. Irmã Francisca Pia, Superiora da Congregação de N.S do Amparo”⁸ refere-se às matrículas realizadas entre os anos de 1907 até 1931, ano da morte da Madre Francisca Pia.

Na análise realizada nos livros de matrícula não foi possível saber a cor das meninas, pois em suas páginas não havia solicitação para mencioná-la. O livro solicitava informações como nome, filiação, endereço, médico que aplicou a vacina, o dia, mês e ano da matrícula, o nível de conhecimento da criança – se sabia ler e escrever –, se havia levado enxoval, de quem era protegida e o endereço do seu protetor, sendo este a solicitar a matrícula da criança na escola. Na mesma página, havia as solicitações das informações de saída da aluna: dia, mês e ano da retirada, quem retirou e para qual finalidade. Havia quatro opções de retirada, para companhia dos pais ou de um tutor, para ser empregada em casa de família, para casamento ou por óbito.

⁸ Escrito por irmã Francisca Pia, que foi responsável pela instituição até 1931, cuja atuação será investigada no Capítulo III.

No entanto, verifica-se que os espaços solicitando tais informações, muitas vezes, não eram preenchidos. As informações fornecidas na grande maioria das vezes eram o nome da aluna, a filiação, de quem era protegida e a data da matrícula. Já para retirada, algumas vezes era preenchido apenas “retirou-se” e a data da retirada; poucas vezes o preenchimento era de acordo com o solicitado – quem retirou, quando e para qual finalidade. Algumas vezes, as informações eram colocadas de forma diferente, por exemplo, quando a solicitação de matrícula e retirada eram feitas pelo Governo do Rio de Janeiro, escrevia-se apenas Governo do Rio de Janeiro.

Conforme já mencionado, fez-se necessária a investigação da documentação contida em vinte pastas separadas apenas por data. Dentro dessas pastas, havia uma variedade de documentação: certidões de nascimento, certidões de batismo, atestados de vacina, cartas de pessoas influentes de Petrópolis solicitando matrícula, cartas de solicitação de retirada, cartas de agradecimento, entre outros. Como não havia um padrão de organização para tal documentação, a análise foi feita de forma criteriosa, pois qualquer descuido poderia comprometer a pesquisa.

A documentação produzida por Padre Siqueira foi analisada com o objetivo de compreender como este pensou a instituição que escolarizava também meninas negras. Hoje, seus manuscritos encontram-se transcritos e compilados no livro *Padre Siqueira, escritos, crônicas e outros testemunhos*, de Rossana Espíndola da Silva e Neli do Santo Deus, que realizaram a empreitada com o objetivo de preservar a memória oficial da instituição. Por se tratar de um trabalho de enquadramento de memória, tal fonte, embora relevante para a pesquisa, exige que atentemos para a advertência de Pollak (1992, p. 7):

Por conseguinte, o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social.

Três meses após o primeiro contato com as fontes, houve a oportunidade de uma segunda visita à instituição. Dessa vez foram localizados os boletins das alunas que foram matriculadas entre os anos de 1890 a 1894. Das onze meninas negras encontradas, sete tiveram a matrícula realizada neste período; e foi apenas destas que se pode realizar uma análise um pouco mais aprofundada. Ainda existe muito material a

ser pesquisado, mas o acesso a ele não está autorizado a leigos. Tal determinação tem como objetivo a preservação dos documentos, conforme já dissemos anteriormente.

Tivemos acesso também a dezessete fotografias que fazem parte do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis (Mimp). Segundo informações obtidas durante a visita, o fundador da instituição era amigo do imperador Dom Pedro II e, por essa razão, o Mimp guarda documentos relacionados ao Amparo. Dessas fotografias, três mostram as alunas do Amparo em diferentes situações. Como as fotos não estão datadas, tivemos que recorrer ao auxílio da irmã Rossana, que foi capaz de afirmar que uma delas fotos refere-se ao período de fundação da instituição, 1871. Existe um quadro com a mesma foto na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Segundo documentação encontrada, é a única do fundador com as alunas. Já as outras duas são de período posterior, também segundo a irmã Rossana. Em uma delas as alunas participam de um desfile, provavelmente em alguma data cívica no centro de Petrópolis, na outra as alunas aparecem enfileiradas em frente à instituição, observando o relógio de sol. Nas três fotos é possível observar a presença de meninas negras.

Nessa mesma visita, ao falar sobre as fotos, irmã Rossana se lembrou de que havia mais algumas guardadas na Sala Histórica do Amparo, e estas também estavam sem data. Começava aí mais uma etapa da investigação, tentar descobrir a data em que as fotografias foram feitas, pois “o ato do registro, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc.)” (KOSSOY, 2001, p. 39). E para nós é extremamente importante compreender em qual contexto as fotos foram realizadas, pois:

Toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo e, portanto da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível. Um fotograma de um assunto real, sem outros fotogramas a lhe darem sentido, um fotograma apenas, sem antes, nem depois. (KOSSOY, 2001, p. 44)

Ao analisar os documentos, foi possível perceber que não havia um padrão de registro, o que dificultava a investigação. Alguns são pedaços de papel nos quais um vigário atestava o que encontrou no livro de assentos de batismo, o assento da referida criança; outros são de delegados de polícia ou de pessoas da elite que afirmavam conhecer a criança e que ela era muito pobre, necessitando ser amparada pela

instituição; ou ainda um pedaço de papel no qual um médico atestava que a criança havia sido vacinada, examinada e não continha nenhuma doença infectocontagiosa. dada essa diferença de documentação para cada criança, a análise foi ganhando cada vez mais um viés qualitativo.

O documento que aparecia em maior número era uma espécie de segunda via de certidão de batismo expedida por um pároco, em que este afirmava ter encontrado no livro de batismo o assento da referida criança. Esta constatação foi feita, porque a data de expedição do documento era muito posterior a data de batismo da criança, geralmente era a data em que a criança foi matriculada na escola, levando-nos a inferir que o responsável procurava a paróquia, solicitando uma comprovação do batismo da menina para que esta pudesse ser admitida pela Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Como as crianças ingressavam na escola a partir dos 6 anos de idade, em média, as que foram matriculadas entre os anos de 1889 a 1894 ainda foram batizadas no período da escravidão, portanto eram tratadas como ingênuas na certidão de batismo. Foi possível constatar que havia, na época, um livro de batismo para crianças livres e outro para crianças filhas de mães escravizadas. A maioria das certidões de batismo não mencionava a cor da criança, e o que nos ajudou saber se a aluna era negra foi a utilização do termo “ingênuo”, bem como a afirmação de que a menina era filha de mãe “escrava”. Esse tipo de diferenciação deixa de acontecer a partir da abolição da escravatura, o que passa a dificultar a análise:

[...] desde que os libertos deixaram de ter um estatuto jurídico específico, nas antigas sociedades escravistas, torna-se bastante difícil encontrá-los nas fontes da época. [...] pelo desaparecimento que se faz notar desde meados do século XIX, de se discriminar a cor de homens e mulheres livres nos registros disponíveis. (MATTOS, 2013, p. 31)

Algo curioso é que nas certidões poucas vezes aparecia o nome do pai da criança. A pesquisa trabalha com algumas hipóteses em relação à essa ausência, como veremos no capítulo terceiro. Foi encontrada e analisada a documentação de 62 meninas matriculadas entre os anos de 1889 a 1910; o número de matriculadas nesse período foi muito maior, porém a documentação da maioria não foi encontrada. Das 62 meninas matriculadas, segundo a documentação, onze eram negras e duas brancas, já a cor das outras 49 meninas não foi possível descobrir. O número de meninas negras matriculadas no período pode ser ainda maior, mas os documentos não nos dão certeza.

Analisando algumas fotografias da escola, foi possível perceber uma quantidade significativa de alunas negras. Essas fotos reforçam a ideia de que a instituição sempre recebeu essas meninas. Soma-se a isso o fato de a escola receber atualmente um grande número de alunas negras. Desse modo, é importante atentar-se ao que afirma Ginzburg (1989, p. 169): “quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “Petrópolis, os negros e a educação feminina no século XIX”, aborda de forma sucinta os motivos que levaram à fundação de Petrópolis, discute a participação negra na construção da cidade e na Guerra do Paraguai e, por fim, o papel destinado à mulher negra, bem como a educação pensada para ela no final do Império e início da República. Para contextualizar a Petrópolis da época, a pesquisa dialogou com *História de Petrópolis*, obra publicada em 1985 pelo historiador Henrique José Rabaço.⁹ Para abordar a participação negra na Guerra do Paraguai, o diálogo se deu com *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, de Jorge Prata de Sousa. Finalmente, para acessar a educação da mulher negra no século XIX, a pesquisa dialogou com *Uma certa liberdade*, de Sandra Graham, com *A cor da escola*, de Maria Lucia Muller, e com *Templos de civilização*, de Rosa Fátima de Souza.

O segundo capítulo, “Uma instituição educacional católica para mulheres pobres na ‘Cidade de Pedro’”, discorre sobre a fundação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, seus sujeitos e suas singularidades. Buscou-se percorrer o caminho trilhado por seu fundador, Padre João Siqueira de Andrade, de modo a compreender as estratégias por ele criadas que permitiram à instituição prosperar e se multiplicar, mesmo depois da sua morte. Por se tratar de uma instituição católica, fez-se necessário um diálogo com os autores que investigaram esse tipo de entidade e suas especificidades, como Reinaldo Parisi Neto, Santo Deus e Silva, e Hugo Baggio, autores das obras que norteiam esta pesquisa. Também recorreu-se às obras de Riolando Azzi e Ivan Manoel, além de documentações produzidas no período estudado, como relatórios de despesas, e outras confeccionadas posteriormente, mais precisamente crônicas escritas pelas freiras com o objetivo de preservar a memória da instituição e do seu fundador. Para tratar das redes de sociabilidade da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o diálogo foi estabelecido com Jean François Sirinelli.

⁹ Sócio efetivo do Instituto Histórico de Petrópolis, membro da Academia Petropolitana de Letras e diretor do Centro de Recursos Audiovisuais da Universidade Católica de Petrópolis.

O terceiro e último capítulo, “A escolarização de mulheres negras por Madre Francisca”, apresenta as alunas negras admitidas pela instituição e a responsável pela educação destas, madre Francisca, sobrinha do Padre Siqueira. Para abordar as alunas negras, a pesquisa dialogou com *Das cores do silêncio*, de Hebe Mattos, e novamente com *Cor da escola*, de Maria Lucia Muller. A pesquisa buscou analisar a trajetória das onze meninas negras encontradas na documentação entre os anos de 1889 e 1910, bem como se havia alguma diferenciação nas práticas educativas oferecidas a elas. Para tanto, foram analisados os boletins de notas, bem como os relatórios que eram anualmente redigidos e publicados pelo diretor da escola.

Capítulo 1 – Os negros petropolitanos e a educação feminina no século XIX

1.1. Do Caminho Novo nasce Petrópolis

Declaro finalmente, que já tenho negociado uma casa com todas as proporções para um estabelecimento de tal ordem, em Petropolis, logar proprio para isto, quer pelo lado sanitario, quer economico.
(ANDRADE, *Correio Mercantil*, 1868)¹⁰

Conforme epígrafe deste item, Padre Siqueira crê ter encontrado a região com as condições perfeitas para receber a casa que acolheria meninas pobres negras e não negras. O sacerdote conheceu a região ao ficar hospedado na Fazenda Olaria de sua amiga D. Leocadia, situada no atual bairro de Corrêas em Petrópolis. De acordo com a afirmação de Santo Deus e Silva (2014, p. 36, grifo nosso):

[...] a ideia de escolher para a sua obra a nossa aprazível estância, deve o Padre Siqueira à sua benfeitora *D. Leocádia*, que o induziu pousar na sua Fazenda de Olaria como sendo de clima apropriado ao estado de sua precária saúde.

Petrópolis, cidade de clima ameno, planejada para receber a moradia de verão do Imperador Dom Pedro II, tem seu surgimento ligado de forma indireta ao declínio da economia açucareira, causado pelos desdobramentos da invasão holandesa no Brasil. Diante da crise, a Metrópole precisava encontrar outra forma de obter lucros. E foi a descoberta de ouro nas regiões hoje chamadas de Minas Gerais que surgiu como alternativa à crise. Não sendo fácil chegar a tal região, devido à mata fechada, foi necessária a construção de estrada que facilitasse o acesso às regiões auríferas. Posto isso, surge o Caminho Novo, construído por volta do século XVIII com o objetivo de ligar o Porto do Rio de Janeiro às minas de ouro. Como aponta Oliveira (1965, p. 9):

¹⁰ Padre Siqueira durante apelo divulgado no jornal *Correio Mercantil*, ed. 236, ano XXV, 1868, p. 3. Todos os jornais citados neste trabalho foram consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Optamos por manter a grafia não atualizada em todas as citações de documentos do século XIX.

Coube a Domingos Rodrigues da Fonseca, sobrinho de Fernão Dias, a tarefa de concluir essa pacida que recebeu o título de “Caminho Nôvo” e cujo roteiro foi descrito por André João Antonil (*Roteiro do Caminho Nôvo da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas*).

Assim sendo, regiões antes pouco povoadas, como Petrópolis, passaram a ganhar importância. Segundo Henrique José Rabaço (1985, p. 23), os viajantes descansavam nas fazendas dessa região. Ainda segundo o autor, o Imperador Dom Pedro I havia demonstrado interesse em comprar terras na região serrana do Rio de Janeiro, pois o clima era mais ameno. O mesmo afirma Schwarcz (1998, p. 357):

A fazenda fora comprada em 1830 por d. Pedro I — que pagou cerca de 20:000\$000 (vinte contos) pela propriedade — com a pretensão de construir ali um palácio para o verão: o ar ameno da montanha romperia com o bafo úmido da corte na temporada quente.

Vinte e oito anos antes da fundação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o Imperador Dom Pedro II assinava o Decreto n. 155, que aprovava o plano do seu Mordomo¹¹ Paulo Barbosa da Silva determinando o arrendamento da Fazenda do Córrego Seco ao Engenheiro Júlio Frederico Koeler para a construção do Palácio de Cristal e do povoado que recebeu o nome de Petrópolis, “Cidade de Pedro” (RABAÇO, 1985, p. 1).

Por causa da renúncia do Imperador dom Pedro I em 1831, a aquisição foi feita por seu filho, Dom Pedro II, anos depois. Eis que, assim, um sonho acalentado pelo pai torna-se realidade nas mãos do filho. E para coroar o acontecimento, o lugar foi batizado de Petrópolis, por sugestão de Paulo Barbosa, inspirado, por sua vez, na russa Petrogrado (SCHWARCZ, 1998, p. 357).

Acreditamos ser importante falar sobre a construção de Petrópolis para que possamos compreender sob quais circunstâncias foi idealizada e fundada a instituição objeto de investigação deste trabalho. Até final do século XIX, falar em construção remetia ao uso de mão de obra escrava, pois eram essas pessoas as responsáveis pela edificação de muitas das obras realizadas; havia a participação de homens livres, que podiam ser brancos, mas a presença de negros era bastante significativa. Dos 28 anos que ligam a fundação de Petrópolis à fundação do Amparo, prédios, casas e palácios foram construídos pelas mãos dos negros. Porém, quando se fala da construção de

¹¹ Mordomo-mor, nomeado pelo Imperador como os outros empregados, era o oficial mais importante, responsável pelas finanças do monarca, todos os demais oficiais deviam-lhe obediência. Poderoso, tinha íntima comunicação com o rei e com o Ministério, a quem prestava contas (SCHWARCZ, 1998, p. 323).

Petrópolis, a história oficial refere sempre a participação alemã, como reverbera Aquino e Cunha Junior (2014, p. 84):

[...] os alemães foram escolhidos como os colonizadores ideais, dando um argumento frágil para a lenda de uma cidade fundada por uma imigração e colonização alemã. A história oficial torna invisíveis as populações negras que produziram o território na região da cidade.

Todavia em terras brasileiras não é possível falar em palácio e em Imperador, sem falar em senzala e em escravidão. O império no Brasil é marcado pela sociedade agrária, latifundiária e escravista (AQUINO e CUNHA JUNIOR, 2014). Posto isso, não é possível dizer que a população petropolina foi constituída apenas a partir da colonização alemã, porque, antes da chegada destes, já havia uma população nas terras hoje chamadas Petrópolis, e fazia parte dessa população um grande contingente de homens, mulheres e crianças negros, como aponta Schwarcz (1998, p. 361):

Mas não eram só alemães os responsáveis pelo trabalho duro de construir estradas, carregar pedras e madeiras e erguer as paredes do palácio de d. Pedro II: escravos vindos da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha lá estiveram desde o início, e não entravam na contagem do item “Pessoal”, uma vez que pertenciam à própria obra.

Já que pertenciam à própria obra, muitas vezes acabavam se tornando invisíveis, porém, para muitas pessoas, os negros não eram tão invisíveis assim. Na obra *História de Petrópolis*, Rabaço (1985, p. 24-5) menciona relatos de viajantes estrangeiros datados do início do século XIX citando a presença negra na Fazenda do Padre Correia,¹² entre eles:

Em 1819 Teodoro Von Leuthold, também de origem alemã, registrou no seu *Diário* que a fazenda é muito povoada, contando mais de quatrocentos escravos de ambos os sexos e de todas as idades [...]. Em 1821 Alexandre Caldcleugh, diplomata e minerologista britânico, no livro *Viagens pela América do Sul, 1819-1821* registrou: [...]. Ao lado da casa da fazenda fica a capela onde o padre reúne os escravos e celebra a missa. Dedicava o padre grande atenção aos negros que lhe retribuem com verdadeira veneração.

Sendo assim, é provável que essa população com o passar dos anos tenha aumentando de forma considerável, a ponto de não ser possível ignorar a sua presença,

¹² Fazenda que juntamente com a Fazenda Córrego Seco deu origem a cidade de Petrópolis.

bem como a sua participação na construção de Petrópolis. Mas o fato é subdimensionado na história oficial da cidade.

A contribuição dos vários grupos de imigrantes estrangeiros que além dos colonos alemães *deram* sua colaboração para o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial de Petrópolis, entre os quais se destacaram portugueses, franceses, ingleses, italianos, suíços, além do africano. (RABAÇO, 1985, p. 47, grifo nosso)

Há, por parte de Rabaço, um tratamento secundário dado aos negros e sua contribuição para a construção da cidade. Eles são citados depois de muitos outros grupos europeus, que têm sua nacionalidade mencionada. O autor não leva em consideração a especificidade e a diversidade do continente africano, ficando evidente o lugar reservado aos negros na história oficial de Petrópolis. Durante a leitura da obra *História de Petrópolis*, espera-se que o autor problematize essas informações, algo que não aconteceu. O objetivo deste trabalho não é desconstruir a obra de Henrique José Rabaço, mas chamar a atenção para o tratamento dispensado ao papel dos negros na construção de Petrópolis, ainda mais pelo fato de o autor afirmar, no início da obra, que seu objetivo é proporcionar à nossa juventude um melhor conhecimento da história da cidade e facilitar seu estudo (RABAÇO, 1985, p. IV).

Ao final da obra, porém, após apresentar a contribuição de imigrantes portugueses, franceses, italianos, ingleses, suíços, belgas, cubanos, libaneses, israelitas, japoneses, colonos isolados, referindo-se a um turco, um grego e um holandês; o autor traz um intertítulo chamado “Contribuição da ‘imigração’ africana”. Nele, Rabaço (1985, p. 127) faz a seguinte afirmação:

O rol dos grupos humanos que deram sua contribuição valiosa para o progresso petropolitano não estaria completo sem a menção do “colono” mais sofrido, daquele que sem pedir também teve seu lugar ao sol e ao ruço petropolitano, o africano trazido de sua terra à força e aqui submetido ao trabalho escravo.

Nesse trecho, o autor traz as palavras *imigração* e *colono* entre aspas, porém não as problematiza. Independente dessas questões, nessa parte da obra, há informações importantes referentes à população negra que vivia em Petrópolis no século XIX, por exemplo, de que “a história dos primórdios da ‘Serra Acima do Inhomirim’, nome primitivo da região petropolitana, está marcada pela presença laboriosa dos escravos

africanos, como atestam documentos e crônicas da época” (RABAÇO, 1985 p. 127). E continua o autor:

O primeiro recenseamento que se conhece destas paragens serranas, feito pelo Padre Vigário da Paróquia de N. S. da Piedade de Inhomirim em 1736, conservado no Arquivo Nacional, dá conta da importante presença do elemento africano, informando: “Certifico que vendo o rol dos confessados desta Freguesia, deste presente ano de 1736, nele achei desde Engenhoca exclusiva até o distrito de Paraíba ter 22 moradas e pessoas 343 entre brancos e negros”. (RABAÇO, 1985, p. 127)

Desde o século XVIII, os documentos apontam a existência de uma população negra nas terras que deram origem à cidade imperial. Essa população se dividia entre livres, libertos e escravizados, que atuaram em várias atividades, como a participação voluntária de Pantaleão Antônio Trigo na Guerra do Paraguai. Rabaço (1985, p. 131) confirma:

O preto Pantaleão Antônio Trigo, voluntário da Guerra do Paraguai, tomou parte nas batalhas de Humaitá, Angustura, Tuiuti, Curupaiti e Lomas Valentina, onde foi ferido, tendo convalidado em Assunção, onde foi condecorado com a Medalha da Campanha. Esse herói da Guerra do Paraguai tornou-se figura popular em Petrópolis como fogueteiro de festas cívicas e religiosas. Com a ajuda de amigos, conseguiu arrendar uma loja no Mercado Municipal.

Por trás dessa participação voluntária, poderia haver o desejo dos escravizados em abandonarem tal situação ou o fato de, por não terem poder algum sobre suas vidas, serem cedidos por seus senhores para se tornarem “escravos da nação”. Segundo Fausto (2009, p. 119), em 1866 foi criada uma lei que concedia liberdade aos escravizados. Lutando pela pátria existia a possibilidade de conseguir a tão sonhada alforria. É questionável se ser voluntário na Guerra do Paraguai era uma espécie de ascensão social para o escravizado ou se era algo vantajoso somente para os proprietários, já que “como condição de entrada, alforriavam-se os escravos, o que também representava um bom negócio para os senhores, indenizados ao fornecerem esse tipo de ‘voluntário’” (SCHWARCZ, 1992, p. 468). Toral (1995, p. 293) reforça o fato:

Além dos limites estreitos da cidadania todos são compreendidos como voluntários bons para a guerra. Os mais aquinhoados têm mais condições de escaparem; os mais pobres recorrem ao exílio dos matos. O que menos dispõe de meios de resistência é exatamente o escravo,

que troca a enxada pelo mosquetão, deixa de obedecer ao capataz e entrega sua vida ao senhor oficial.

A afirmação de Toral nos leva a crer que não restava ao negro escravizado muitas opções, pois o seu senhor podia decidir por ele. A participação de escravizados na Guerra Paraguai foi um assunto altamente discutido pelo governo imperial, que tentava de todas as formas ampliar o número de combatentes. Em um primeiro momento, a arregimentação era feita sem entrar em atrito com os fazendeiros, porém, “quando a propriedade privada colidiu com interesses do Estado, restou a este a desapropriação”, como assevera Sousa (1996, p. 68):

O Império decidira salomonicamente tornar legal o recrutamento de escravos. Na tentativa de acelerar o alistamento de escravos urbanos, a Câmara de Deputados resolvera taxar os serviços destes em 30\$000 (trinta mil réis) na corte, e em 20\$000 (vinte mil réis) nas demais cidades do Império. Já a falta de matrícula do escravo incidiria em multa no valor de 200\$000 (duzentos mil réis). Nas povoações com mais de 20.000 habitantes, proibiu-se qualquer cidadão de possuir maior número de escravos que o necessário aos serviços domésticos, na proporção de um escravo para cada pessoa livre.

É provável, portanto, que não tenham restado muitas opções ao herói de guerra Pantaleão Antônio Trigo. Além do dinheiro emprestado para conseguir arrendar uma loja, o periódico *Gazeta de Petrópolis* (17 dez. 1892) divulga que “A comissão seccional do 1º districto de Petropolis faz saber que forão qualificados eleitores os seguintes cidadãos”, e o nome de Pantaleão Antônio Trigo aparece juntamente com outros trinta nomes de homens no 16º Quarteirão.¹³ Após se tornar herói de guerra e de conseguir dinheiro para arrendar uma loja, Antônio Trigo foi qualificado eleitor.

A história deste combatente já nos renderia uma boa pesquisa, mas não entraremos nessa seara. O que nos interessa nesse trecho da obra de Rabaço é a fundação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. A instituição foi idealizada para amparar filhas dos soldados da Guerra do Paraguai. Com o acirramento do conflito, foi preciso “utilizar cada vez mais a população negra na conformação do Exército brasileiro” (SCHWARCZ, 1998 p. 468) e, portanto, é provável que a escola tenha também acolhido meninas negras, filhas de ex-combatentes negros e não só “as ingênuas”, como os documentos da instituição afirmam.

¹³ O major Julio Frederico Koeler, ao levantar a planta urbanística da Imperial Colônia de Petrópolis, dividiu o território em quarteirões.

O fundador da instituição esteve muito perto da guerra ao ser nomeado como capelão do Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria, como mostra notícia divulgada no periódico *Correio Paulistano* de 4 de julho de 1865: “O presidente da provincia resolve nomear ao padre João Francisco de Siqueira Andrade capellão alferes de coumissão para o sétimo corpo de voluntarios da pátria”. Segundo memórias da instituição, o fato de ter participado da guerra e visto de perto seus horrores fez com que o capelão desejasse minimizar o sofrimento das famílias:

Antes da minha viagem para Montevidéu, já eu tinha feito outra no interior das províncias de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já então meu tirocínio era criar um estabelecimento pio, onde não só se pudessem salvar essas infelizes filhas dos verdadeiros patriotas do Brasil, dos perigos e do horror das misérias e desgraças em que uma guerra desastrosa as havia de lançar. (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 213)

O interessante é que o Padre Siqueira pensa em acolher as mulheres, pois acreditava que seriam elas que mais sofreriam as consequências da guerra. O apelo que faz no jornal *Correio Mercantil* (1868, p. 3) reforça a ideia: “essas pobres e infelizes meninas, que, sem residência fixa e sem nunca sujeitar-se ao trabalho por falta de uma educação apropriada, percorrem as ruas esmolando”.

Depois de apresentar o seu plano ao Imperador Dom Pedro II e aguardar as autorizações necessárias, Siqueira dá início à sua obra. Em 22 de janeiro de 1871, funda finalmente uma instituição para mulheres na “Cidade de Pedro”. É importante destacar que Padre Siqueira reforçou em seus textos a imagem da fragilidade feminina diante da ausência de um pai provedor, o soldado morto na guerra, revelando a idealização da família nuclear e cristã. Esse pensamento possuía também outros componentes, conforme será exposto adiante.

1.2. A mulher negra no século XIX

O autor Ivan Aparecido Manoel, em sua obra *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo* (1996, p. 71), sobre a ligação entre o tradicionalismo da Igreja católica e o conservadorismo da oligarquia brasileira, afirma que:

Naquele momento histórico, o grande projeto era o da preservação da ordem, muito embora a pauta incluísse necessariamente a proclamação da República e a abolição da escravatura. Além disso, o projeto pouco ou nada avançava, exatamente porque os valores defendidos pela oligarquia, seja pelos liberais ou conservadores, seja pelos monarquistas ou republicanos, eram iguais para os dois agrupamentos: patriarcalismo, moralidade extrema, chegando às raias da intolerância, religiosidade, hierarquização e antifeminismo.

Ser mulher no século XIX significava estar inserida num contexto de patriarcalismo e conservadorismo, e ser subordinada à autoridade de alguém, sendo este homem e branco. Porém, quando nos referimos à mulher negra, a subordinação também era em relação à mulher branca: “Ditava o costume que, como esposa, ela [a mulher branca] deveria supervisionar a direção do lar, encarregando-se também de tomar conta das criadas” (GRAHAM, 1992, p. 107). Ou seja, as criadas, negras, deviam obediência às suas senhoras, brancas.

Porque aqui falaremos de mulher negra, pobre, escravizada ou não, que desde sua infância ocupava um lugar diferente da mulher branca no final do século XIX, faz-se necessário discutir gênero, classe e etnia. Não é uma tarefa fácil compreender quem era essa mulher, uma vez que havia uma diversidade de condições a ser considerada, como aponta Graham (2012, p. 134):

Apenas um mosaico intrincado e amplo poderia retratar a história das negras no Brasil, tão ricamente complexas e diversas são suas origens na África e no Brasil, suas muitas línguas e dialetos, práticas religiosas, formas de trabalhar, casar, ter filhos e cuidar deles, os modos como elas foram escravizadas e como algumas voltaram a ser livres. Não existe uma história única que conte tudo.

O que há em comum nessa diversidade é a escravidão e o legado que esta nos deixou. Mesmo sendo livre após a abolição, passando a ser responsável “direta” por sua vida, o legado deixado pelo regime escravista dificultava a inserção da mulher negra na sociedade. Como o Estado não desenvolveu estratégias para reparar os danos causados a essas pessoas por quase quatro séculos de vigência da escravidão, restava a essa mulher buscar alternativas de sobrevivência e inserção em uma sociedade que se dizia republicana e livre do regime escravista.

Fazer parte da sociedade republicana não era uma tarefa fácil, antes de qualquer coisa, era necessário seguir as regras que ela impunha, e a regra número um

pressupunha que os cidadãos republicanos precisavam ser brancos e escolarizados, de modo a contribuírem com o progresso da nação:

No final do século XIX chegava-se a uma solução conciliatória: o Brasil deveria aspirar ao progresso “branqueando” sua população. Para tal, fazia-se necessário “importar” levas de trabalhadores europeus, e no final de algumas gerações, com a miscigenação, teríamos aqui uma nova raça branca, “a raça brasileira”. (MULLER, 2008, p. 49)

A ideia do branqueamento estava fortemente ligada às teorias eugênicas¹⁴ que começaram a chegar ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Dávila (2006, p. 26), “na virada do século, as elites brasileiras, seguindo a moda do determinismo racial na Europa, adotaram prontamente a crença científica racista de que os brancos eram superiores e as pessoas de ascendência negra ou mista eram degeneradas”. Ainda segundo o autor:

O sistema de educação pública foi uma das principais áreas de ação social para aqueles que mais ativamente estudavam a importância da raça na sociedade brasileira e mais se empenhavam na busca de uma nação social e culturalmente branca. Como a educação é uma área de políticas públicas, revela as formas pelas quais os pensadores raciais colocaram suas ideias e hipóteses em prática. (DÁVILA, 2006, p. 36)

Os intelectuais da época acreditavam que uma solução para o branqueamento da nação seria a imigração europeia. E, aos poucos, as medidas eugênicas que não conseguiram branquear o negro tentavam torná-lo invisível. Partindo do princípio que o país não utilizava mais mão de obra escravizada, as mãos do negro deveriam aos poucos ser substituídas. Porém, na realização de tarefas pouco qualificadas e de baixíssima remuneração, a presença negra não era tão invisível assim. É desse modo que a mulher negra continuou ocupando os mesmos postos designados a ela pelo regime escravista. No pós-abolição, ela deixa de ser mucama para se tornar empregada doméstica. Muda a nomenclatura, porém “as teias de autoridade e controle doméstico, em nenhum lugar mais visíveis que na relação entre patrões e criadas, permaneceram, mesmo após a abolição da escravatura” (GRAHAM, 1992, p. 156).

O trabalho doméstico surge como um meio de sustento dessas mulheres. Nos grandes centros urbanos, ele ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho

¹⁴ Segundo Dávila (2006), a eugenia foi uma tentativa científica de “aperfeiçoar” a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários.

estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravizadas. A mulher negra passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros ajustes sociais, que eram, em muitos casos, estabelecidos por contrato de locação de serviços.

No século XIX, as mulheres pobres eram, muitas vezes, responsáveis por seu sustento, bem como pelo sustento de sua família, ao contrário do que pressupunha a sociedade da época, de que o homem deveria ser o provedor do lar. Tais mulheres eram autônomas, porém “exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, [...] eram lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem” (SOIHET, 2015, p. 365); e seus salários eram baixíssimos, pois mesmo que muitas delas chefiassem seus lares, seu ganho deveria ser complemento ao do homem, conforme estabelecia o pensamento vigente.

Grande parte das mulheres negras estava inserida no contexto de trabalhadoras livres, com baixa remuneração, pois, “mesmo antes da Abolição, já tínhamos um significativo número de libertos. Aproximadamente 95% da população negra no Brasil era livre à época da abolição do cativeiro. Negros e mestiços representavam 37,3% da população carioca, [em] 1890” (MULLER, 2008, p. 122). Não temos os dados da população livre especificamente em Petrópolis nesse período, porém, conforme os estudos de Muller (2008), as evidências nos levam a crer que o número de libertos também fosse expressivo nessa região.

Por que criar uma instituição educacional para mulheres no final do século XIX? Seria pelo fato de às mulheres serem reservados os lugares de subordinação, em grande parte ligados às prendas domésticas, como empregadas, se pobres, ou administradoras do lar, se ricas? Seria pelo fato de as mulheres serem vistas como seres frágeis, dependentes do auxílio masculino para encontrarem o seu lugar na sociedade? Ou ainda, seria para limpar as ruas de pessoas indesejáveis?

Segundo Parisi Neto (2003, p. 83), Siqueira vislumbrava nas mulheres “o gérmen revitalizador da tradição, da moral, dos costumes que caracterizavam a Igreja naquele período”. Para o fundador da instituição, o sexo feminino, quando abandonado e não bem dirigido, poderia se tornar perigoso para a sociedade.

E como da infância o sexo mais exposto, melindroso e, muitas vezes, perigoso para a sociedade, quando abandonado, é por certo o feminino, assim como quando bem dirigido, é o de maior valimento para a moralização das famílias e boa educação das gerações futuras. (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2012, p. 107)

É interessante observar que a concepção do Padre Siqueira era fruto do pensamento vigente na época, conforme afirma Louro (2015, p. 453) “percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada”. Para Siqueira de Andrade (apud SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 122), a finalidade da escola é em primeiro lugar “salvar da perdição meninas pobres e desvalidas e depois, habilitá-las para boas mães de família e boas empregadas domésticas, educando-as na doutrina cristã, no santo amor de Deus e no trabalho”. Nota-se que Padre Siqueira ressalta o fato de certos trabalhos serem “naturalmente” próprios para a mulher. Segundo Azzi (2008, p. 131-9), “na sociedade patriarcal de raiz colonial, a mulher de família definia-se como sendo ‘do lar’ [...], a jovem deveria ser educada para a submissão, a modéstia e a piedade, destinada a ser uma esposa obediente e uma mãe dedicada nos limites do lar”.

Padre Siqueira via a necessidade de ter um espaço que acolhesse às meninas, pois acreditava que a mulher era frágil e sua fragilidade se tornava ainda maior quando criança. O padre receava que as meninas ficassem na miséria caso não fossem dirigidas e não tivessem uma educação apropriada, e o apropriado na época era estar de acordo com a moral cristã. Ele via a mulher como a responsável pela educação da sociedade, portanto, deveria ser preparada desde a infância para tal finalidade, ou as consequências seriam perigosas. Segundo Parisi Neto (2003, p. 32):

O pensamento religioso de Siqueira manifestava-se na defesa do respeito à família e à propriedade, tendo como premissa a paz e a ordem social, segundo a ótica sociopolítica vigente na época. Percebe-se que a ideia de sociedade que defendia era da manutenção da ordem e da propriedade, dentro de uma organização sociopolítica tradicional e classista.

Para que as educandas fossem instruídas de acordo com os valores da época, ou seja, de acordo com a moral cristã, era necessário que as mestras fossem mulheres que já tivessem inculcido tais valores. E para desempenhar tal função, as religiosas seriam perfeitas:

[...] as crianças pequenas necessitavam [...] de uma vigilância feita por um pessoal devotado que, em sua prescrição, deveria ser feita por freiras, habituadas a esse serviço e que a ele se dedicavam de modo geralmente admirável. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 111)

Em 11 de janeiro de 1871, o jornal *A Reforma* divulgou o posicionamento de Padre Siqueira em relação ao dia da inauguração do seu estabelecimento educacional,

comunicando que a direção interna da instituição seria feita por religiosas de origem alemã:

São encarregadas do ensino e direcção interna do estabelecimento, as religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria, em numero de cinco. Instituição esta de origem allemã. Senhoras muito habilitadas para o ensino e, muito principalmente para a educação domestica, pois, é o fim a que se destinam.

Vale notar que as irmãs não eram brasileiras. Por qual razão o Padre Siqueira teria preterido as religiosas brasileiras, escolhendo as alemãs? Na verdade, não se tratava de preterição, provavelmente não havia muitas freiras no Brasil. De acordo com Nunes (2015, p. 483) “nos primeiros séculos da história do nosso país, não era tão simples para uma mulher realizar o desejo de ingressar num convento”. Segundo a autora, era proibido ser freira no Brasil colonial. Muito provavelmente tal proibição acabou por trazer consequências significativas até o século XIX.

A hierarquização de gênero acontecia também dentro do mundo católico. No Brasil colonial, não era permitida a construção de conventos femininos, pois as poucas mulheres brancas que existiam por aqui deveriam auxiliar no povoamento da colônia – caso se tornassem freiras, esse objetivo não seria alcançado. Como aponta Nunes (2015, p. 484):

A formação de uma população mestiça, sem o contrapeso de uma população branca, de raízes lusitanas, seria perigosa e inquietante para os projetos da Coroa. Daí a necessidade de que mulheres brancas das classes altas, órfãs pobres, ou até mesmo prostitutas viessem de Portugal cumprir aqui sua função de reprodutoras biológicas e sociais. Era necessário garantir procriar para garantir a hegemonia branca da Metrópole também na Colônia, era preciso gerar filhas e filhos de sua própria raça e classe.

Nota-se que o papel atribuído à mulher branca durante a sociedade colonial era o de reprodutora apenas. Outro ponto interessante é que, em se tratando de uma sociedade altamente religiosa, não preocupava o fato de a reprodutora ser uma prostituta, o mais importante é que ela não fosse negra ou indígena. Esse trecho apontado por Nunes (2015) nos mostra bem o pensamento que circulava no período.

Mesmo sendo proibidos, não eram raros os conventos na Colônia, mas estes não aceitavam mulheres negras. Segundo Nunes (2015, p. 489), a justificativa da hierarquia católica, da Coroa portuguesa ou dos governadores para a exclusão de mestiças e negras

era, além da exigência de “pureza de sangue”, “a tendência acentuada à lascívia e à luxúria” que essas mulheres teriam. Na maioria das vezes, eram aceitas como servas e escravizadas, quase nunca como religiosas.

A partir do século XIX, com a Reforma da Igreja Católica, fez-se necessário aumentar o número de fiéis. Começou, então, a crescer o número de conventos femininos no Brasil, ficando a missão de educar os brasileiros de acordo com os princípios cristãos, mais precisamente católicos, a cargo de irmãs. Inserida nesse contexto está a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

É pertinente apontar que, contrariando o pensamento corrente, a instituição fundada por Padre Siqueira não fez distinção de cor, como afirmou o fundador ao deixar clara a finalidade da Congregação:

A Congregação Protetora dos Asilos Escolas, consagrados à Educação Doméstica e Religiosa da Infância Desvalida, tem por fim promover a educação doméstica e religiosa da classe pobre, sem distinção de classe, cor ou origem. (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 107)

A ausência de distinção de cor se fez presente não só em relação às alunas, mas também em relação às congregadas. Ao analisar as fotografias da instituição, foi possível observar a presença de freiras negras, como veremos no terceiro capítulo. Todavia, antes de adentrar diretamente na história da instituição e dos seus sujeitos, faz-se necessária uma breve contextualização da escolarização no início da República.

1.3. A escolarização no final do século XIX

Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação. “Um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade social e política” (SOUZA, 1998, p. 27). A partir de 1889, a escola se torna difusora dos valores republicanos. Tentava-se criar um vínculo entre a educação popular e o novo regime, fazendo com que a escola primária adquirisse uma finalidade cívica, moral e instrumental. Para isso ela precisava ser “(re)inventada”.

Já para Schueler e Magaldi (2009), esquecer a experiência do Império era o sentido da invenção republicana. A educação, a partir de 1889, deveria se distanciar daquilo que foi oferecido durante o período imperial, porém, na prática, poucas mudanças ocorreram. Ainda, segundo as autoras, as determinações do Ato Adicional de 1834 (que atribuía às Províncias o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus na Corte, e do ensino superior em todo o país), continuaram no período republicano.

De fato, a Constituição de 1891 não trouxe alterações significativas no que tange à distribuição de competências. O princípio federativo fundamentava a determinação de que cabia aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver o ensino primário e secundário e à União cabia a responsabilidade pelo ensino superior, além do ensino primário e secundário na capital do país, atribuição que repartiria, em regime de colaboração e concorrência, com o poder municipal, o Distrito Federal. (SCHUELER e MAGALDI, 2009, p. 40)

Desse modo, é possível afirmar que não houve um único modelo de educação/escolarização tanto no Império como na República. A educação primária e secundária ficava a cargo dos municípios e dos estados. Tal educação, muitas vezes excludente, acabava resultando na articulação da sociedade civil e da Igreja:

[...] redes de escolarização particulares, desenvolvidas por iniciativa de indivíduos, famílias, grupos e/ou setores sociais diversos, cujas estratégias apontam para a coexistência de práticas educativas plurais em nível local, especialmente nas cidades, mas também nas áreas rurais. Entre estas iniciativas, cabe apontar para o crescimento de instituições de caráter confessional, ligadas não apenas à Igreja Católica e suas diversas ordens religiosas, mas também a outras religiões e a culturas de imigrantes de diferentes procedências étnicas. (SCHUELER e MAGALDI, 2009, p. 54)

Posto isso, podemos afirmar que o contexto nacional tinha o cenário favorável para a idealização e construção de instituições de iniciativa particular, bem como religiosas, tal qual a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo – criada durante o Império, atuante durante a Primeira República e que segue em funcionamento até os dias atuais. Mesmo não sendo de iniciativa do Estado, tais instituições deveriam estar de acordo com as normas estabelecidas por ele. Vale salientar que, além do Estado, as instituições religiosas obedeciam às diretrizes da Igreja Católica. “Neste sentido, a

Igreja se organizou por dentro do aparelho do Estado, marcando uma relação de cumplicidade que, desde então, vem sendo mantida” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 58).

Desse modo, as instituições confessionais deveriam seguir as normas do Estado, bem como as da Igreja. É importante enfatizar que Padre Siqueira “apontou deficiências no modelo educacional da época [...]. Cobrou a responsabilidade do governo quanto à assistência para com as ‘ingênuas’” (SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 123). Diante do desinteresse do governo em atender esse público, Siqueira incluiu um artigo no estatuto da instituição, que se comprometia em receber essas meninas:

Art. 6º – Serão igualmente consideradas tuteladas e sob todas as condições *igualmente impostas às outras educandas*, aquelas meninas nascidas, embora de ventre cativos, porém cujo senhores ou senhoras as libertarem com fim de lhes darem uma educação apropriada. (SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 126, grifo nosso)

Segundo Santo Deus e Silva (2014), tal artigo faz parte do estatuto escrito por Padre Siqueira em 1868, ou seja, três anos antes da fundação da instituição. É interessante observar que o padre abriu a instituição às filhas do ventre cativo, porém deixou a cargo dos senhores e senhoras a decisão de enviar as meninas para lá para dar-lhes uma educação apropriada. Nesse período, as relações entre senhores e escravizados eram tidas como de caráter privado, não cabia a intervenção do Estado:

[...] um dos aspectos centrais da política de domínio na escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar consistia em prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras, cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. (CHALHOUB, 2003, p. 51)

Outro ponto importante é que, a partir de 1871, a criação de instituições com objetivo de atender crianças negras passou a ser um assunto altamente discutido, como afirma Portela (2012, p. 96):

A oferta do ensino primário e obrigatório era compreendida como um mecanismo para que as crianças negras livres [...] viessem a ser bons trabalhadores no futuro, desvinculando a ideia de trabalho às memórias da escravidão. De um modo geral, a grande questão era formar essas crianças para que elas não se rendessem ao ócio.

Apesar de terem sido altamente discutidas, as iniciativas efetivas de criação de estabelecimentos para atender essas crianças foram pequenas e, na maioria das vezes, não davam conta do direito dessas crianças à educação. A preocupação principal era a de conseguir um lugar que as acolhesse, caso o senhor não as quisesse, bem como um lugar para educá-las, “moralizando-as e inculcando-as ao trabalho” (COWLING, 2012, p. 220).

Após a abolição do regime escravista, conforme já mencionado, não houve medidas de reparação e nem estratégias para a inclusão dos negros livres na sociedade. Estes passaram a “pertencer” a uma população de pobres e desvalidos. Como se o fato de estarem naquela situação não fosse totalmente ligado aos quase quatro séculos de cativo. Essa população negra livre começa a engrossar a fila de desamparados, cuidados por “uma política social de atendimento às crianças carentes, abandonadas ou órfãs [...] empreendida sobretudo pela iniciativa privada, liderada pela Igreja [...] com amplo envolvimento da sociedade” (LAPA, 2008, p. 48). Essas instituições de caridade faziam parte “de uma longa tradição brasileira, introduzida desde a formação da sociedade colonial” (AZZI, 2008 p. 20):

Com a introdução paulatina do sistema capitalista no país, a partir de meados do século passado [século XIX], a nova burguesia emergente continua a deixar por conta de instituições cristãs particulares o cuidado dos pobres e marginalizados. Diversas associações leigas e institutos religiosos passam a assumir essa função assistencial, com destaque para congregações femininas. (AZZI, 2008, p. 20)

A instituição criada por Padre Siqueira acabou por atender as filhas das mulheres pobres, negras e não negras. Mesmo que não tivessem parentesco com ex-combatentes da Guerra do Paraguai, por serem pobres, suas filhas eram amparadas e recebiam algum tipo de instrução. O papel assistencialista que tinha a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e outras instituições similares, como asilos e internatos, persiste até os dias de hoje, como asseveram Gondra e Schueler (2008, p. 108):

Até hoje esta é uma fórmula acionada para lidar com a inclusão regulada de crianças e jovens pobres na sociedade. Com esta estratégia, evitam-se os perigos representados pela população posta à margem e, ao mesmo tempo, abastece os postos de trabalho com uma gente minimamente capacitada e disciplinada [...]. Neste sentido, as autoridades competentes e o universo da filantropia percebiam os asilos como uma forma de assistência social, mas também como

medida e controle social [...]. Deste modo, ao combinar rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem”, e por tabela, ofereciam uma mão de obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nestes termos, estariam sendo “úteis a si e a sua pátria”.

Para Lapa (2008, p. 45), a consciência e a prática social, legitimadas por um discurso explícito, procuravam agir sem demora no sentido de disciplinar, confinar, territorializar esses indivíduos, que, sendo a maioria, obstaculizavam o projeto que se tinha para eles, o único capaz de conduzi-los ao progresso, à civilização e, portanto, ao bem-estar e à segurança.

Com apoio em tudo que foi discutido neste item, é possível trabalhar com a hipótese de que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo tenha desempenhado o papel atribuído aos asilos e internatos, combinando rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, como veremos adiante.

Capítulo 2 – Uma instituição educacional católica para mulheres na “Cidade de Pedro”

2.1. A Escola Doméstica, uma ideia

Funciona hoje com trinta meninas pobres, suas proporções, porém, depois de concluído todo o edificio, são para admitir cerca de trezentas meninas. Seu fim, como se vê do proprio Estatuto, é salvar da perdição as meninas pobres desvalidas, habilita-las para boas mães e boas empregadas domesticas, educando-as na doutrina cristã, no santo amor de Deus e no trabalho.

(ANDRADE, Diário de São Paulo, 3 jul. 1872, p. 3)



Foto 1. Padre Siqueira e as alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (EDNSA) c.1871. Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

Antes de começar a falar sobre a idealização e a criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, faz-se pertinente apresentar uma fotografia da instituição na qual aparece o seu fundador, provavelmente na época da fundação, para que possamos ter um contato visual com o nosso objeto de pesquisa. De todas as fotografias que pesquisamos, esta é a única com data aproximada e que traz o Padre Siqueira com as alunas. Nela podemos ver o padre em primeiro plano, encostado na segunda coluna do lado esquerdo do prédio segurando um guarda-chuva. Em segundo plano, aparece um pouco mais de trinta meninas, as primeiras alunas do Amparo, muito bem vestidas, usando chapéu e com as mãos sobre o peito, todas com a mesma postura. É perceptível a presença significativa de meninas negras. O fato de todas as alunas estarem vestidas da mesma forma nos leva a inferir que não havia diferenciação entre meninas negras e não negras. Podemos observar também a presença de mulheres mais velhas que não usam chapéu, e que certamente seriam as professoras. Elas também aparecem em segundo plano e estão com as mãos sobre o peito, com exceção de uma, próxima da terceira coluna do lado esquerdo da fotografia, que parece usar uma das mãos para se apoiar em um guarda-chuva, como se fosse uma bengala. Na parte de cima do prédio, podemos notar, em duas das quatro janelas, a presença de outras moças observando o evento. Essas moças estão vestidas de forma diferente das que estão posando para a foto. O Capítulo X do regulamento orgânico da instituição nos ajudou a compreender porque a diferença de roupas:

Art. 54. Attendendo ao insignificante recurso da Escola, as educandas usarão diariamente as vestes que lhes derem os caridosos bemfeitores da casa.

Art. 55 Para os dias festivos, passeios e mais actos solemnes, as educandas terão três uniformes: branco, preto e azul, de accordo com o regulamento especial que legislará sobre esta matéria.

Art. 56. Este tríplice uniforme a Escola fornecerá ás educandas quando os seus protectores não lhe derem, bem como tudo mais que lhes for mister em idênticas circunstâncias. (BARROS, 1889, p. 84)

Mesmo levando em consideração que a foto foi tirada muito tempo antes do texto escrito por Barros, podemos deduzir a importância que tinha posar para uma fotografia no século XIX; por ser algo que não fazia parte do cotidiano das pessoas, nem mesmo nas famílias mais abastadas, a ocasião ganhava ares de solenidade.

Segundo Kossoy (2001), sendo a fotografia um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrada fotograficamente, pode nos oferecer um inventário de informações acerca daquela precisa porção de espaço e tempo retratados. No nosso caso, observar este inventário de informações que a foto nos dá tornou possível afirmar que a instituição não fez distinção de cor, já que verificamos a presença significativa de alunas negras. Ao longo da pesquisa, tivemos acesso a outras fotografias não datadas que retratam alunas, entre elas, alunas negras. Para Muller (2008), a presença de alunos negros nas fotografias é prova do esforço das famílias em prover educação aos seus filhos.

A partir desse momento, falaremos dos caminhos percorridos por Padre Siqueira, já que “a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo está indissociavelmente ligada ao seu fundador” (PARISI NETO, 2003, p. 7). Para tanto, foi necessário, pelo menos neste momento da pesquisa, ampliar o nosso recorte temporal e começar por conhecer o trajeto trilhado pelo fundador do Amparo, desde o momento da idealização até a concretização do seu empreendimento.

Uma entidade em funcionamento há 146 anos produz uma infinidade de documentação e é, portanto, uma riquíssima fonte histórica. Para conhecermos e compreendermos uma parte da história dessa instituição, que há tanto tempo vem mudando a vida de meninas pobres negras e não negras de Petrópolis, foi feita a análise de relatórios de despesas produzidos pela direção; jornais de época;¹⁵ fotografias; as biografias¹⁶ produzidas por irmã Áurea de Jesus Hóstia, e as irmãs Neli do Santo Deus e Rossana Espíndola da Silva, bem como pelos religiosos frei Hugo Baggio e frei Reinaldo Parisi Neto. Ao trabalharmos com as biografias, buscamos nos preocupar “com o verossímil, com o que nos parece poder ser verdadeiro, o que é possível ou provável” (BORGES, 2008, p. 217). Apresentaremos a instituição segundo essas fontes primárias e secundárias que nos possibilitaram o ingresso em um período tão marcante de sua história.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, por se tratar de uma instituição católica, traz certas especificidades que, segundo Leonel Franca (1931), são necessárias para o desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma

¹⁵ Os periódicos: *O Apostolo*, *Correio Mercantil*, *Gazeta de Petrópolis*, *A Reforma*, *Correio Paulistano*, *Jornal do Commercio*, *Novo e Completo Índice Chronologico da Historia do Brasil*.

¹⁶ As obras: *Padre Siqueira, escritos, crônicas e outros testemunhos*; *O Padre Siqueira sua vida e obra*; *Padre Siqueira, uma resposta à educação do menor carente no Brasil e Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*.

sociedade pautada na moral. Para o autor, os aspectos pedagógicos do ensino religioso são uma questão vital para o futuro, e orientação da escolar e formação do caráter estão intimamente ligadas. Assim pensava Siqueira ao afirmar, em 1868, durante o apelo para criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, ser “inquestionável que o progresso material de um povo é a muralha da nação, porém é também certo que a moral religiosa é o seu alicerce” (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2012, p. 38).

É importante reiterar que não tivemos acesso aos manuscritos do Padre Siqueira, bem como de sua sobrinha, Francisca Narcisa de Siqueira. A análise que fizemos dos documentos que ambos escreveram se deu a partir das transcrições de autores que tiveram acesso a tais documentos, como Baggio (1987), Hóstia (2013), Parisi Neto (2003), Santo Deus e Silva (2014). A partir do ano de 2012, quando houve a revitalização da Sala Histórica, deixou de ser permitida a consulta aos originais de Padre Siqueira e de Francisca Narcisa, pois há o objetivo de preservação “material e espiritual” dos documentos produzidos por eles, conforme informado por Irmã Rossana, responsável pela conservação dos arquivos da instituição. Por se tratar de um arquivo particular, todo trabalho de conservação e manutenção é de responsabilidade da congregação, e cabe a ela decidir quem pode ou não manusear os originais.

A obra que mais auxiliou esta pesquisa foi a biografia *Padre Siqueira: escritos, crônicas e outros testemunhos*, das irmãs Neli do Santo Deus e Rossana Espíndola da Silva, pois nela estão transcritos estatutos, relatórios, o testamento e algumas cartas enviadas e recebidas por Padre Siqueira. No período de revitalização da Sala Histórica, as irmãs transcreveram todos os manuscritos do fundador para que pudessem ser preservados. Para escrever a biografia, as pesquisadoras, além de analisarem os manuscritos, fizeram um estudo de aproximadamente dois anos coletando informações em diversos lugares documentos que mencionassem o Amparo, bem como o Padre Siqueira. Podemos destacar, dentre esses documentos, jornais, fotografias e cartas recebidas pelo fundador.

Por mais que a obra das irmãs Neli Santo Deus e Rossana Espíndola da Silva traga na íntegra os textos de Padre Siqueira, esta não pôde ser tratada como fonte primária, pois nela há as intencionalidades e os enquadramentos de seus autores. Contudo, podemos afirmar que se trata de uma obra com grande importância histórica, porque “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização”

(POLLAK, 1992, p. 7). Sendo assim, é possível afirmar que a memória da instituição se perpetua ao longo dos anos graças a esforços como este das irmãs.

Os periódicos consultados a partir da hemeroteca da Biblioteca Nacional enriqueceram de forma bastante significativa esta pesquisa. Muitas das informações que foram divulgadas pelo fundador em relatórios também foram divulgadas nos jornais da época; além disso, os periódicos possibilitaram embasar, ou não, as informações das obras mencionadas anteriormente. Todos os jornais que citamos nesta pesquisa foram estudados a partir de cópias digitalizadas e disponibilizadas pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Posto isso, voltemos à instituição. No capítulo anterior, falamos sobre a intenção do Padre Siqueira em fundar uma escola feminina no século XIX, período no qual as mulheres não tinham muitos espaços, além dos domésticos, reservados a elas. Para Siqueira, o sexo feminino necessitava de proteção e encaminhamento para que pudesse cumprir o seu papel na sociedade. Falamos também sobre a participação do pároco na Guerra do Paraguai, momento em que começa a idealização de um sonho que aos poucos foi se tornando realidade. Mas quem foi esse idealizador e fundador do Amparo?

Segundo Hóstia (2013), João Francisco de Siqueira Andrade nasceu no município de Jacareí no interior de São Paulo em 16 de julho de 1837,¹⁷ filho de Miguel Nunes de Siqueira e Claudina Maria de Andrade, que tiveram mais sete filhos, entre eles, José Bento de Andrade¹⁸ e Narciso Antunes de Siqueira.¹⁹ Santo Deus e Silva (2014) afirmam que, em 1857, Siqueira entrou para o Seminário Diocesano, em São Paulo; sete anos mais tarde, na Província de São Pedro no Rio Grande do Sul, aconteceu sua Ordenação Sacerdotal. No ano de 1865, alistou-se ao Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria, sendo capelão na Guerra do Paraguai. Sobre a participação de Siqueira na guerra, afirma Hóstia (2013, p. 33) que:

Quando de sua estada no Sul, tivera ele ocasião de ouvir bem de perto o relato dos horrores e as consequências tristes da guerra. Seu coração bem formado, onde o amor à pátria se aliava ao amor de Deus e das almas, sentiu-se chamado a este heroico sacrifício. E, soldado de cristo, como tal, luta e combate em prol do bem, fazendo-se voluntário e Capelão Militar do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, para

¹⁷ Segundo Santo Deus e Silva (2014), a data do nascimento do Padre Siqueira foi em 15 de julho de 1837. As autoras afirmam que a cronologia foi baseada em documentos que se encontram no arquivo da Sala Histórica.

¹⁸ Cônego José Bento de Andrade foi diretor do Amparo a partir de 1881, conforme veremos adiante.

¹⁹ Narciso Antunes de Siqueira, pai da madre Francisca, foi tenente do Sexto Batalhão na Guerra do Paraguai.

estender a seus irmãos e patrícios a sua caridade e dedicação. Quem sabe não visse ele no ato que praticava senão o bem espiritual de tantos recrutados que diariamente passavam para o campo de batalha.

Padre Siqueira tinha o hábito de escrever sobre os lugares pelos quais passava, criando assim um livro de memórias, arquivado atualmente na Sala Histórica como um bloco de anotações chamado *Memorial de viagens*. Há trechos do *Memorial* transcritos pelas autoras Santo Deus e Silva (2014) no livro *Padre Siqueira: escritos, crônicas e outros testemunhos*. Dentre os quais, as autoras destacam uma passagem que revela os sentimentos de Padre Siqueira ao estar diante das consequências da guerra:

Os tempos se passaram... O anjo da morte passava sobre os telhados, anunciando cada dia a orfandade em novas famílias desvalidas! O luto enegrecia as entradas dos templos e as lágrimas lavavam os pavimentos. As choupanas se fechavam e as desgraçadas viúvas, cobertas de andrajos, levando diante de si suas tenras filhinhas, apresentavam-se às portas dos taberneiros para solicitar-lhes uma fatia de pão! Meu Deus! Quantos infortúnios presenciei! Quantos insultos àquelas pobres viúvas!... Quantas atrocidades àquelas infelizes vítimas... por orgulho ou capricho de um malvado! Quem sabe quantos outros horrores ocasionados pela fome e pela miséria! Não! Disse eu, não é possível conter os impulsos do meu coração! Não há para mim maior sacrifício. Não vou salvar toda essa porção frágil e desafortunada da humanidade; uma só infeliz que, com a graça do Senhor e proteção da Augusta Virgem do Amparo, nossa Mãe e Protetora, eu possa salvar do ameaçador naufrágio, já me será uma inextinguível consolação. (ANDRADE apud SANTOS DEUS e SILVA, 2014, p. 214)

Havia no posicionamento de Siqueira a preocupação para com as mulheres e suas filhas. Segundo o padre, sem a presença masculina, elas estariam fadadas à fome e à miséria. Tal pensamento, nos dias de hoje, poderia nos causar estranheza, pois muitos lares são dirigidos e sustentados por mulheres em todas as classes sociais. Não que isso não acontecesse também no século XIX, muitas mulheres, principalmente as pobres, dirigiam seus lares, conforme falado no capítulo anterior. Porém “a clausura doméstica, o afastamento do mundo, a ignorância, que marcavam o espaço da vivência feminina durante o período colonial, adentraram o próprio período do Império” (MANOEL, 1996, p. 22), bem como ainda havia aquela concepção de que a mulher precisava de amparo e proteção. Padre Siqueira, então, mesmo tendo algumas ideias avançadas, não deixava de ser um homem do seu tempo. Para ele:

[...] amparar meninas pobres, sobretudo órfãs expostas aos perigos da miséria e a mil desgraças, prepará-las para boas mães de família, seria a maior caridade diante de Deus, e para o país o maior benefício. Tinha demais em memória as seguintes palavras de um distinto escritor Português: – “Quereis uma sociedade moralizada, moralizai primeiro a mulher”.²⁰ (ANDRADE apud HÓSTIA, 2013, p. 115)

Há outro ponto interessante no posicionamento de Siqueira, não relacionado diretamente com a sua preocupação em educar meninas pobres, mas acreditamos ser importante mencionar, pois pode revelar o que pensava a sociedade sobre a Guerra do Paraguai: o uso do termo “malvado” para fazer referência ao responsável pela guerra. Não fica claro a quem Siqueira se referia. Acreditamos que, pela aproximação que tinha com a família imperial, além do fato de que seria esta família que poderia aprovar a realização do empreendimento de Siqueira, o malvado não seria o imperador Dom Pedro II, mas sim, muito provavelmente, Solano Lopez, presidente do Paraguai. Era muito comum na época creditar a responsabilidade da guerra à ambição do líder paraguaio; existem até linhas da historiografia que defendem essa hipótese, como mostra Schwarcz (1998, p. 460):

Segundo uma determinada linha da historiografia, a origem da guerra estaria na ambição desmedida de López, em seu caráter ditatorial e autoritário. Esses estudos insistem na personalidade truculenta de López, em sua política fraudulenta, e na aversão que d. Pedro II teria ao perfil de caudilho do presidente paraguaio.

Voltando aos caminhos trilhados por Padre Siqueira. Segundo Hóstia (2013, p. 34), “a vida rude que levava nas terras do Paraguai [...] abalara fortemente a sua saúde, que era delicada. Doente, assaltado pela moléstia insidiosa que anos mais tarde o levaria à sepultura, teve de regressar à sua terra natal”. A autora não menciona a estada de Padre Siqueira em Jacaréí; a partir desse ponto, encontramos apenas a referência a presença na capital do Império, onde fica hospedado na casa da amiga D. Leocádia. Já o autor Baggio (1987, p. 23) nos ajuda a entender como Padre Siqueira chegou até Petrópolis:

No Rio de Janeiro, encontrou-se com uma venerada senhora que serviu de anjo enviado por Deus para coadjuvar o Pe. Siqueira em sua obra: D. Ana Leocádia da Cunha Barbosa Moreira Guimarães. Em sua casa foi recebido com afeto de filho, encontrando o calor humano, o

²⁰ A pesquisa não localizou o escritor português.

espírito cristão e os meios materiais necessários para desencadear seus projetos, numa daquelas manifestações claras de Deus na vida do homem, que expressa uma das formas de auxílio de Deus. O casal Moreira Guimarães vivia, desde 1855 no bairro das Laranjeiras, mas como família de posses, possuía uma herdade em Corrêas, junto à fazenda imperial de Petrópolis, onde costumava passar a temporada quente do verão. Chamava-se o recanto “Fazenda da Olaria”

Ao analisar a trajetória de Padre Siqueira, questionamos se a escolha de Petrópolis teria sido feita de forma aleatória, apenas como consequência de ter ficado hospedado na fazenda de sua amiga ou devido ao clima ameno que fazia bem à sua saúde. Se tivesse Siqueira ficado hospedado em uma cidade de clima ameno como Campos do Jordão, por exemplo, teria ela sido escolhida para receber a tão sonhada obra? Para Baggio (1987, p. 29) “podemos conjecturar que muitas vezes deve ter ido à cidade e frequentado a Corte, pois sabia que ali moravam as influências do país, e mais facilmente chegaria ao imperador”. Estas são afirmações que só nos levam a conjecturas, pois não temos certeza do motivo pelo qual Petrópolis foi escolhida.

Após definida a cidade que receberia a tão sonhada instituição, Siqueira parte em busca de autorização para dar início à sua obra. Em 15 de julho de 1868, apresenta ao imperador Dom Pedro II a carta em que descreve o seu objetivo.

Senhor, com profundo respeito, venho à augusta presença de Vossa Majestade Imperial, ter a subida honra de apresentar o programa do estabelecimento pio, que tenho projetado e sobre cujo assunto Vossa Majestade já se dignou ouvir-me. Esforço-me para ver realizado o meu pensamento, confiando em Deus, em vossa Majestade e no povo brasileiro, cuja caridade não me há de faltar. A educação de um povo, Senhor, não está somente nos estudos que levam ao caminho das ciências. Cada um para o que nasceu e conforme as suas condições. O pobre precisa do trabalho como riqueza, para isso, a instrução apropriada, o costume e a moralidade se tornam indispensáveis. (ANDRADE apud SANTOS DEUS e SILVA, 2014, p. 197)

Nesse trecho da carta, podemos perceber a confiança que o padre possuía na filantropia da sociedade brasileira, algo que se tornava comum no século XIX, pois “esse sistema de favor que permeava toda a sociedade conferia status e legitimava a reprodução da pobreza” (LAPA, 2008, p. 27). Para Parisi Neto (2003, p. 58), “a caridade estabelecia a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, fazendo com que não se enxergassem as injustiças e se amenizassem os conflitos sociais [...] dando como esmola o que era um dever”. Ao dizer que a riqueza do pobre é o trabalho, Siqueira

parece deixar claro que o objetivo da instituição é ensinar aos pobres o suficiente para que eles possam desenvolver funções úteis na sociedade.

Segundo Parisi Neto (2003, p. 16), “o imperador alertou-o [o padre] seriamente sobre as dificuldades que encontraria na realização de tal empreendimento. [...] Três meses depois, aprovou a ideia e dispôs-se a favorecer a implantação dessa instituição educacional”. A partir da aprovação do imperador, mais precisamente “em 15 de outubro de 1868, Siqueira inicia peregrinação através das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em busca de recursos” (PARISI NETO, 2003, p. 17).

Ao fazer seu apelo para que a sociedade petropolitana o auxiliasse na construção do Amparo, Padre Siqueira tentava preveni-la sobre a importância de uma educação religiosa para crianças e jovens. Para isso, usou como instrumento os jornais da época, publicando em 27 de agosto de 1868, no *Correio Mercantil*, seção Publicações a Pedido, a seguinte súplica:

Dois grandes motivos impelem-me a levar a efeito esse meu pensamento. Primeiro, a salvação das almas, arredando do caminho da perdição, especialmente essas pobres e infelizes meninas, que, sem residencia fixa e sem nunca sujeitar-se ao trabalho por falta de uma educação apropriada, percorrem as ruas esmolando, cuja vida será, antes de tudo, um escarnio a religião, um escandalo a sociedade, não vindo ser nem ao menos uteis ao país [...]. O segundo é prevenir uma substituição conveniente e vantajosa ao elemento servil [...] desnecessario dizer que uma *criada* educada no trabalho desde a sua infancia e dirigida pelos principios da moral e da religião, faz a felicidade e o descanso de uma familia inteira.²¹ (ANDRADE, *Correio Mercantil*, 27 ago. 1868, p. 3, grifo nosso)

Siqueira ainda afirma que:

Depois de respeitosamente ter apresentado a Sua Magestade o Imperador o programma do estabelecimento projectado, e de haver sua Magestade se dignado dar sua approvação, offerecendo ao mesmo tempo o seu poderoso auxilio, cumpre-me o dever de offerecê-lo a sua consideração de todos os christãos, em cuja caridade, depois de Deus, deposito todas minhas esperanças. (ANDRADE, *Correio Mercantil*, 27 ago. 1868, p. 3)

Parisi Neto (2003) faz alguns questionamentos acerca dos interesses dos benfeitores da instituição e indaga quem seriam essas pessoas, quais suas intenções ao

²¹ Segundo as autoras Santo Deus e Silva, esse apelo foi escrito em 1868, ou seja, três anos antes da Lei do Ventre Livre e vinte anos antes da abolição da escravatura.

apoiarem o projeto de Padre Siqueira. De acordo com os estudos de Lapa (2008, p. 45), é possível dizer que há a intencionalidade de “reparar” aqueles considerados em desacordo com a sociedade da época:

Com certo pragmatismo, a elite local expressa e executa o ideal que marca também a elite do país, nesse período, que é o de reciclar o indivíduo e a coletividade no sentido de que se tentasse remover os defeitos étnicos e biológicos de origem, a tradição cultural comprometedora, os comportamentos e hábitos deletérios.

Desse modo, podemos dizer que a elite brasileira unia dois interesses: o de remover os defeitos daqueles que não se encaixavam no que era estabelecido por ela, bem como o fato de cumprir o papel de bom cristão. Ao longo da trajetória da instituição, conseguimos perceber de forma significativa que esses benfeitores, com exceção de poucos, tinham seus nomes divulgados para servir de exemplo e até de motivação para outras pessoas. Foi, inclusive, criada por Siqueira uma associação intitulada Congregação Protetora das Escolas-Asilos, que segundo ele tinha o objetivo de ser a “associação de todas as pessoas que em nome de Deus quiserem contribuir para a fundação de Asylos Escolas, dentro do próprio Brasil” (ANDRADE, 1869 apud PARISI NETO, 2003, p. 59). Já para Parisi (2003, p. 59), o objetivo “era formar um corpo de benfeitores que aderindo ao projeto de Siqueira na construção de uma escola, nos moldes como havia ele imaginado, tivesse por finalidade angariar apoio e fundos para a construção e concretização da Escola do Amparo”. Podemos afirmar que o objetivo principal era conseguir ajuda para fundar o tão sonhado empreendimento.

Segundo Hóstia (2013, p. 59):

[...] com os primeiros bens angariados nas viagens [...] deu logo início a sua obra [...]. Aos 30 de abril de 1869 passava-se a escritura da compra do prazo²² 192 pelo preço de 6:500\$000, com uma casa assobradada, sita na Rua Bragança, n. 14, passada pelo tabelião Francisco Júlio de Melo e Silva [...]. A 17 de julho, o prazo 191, com o prédio n. 16 à mesma rua, pelo preço 1:100\$000, passada a escritura no mesmo cartório Melo e Silva [...]. A 11 de setembro lhe foi entregue o prazo de 189, comprado por ele em praça por 500\$000, cujo terreno pertencia aos filhos de Said Ali Ltda. Na mesma época, recebeu o prazo 190, que arrematara por 300\$000.²³

²² Transferência de imóvel mediante pagamento de foro.

²³ De acordo com Hóstia (2013), os prazos adquiridos na rua Bragança pertenciam à Fazenda Córrego Seco, onde se fundou a cidade de Petrópolis, a autora também afirma que a rua Bragança é atualmente a rua Roberto Silveira.

Após adquiridos os prazos e dado início a construção da obra em 11 de janeiro de 1871, Padre Siqueira divulgou no jornal *A Reforma* uma nota sobre a inauguração da instituição, da qual destacamos o seguinte trecho:

No dia 22 do corrente mez de janeiro se fará, querendo Deus, a abertura d'este estabelecimento, devendo por ora funcionar n'uma parte que já está completa, até se concluir a obra toda. A sua primeira missa será celebrada pelo Exm. o Rvm. Monsenhor Internuncio Apostólico, ás 9 horas da manhã com a assistência de suas magestades imperiaes. (ANDRADE, *A Reforma*, 11 jan. 1871, p.3)

E oito dias antes da inauguração, o mesmo jornal, na Seção Crônica Geral, divulgou mais uma nota sobre a instituição:

A esforços do Revm. Padre João Francisco de Siqueira Andrade, incansável no sacrosanto trabalho de caridade christã, vai se abrir em Petrópolis a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, destinada ao desenvolvimento moral e educação religiosa de muitas miserables creanças, que, sem arrimo na vida, andam por ahí ameaçadas pela terrível voragem da prostituição. (*A REFORMA*, 15 jan. 1871, p. 11)

A inauguração da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo não foi assunto só em *A Reforma*, o jornal *O Apostolo* divulgou nota informando aos seus leitores como foi o evento:

No dia 22 do corrente ano na cidade de Petrópolis inaugurou a Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo o Revd. Padre João Francisco de Siqueira Andrade. As 10 horas da manhã SS. MM. Imperiaes assistiram a missa celebrada pelo Exm Revm. Sr. Internúncio Apostolico, Monsenhor D. Domingos Sanguigni. Terminada a Missa o Revd. Padre Siqueira pronunciou algumas palavras tão repassadas de unção, que comoveram o auditório numeroso, que assistio ao acto, agradecendo aos bemfeitores que até ali o tinham ajudado e excitando a caridade de todos para que fosse criada a obra importante que tinha tomado sobre si para realizar. (*O APOSTOLO*, 29 jan. 1871, p. 40)

Podemos perceber que tanto Padre Siqueira quanto a instituição eram constantemente assuntos nos periódicos da época. Levando em consideração o período em questão, controlado por uma sociedade conservadora, essas notas divulgadas nos jornais tinham o claro objetivo de doutrinar as pessoas, conforme assevera Luca (2008, p. 133): “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”. Tais

formas de sensibilização e possível doutrinação, aos poucos, davam forma ao projeto idealizado por Siqueira.

O propósito desta pesquisa não é fazer críticas às estratégias utilizadas por João de Siqueira Andrade para alcançar seus objetivos, porém não podemos deixar de analisá-las, bem como a eficácia delas. E essa eficácia se deu porque as estratégias a que faz uso o padre estavam inseridas em um cenário totalmente favorável; ou seja, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo se tornava um “reflexo do contexto sociopolítico e cultural da época, onde os extremos se encontravam [...] neutralizando os conflitos, pois não se buscavam as causas do problema” (PARISI NETO, 2003, p. 92).

Enquanto angariava fundos, outras providências eram tomadas por Padre Siqueira, como “visitar obras similares que funcionavam já em vários pontos do país, a fim de conhecer seu andamento, sua fundamentação, seu método educativo e o sistema de sustentação” (BAGGIO, 1987, p. 30). Já falamos anteriormente que tais instituições começaram a ganhar relevo em meados do século XIX, quando os pobres passaram a ser um problema, pois “destoavam” da sociedade do Brasil Imperial.

Desse modo, começaram a surgir no século XIX inúmeras instituições de caridades, os chamados asilos. A autora Maria Luiza Marcílio, em sua obra a *História social da criança abandonada*, menciona o surgimento dessas entidades em várias regiões do Brasil, porém uma merece maior destaque devido à proximidade geográfica e temporal com a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, além do fato de algumas religiosas dessa instituição terem atuado posteriormente no Amparo, como veremos adiante: “em 1854, surgia em Niterói, o Asilo Santa Leopoldina [...]. Entre 1854-1877, ele abrigou 286 menores (onze do sexo masculino e 275 feminino) que ali recebiam o ensino elementar e o profissionalizante” (MARCILIO, 1998, p. 203). Pela quantidade de meninas recebidas, podemos considerar a instituição em questão como feminina. Ao procurar mais informações sobre ela, percebe-se que sempre é mencionada como uma entidade voltada para a educação feminina, como podemos ver em nota divulgada em 1858 no *Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil* (p. 181):

[...] o capellão Alves Marinho celebrou o santo sacrificio da missa no Asylo de Santa Leopoldina (Nichteroy) [...]. Uma das educandas acompanhou na harmonica os hymnos religiosos cantados pelas irmãs do Coração de Maria. Em seguida teve lugar a entrega dos prêmios conferidos às educandas que se distinguirão por sua applicação e procedimento.

Os jornais da época não trazem informações detalhadas sobre a instituição, e os trabalhos que mencionam a entidade de Niterói o fazem de forma sucinta, usando como referência Marcílio (1998), que por sua vez também se refere ao asilo de forma bastante breve. Desse modo, não temos subsídios para fazer uma comparação mais aprofundada entre as duas instituições.

2.2. “A Escola Doméstica já não é uma ideia, mas sim uma realidade”²⁴

A partir de 22 de janeiro de 1871, a fundação do Amparo se tornou uma realidade, porém os esforços realizados para sua abertura deveriam continuar para que fosse possível a sua manutenção. Uma instituição de tamanha proporção demandou a movimentação de várias pessoas com habilidades e responsabilidades diferentes. Padre Siqueira não atuou sozinho, mesmo após a inauguração, o auxílio de várias pessoas continuou a ser necessário. Já durante a cerimônia de inauguração, Siqueira apresentou aos presentes, entre eles a família imperial, as religiosas responsáveis pela educação das meninas, conforme mostra Baggio (1987, p. 53):

Cinco Irmãs do Imaculado Coração de Maria estão encarregadas da educação das órfãs, e assim como souberam elevar ao grau de prosperidade em que está o Asilo de Santa Leopoldina na cidade de Niterói, assim também procederão com a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Ainda segundo Baggio (1987, p. 54), Padre Siqueira teve a oportunidade de conhecer as religiosas da congregação em Porto Alegre em 1865, quando regressava da Guerra do Paraguai, bem como no Asilo Santa Leopoldina em Niterói. Sendo assim, resolveu convidá-las para o seu futuro empreendimento. Após terem certeza de quais eram os objetivos do padre, a madre fundadora e mais quatro companheiras chegavam à Petrópolis no dia 10 de janeiro de 1871.

A escola era um fato, havia as alunas, as professoras, os benfeitores e os estatutos. Esses estatutos²⁵ tinham como objetivo nortear a instituição. “Tratam-se das normas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, organizadas pelo Padre

²⁴ Segundo Amador Bueno (1892), tal frase foi dita por Padre Siqueira em 1872.

²⁵ Segundo memórias do Amparo, os relatórios foram tão bem elaborados que já foram utilizados até para pesquisas acadêmicas na área jurídica.

Siqueira, no início da obra” (SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 121). Eles foram criados no programa enviado ao imperador em 1868, conforme afirmam Santo Deus e Silva (2014, p. 121):

Em 15 de julho de 1868, Padre Siqueira apresenta ao Imperador o programa [...] com artigos que servirão de base para a organização dos Estatutos da Escola, anexado a estes, a petição. Após o consentimento do Imperador, Padre Siqueira fez imprimir o referido programa, distribuiu e deu começo aos trabalhos.

E continuam as autoras:

Em 1872,²⁶ divulga o Estatuto completo no jornal *Correio Paulistano* edição 4765, com introdução adicional, fazendo o mesmo em 1873, 1874, 1875 e 1876, acrescentando, a cada ano, alterações tanto nos artigos, como na Introdução. No último Estatuto de 1876, no artigo 42, na própria redação, ele submete o estatuto à aprovação do Governo Imperial – por garantia de apoio. Como resposta, Dr. Campos de Medeiros diz que o Governo Imperial não tem competência para aprová-los, deixando para Padre Siqueira resolver. (SANTOS DEUS e SILVA, 2014, p. 121)

Nesses estatutos,²⁷ o fundador do Amparo comunica os objetivos da instituição, informando a finalidade do estabelecimento, da administração; do ensino (quais disciplinas seriam lecionadas), da recepção ou admissão (informando quais requisitos necessários para que as meninas pudessem ingressar), da retirada (com qual idade e por qual razão elas poderiam sair da escola) e da economia da escola.

No artigo segundo do Capítulo I do estatuto de 1868, Siqueira afirma a finalidade da instituição:

Dar educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de família, como alugadas, ficando, entretanto, sob a proteção da Escola, até que se achem em condições que a dispensem e que estão marcadas neste programa. (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 124)

O artigo deixa claro que o objetivo da instituição é educar meninas pobres para desempenhar funções de subserviência na sociedade. Porém, aos poucos, foi possível

²⁶ Não encontramos entre os anos de 1868 e 1872 a divulgação dos relatórios em nenhum jornal. As autoras Santo Deus e Silva em sua obra fazem a mesma afirmação.

²⁷ Não tivemos acesso aos manuscritos dos estatutos. A análise que fizemos deles se deu a partir de publicações realizadas nos jornais *Correio Paulistano* e *Correio Mercantil*, e das transcrições de autores que tiveram acesso a esses documentos, como Baggio (1987), Hóstia (2013), Parisi Neto (2003), Santo Deus e Silva (2014).

perceber que a intenção do fundador ia além da anunciada nos jornais da época. Analisando alguns documentos posteriores à fundação da escola, constatamos que o empreendimento de Siqueira era muito mais do que um asilo para receber meninas pobres. Havia uma preocupação para que essas meninas aprendessem além do necessário para desempenhar funções domésticas, como veremos no próximo capítulo. Podemos inferir que o pároco se utilizou de tal estratégia para conseguir a aprovação do imperador, bem como da sociedade brasileira, pois de acordo com o pensamento da época a educação de mulheres não era algo tão apreciado, como já falamos anteriormente.

Cinco anos após a inauguração, Padre Siqueira transcreve o estatuto com o objetivo de obter aprovação jurídica, sendo este enviado à Imperatriz durante ausência do Imperador. Nesse estatuto, o artigo que trata da finalidade da instituição traz algumas modificações quando comparado ao apresentado em 1868.

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, instituída pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, e dirigida por senhoras brasileiras, tem por fim educar desvalidas de proteção e amparo, sem distinção de classe, cor ou origem, de modo que possam, no futuro, viver honestamente do seu trabalho, quer como boas mães de famílias, quer empregadas domésticas ou mesmo sobre si, segundo as habilidades de cada uma. (ANDRADE apud SANTO DEUS e SILVA, 2014, p. 152)

Vemos nesse artigo que o fundador já acrescenta a possibilidade de as educandas poderem trilhar um caminho de acordo com as suas habilidades, além de serem mães de família e empregadas domésticas. Aos poucos, Siqueira vai incluindo outras alternativas a essas meninas. Podemos inferir que ele tinha conhecimento do contexto no qual estava inserido, compreendia qual o papel “atribuído” à mulher no século XIX, sendo assim, precisava utilizar dos artifícios que possuía para conseguir apoio. A nossa hipótese ganha sustentação graças a afirmação de Santo Deus e Silva (2014, p. 122):

É de suma importância lermos os Estatutos observando a contingência de pensamento da época, onde a mulher era uma figura submissa e os direitos civis não eram para todos [...] Portanto a política educacional feminina era fiscalizada pelo Governo e pela Igreja, uma vez que os ares da emancipação feminina surgida na modernidade vinda da Europa, já soprava no Brasil [...]. E para que a educação chegasse à

mulher, no contexto daquela época, o caminho para se ter apoio era, sem dúvida, por meio da domesticidade.

É indispensável olhar para o caminho trilhado por Siqueira, considerando o contexto da época. E o fato de a escola funcionar ininterruptamente até os dias atuais, fornecendo educação básica, até o quinto ano do ensino fundamental, e atendendo exclusivamente meninas pobres, mostra que o objetivo da instituição sempre foi educar as mulheres para viverem “sobre si, segundo as habilidades de cada uma”. Porém é possível inferir que, se este objetivo fosse exposto no período, poderia acontecer o que ocorreu com outras instituições parecidas, como demonstra Ivan Manoel (1996, p. 31):

Em 1876, o educador e jornalista Francisco Rangel Pestana e sua mulher abriram um colégio feminino²⁸ onde, além das matérias estabelecidas, ministravam também Direitos da Mulher. A sociedade conservadora [...] boicotou o colégio e, em 1879, ele foi fechado por falta de alunas.

Certamente, o estabelecimento educacional do Padre Siqueira não correria o risco de fechar por falta de alunas, pois havia uma grande quantidade de meninas precisando de amparo e instrução. Porém o apoio à escola seria menor, poucas pessoas sustentariam o empreendimento, inclusive a família real. Sendo assim, os planos do fundador provavelmente não sairiam do papel e, caso saíssem, suas portas seriam fechadas rapidamente, porque “a oligarquia se assustava com o mundo moderno, que exigia a educação feminina” (MANOEL, 1996, p. 32).

De acordo com os estudos de Manoel (1996) e Lapa (2008), uma instituição no formato de asilo que, no máximo, ensinasse a essas meninas funções que as tornassem úteis à sociedade, além de ampará-las e vesti-las, era bem vista pela sociedade conservadora, pois desse modo a manutenção do sistema social existente não corria riscos. E tal situação faz tanto sentido que as religiosas do Imaculado Coração de Maria que atuaram no Asilo Santa Leopoldina e posteriormente foram para o Amparo não permaneceram neste por muito tempo. A razão do afastamento foi a divergência de opinião em relação à educação das meninas, como afirma Baggio (1987, p. 55):

²⁸ O autor Ivan Manoel (1996) não traz informações além das mencionadas acima sobre o colégio. Porém, de acordo com a autora Maria do Rosário Longo Mortatti (2015), trata-se do Colégio Rangel Pestana, fundado na cidade de São Paulo em 1876 pelo jornalista Francisco Rangel Pestana e sua esposa Damiana Quirino Rangel Pestana.

Na página 3 da edição 6535 de 1878 do jornal *Correio Paulistano* (Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), há um anúncio informando o valor dos cursos oferecidos pelo Colégio Rangel Pestana, situado na rua Boa Morte 31, que funcionava como internato e externato para meninas.

O bom trabalho que vinha sendo exercido pelas religiosas não poderia perpetuar-se, pois suas constituições e modo de vida não se afinavam com os objetivos do educandário. Dentro da pedagogia do Pe. Siqueira, as meninas não podiam ficar confinadas o tempo todo aos limites da Escola Doméstica [...]. Claro que nenhum dos lados estava em condições de renunciar a seus pontos de vista e, com isso, as irmãs preferiram abandonar a Escola.

Ainda segundo o autor, apenas uma das cinco religiosas, a irmã Joana da Cruz, resolveu ficar no Amparo, porém, para isso, depôs o hábito, passando a vestir-se somente de preto, alegando compaixão às meninas. Ficou na instituição, todavia não mais como religiosa. As irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, com exceção de Joana, ficaram no Amparo por dois anos aproximadamente.

Além dos estatutos, foram criados os relatórios. Eles tinham como objetivo prestar contas àqueles que contribuíram com a construção e a manutenção da escola. De acordo com os estatutos que regimentavam a instituição, os relatórios cumpriam o artigo 100 do Capítulo XV que afirmava que “o diretor dará anualmente um relatório circunstanciado a respeito da Escola, apresentando receita e despesa, bem como tudo o mais que possa interessar o bem geral da escola” (BARROS, 1889, p. 11).

Durante a vida de Padre Siqueira, foram escritos “três pequenos relatórios, o primeiro, de 31 de dezembro de 1873, o segundo, de 16 de julho de 1877 e o terceiro, 10 de abril de 1880” (SANTO DEUS e SILVA, p. 161-2):

Cuidadosamente produzidos como fruto de diversos anos de trabalho, correspondem a uma compilação aprimorada do material por ele produzido e arquivado, com três intenções claras e objetivas. A primeira delas é fornecer aos benfeitores/leitores, informações esclarecedoras em relação ao destino das contribuições que fizeram em favor da construção da escola. A segunda, expor sobre o andamento do processo de edificação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. E, por fim, a terceira intenção é a de expressar gratidão aos colaboradores vivos e falecidos, garantindo-lhes como retribuição, o benefício da oração das crianças.

O relatório de 1873 foi divulgado no jornal *O Apostolo*, trazendo as seguintes informações:

Como instituidor da escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo cumpre-me dar aos seus dignos bemfeitores bemfeitores uma idea acerca do andamento della, e em nome da religião e da parte das pobres desvalidas protestar-lhes meus reconhecimentos [...]. Pois bem:

é com inexprimível contentamento que lembro aqui os nomes acatáveis. (ANDRADE, *O Apostolo*, 8 jan. 1874, p. 4)

Após citar uma lista com o nome dos benfeitores da instituição, entre os quais os diretores do Colégio Pedro II, Siqueira continua o seu texto, relatando o que foi realizado a partir das doações: “38 pobres (além do pessoal encarregado de sua direção e ensino) já são aí sustentadas, educadas, vestidas e tratadas a custa da caridade, despesa esta que, se eleva 8:000\$000 por ano”. Desse modo, mostrava que os atos de benevolência da sociedade não foram em vão, que as doações foram bem aplicadas. Ter o nome divulgado nos jornais explicitava a todos o espírito cristão, motivando aqueles que nunca haviam contribuído a fazê-lo, além de incentivar os que já faziam a continuar.

Padre Siqueira aos poucos deixa a casa em condições para ser administrada posteriormente por outras pessoas, porém, de acordo com os seus ideais. Um dos grandes feitos de Siqueira, além da fundação do Amparo, foi o convite àquela que seria a sua mais fiel colaboradora, sua sobrinha Francisca Narcisa de Siqueira (da qual falaremos no terceiro capítulo), que dedicou 54 anos de sua vida à instituição.

O último relatório feito por Siqueira foi em 1880, ano em que sua saúde começou a se agravar. Em novembro desse mesmo ano, resolveu escrever seu testamento, composto por oito parágrafos e mais algumas considerações. Não tivemos acesso ao documento manuscrito, porém o jornal *O Apostolo* o divulgou na íntegra na seção Publicações a Pedido em 11 de maio de 1881. Nós optamos por incluir apenas alguns trechos, quando estes estiverem relacionados aos assuntos aqui tratados. Neste momento da pesquisa, o importante foi transcrever os parágrafos quarto, quinto e um trecho do sexto, que tratam de sua sucessão:

Quarto – Se acontecer eu fallecer antes que tenha organizado esta instituição, fica encarregado d’esta missão o meu prezado irmão, o Cônego José Bento de Andrade que se acha instruído de todos os meus desejos e sentimentos e com o mesmo animo que eu.

Quinto – Delego a este meu prezado irmão, a quem dou por abonado em juízo, todos os meus direitos emquanto elle viver, a fim de que ele possa completar esta obra da escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo, tal qual temos estudado e convencionado durante nossa vida.

Sexto – Só por sua morte ou se por ventura, por qualquer outra circumstancia elle seja forçado a deixar esta instituição, ficará então, a escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo sob a direcção, inspecção, cuidados e zelo apostólicos perpétuos, do Exmo. Prelado diocesano. (ANDRADE, *O Apostolo*, 11 maio 1881, p. 3)

Sobre a atuação de José Bento de Andrade, Hóstia (2013, p. 172) aborda de forma sucinta: “Examinaremos, em traços rápidos, o que foi a bela vida de sacerdote dedicado à Igreja e ao Brasil, do Cônego José Bento de Andrade”. Segundo a autora, José Bento de Andrade nasceu em 22 de novembro de 1836 e faleceu em 1897 na cidade de Jacareí. Fundou na mesma cidade o Colégio São Miguel para meninos pobres em 1885, deixando para a instituição todos os seus bens. Não fizemos uma pesquisa mais detalhada sobre a instituição fundada por José Bento de Andrade, sabemos que o colégio deu origem a atual Escola Técnica Cônego José Bento, também em Jacareí. A entidade foi fundada durante o período em que atuou como chefe e diretor do Amparo, “cargo que ele assumiu por generosa afeição ao irmão falecido, não obstante seus múltiplos trabalhos em Jacareí” (HÓSTIA, 2013, p. 174).

José Bento de Andrade assumiu a direção do Amparo em 1881, ano da morte do Padre Siqueira. Em 1883, conseguiu inaugurar o novo edifício, bem como a tão sonhada capela. Durante alguns anos, José Bento dirigiu ao mesmo tempo a Escola Doméstica, o Colégio São Miguel e a Paróquia em Jacareí. Porém, aos poucos, sua saúde começou a dar sinais de fraqueza e, seguindo ordens médicas, precisou deixar algumas de suas atribuições. Sendo assim, resolveu convidar o padre Amador Bueno de Barros²⁹ para auxiliá-lo na direção do Amparo, como este mesmo mencionou no relatório de 1886 apresentado a sociedade petropolitana em 1887:

Nestas circunstancias quis a Providencia depositar sobre a minha obscura pessoa a responsabilidade de tão grande empreza. Accedendo aos reiterados pedidos do meu amigo, enfermo,³⁰ aceitei uma procuração do seu próprio punho, em data de 20 de Dezembro de 1885, resolvido a sacrificar em prol desta pia Instituição os momentos que deixam livres as minhas ordinárias occupaões. (BARROS, 1887, p. 16).

²⁹ De acordo com Baggio (1987), Amador Bueno de Barros nasceu em Taubaté em 31 de julho de 1850. Por ser de uma família pobre, precisou de auxílio para estudar no Seminário da Corte no Rio de Janeiro. Foi ordenado sacerdote por d. Antônio Maria de Lacerda em 1876. Durante oito anos exerceu o magistério no Seminário São José. Em 1882, foi nomeado pároco na freguesia de Taubaté. Ao mesmo tempo em que cumpria suas funções como padre em sua cidade natal, foi escolhido para ser diretor da obra da Santa Infância do Rio Janeiro. Em 1885, recebeu o convite do amigo José Bento de Andrade e se tornou diretor do Amparo entre os anos 1885 a 1897. No ano de 1891, auxiliou madre Francisca Pia a fundar o Asilo Isabel. Durante seis anos, permaneceu como diretor do Amparo e das outras instituições fundadas pela congregação no período, porém, a partir de 1897, passa a dirigir somente o Asilo Isabel, devido a uma cisão, da qual falaremos adiante.

³⁰ Não temos informações de quanto tempo durou a enfermidade de José Bento, só sabemos, de acordo com as fontes consultadas, que ele faleceu em 1897 em Jacareí, ou seja, doze anos após o convite feito ao cônego Amador Bueno.

É interessante observar que, a partir do Cônego Amador Bueno, os relatórios passaram a ser divulgados anualmente, tipografados e, em formato de livros, eram entregues aos benfeitores durante solenidade realizada para comemorar o aniversário da instituição. Sobre o primeiro relatório apresentado por Amador Bueno, afirma Parisi Neto (2003, p. 25):

[...] em 30 de janeiro de 1887, festa do 16º aniversário da inauguração do Amparo, apresentou o Relatório referente ao ano de 1886 [...] aos benfeitores da instituição. O relatório tratou da história da escola [...] até aquele momento. O outro ponto relevante foi a apresentação das fontes de receita, com os nomes dos benfeitores do Amparo e suas respectivas doações [...]. Fez saber a todos os quadros das despesas, no decorrer do ano de 1886, mostrando déficit do período devido às obras e empreendimentos na escola. Por último, comentou sobre uma exposição de objetos fabricados pelas educandas, em 25 de maio de 1886. Afirmou ainda no relatório que a escola, nos 16 anos de funcionamento, ofereceu às suas alunas uma formação moralizante, aptidão aos serviços domésticos e ao magistério primário.

Os relatórios passaram a ser divulgados com todas as realizações do ano anterior, e seguiam um mesmo padrão, agradecimentos aos benfeitores, divulgação dos valores recebidos e dos gastos realizados e, por fim, eram mencionados os nomes das alunas existentes na escola, bem como as que saíram durante o ano.

2.3. O Amparo além dos muros

Siqueira sempre teve a intenção de abrir um colégio para meninos, porém, após participar da Guerra do Paraguai, sua atenção se voltou para a construção de uma escola para meninas, por razões já explicadas anteriormente. Consolidada a instituição, era chegada a hora de expandir e levar adiante seus princípios. Ainda em vida, começou a dar os primeiros passos rumo à expansão desse ideal. Segundo Hóstia (2013, p. 65), “sem descuidar [...] do Amparo, planeja, estuda e realiza a fundação da Escola Científica São José, em Corrêas, curso preparatório para rapazes”. Ainda segundo a autora:

O intento do Padre Siqueira não era somente o de, com a renda deste Colégio, auxiliar o Asilo do Amparo. Além desses proveitos materiais, queria trabalhar pela religião e pela pátria, beneficiando a juventude brasileira [...]. Este internato alcançou o efetivo de 130 a 150 alunos.

Famílias da capital de Minas e de nossa província mandavam para ali os seus meninos. (HÓSTIA, 2013, p. 65-6)

Hóstia não dá detalhes referentes à data de fundação da Escola Científica São José, mas menciona alguns colaboradores e por fim afirma que “ao cabo de três anos de perseverança, transferiu o arrendamento de Côrreas, vendendo o Colégio ao médico dr. José Holdret Rougel de Mendonça Queiroz Carreira” (HÓSTIA, 2013, p. 71).

O único documento encontrado da escola foi uma espécie de nota fiscal na qual o diretor da instituição afirma que em 1º de junho de 1873 o sr. Carlos A. Monteiro de Barros pagou à Escola Científica São José uma determinada quantia, referente ao material utilizado pelo aluno José Carlos Monteiro de Barros. Já em 1873, foi apresentada pelo secretário da Inspeção Pública³¹ Theophilo das Neves Leão uma lista com o resultado geral dos exames de várias disciplinas, realizados por alunos de diversas escolas no ano de 1872, entre os quais, os da Escola Científica São José. A partir da análise da nota fiscal e do relatório da instrução pública, é possível afirmar que a escola estava em funcionamento no ano de 1872 e que atendia meninos.

Não foram encontradas nos documentos evidências que ligassem a Escola São José ao Padre Siqueira. Nem mesmo que este tenha vendido o colégio para o médico José Holdret Rougel de Mendonça Queiroz Carreira. Porém uma nota divulgada em 14 de junho de 1874 pelo *Jornal do Commercio*, referente aos cursos preparatórios da instituição, foi assinada pelo diretor dr. Queiroz Carreira, sobrenome do médico que teria comprado a escola. Não identificamos por qual razão o nome de Siqueira não aparece relacionado à Escola Científica São José. Mesmo não localizando tais evidências, mas, por fazer parte das memórias do Amparo, acabamos por citar a instituição nesta pesquisa.

A partir da direção de madre Francisca Pia com o apoio do cônego Amador Bueno, o Amparo ultrapassou os limites de Petrópolis. Durante o período que recorta esta pesquisa, foram construídos quatro institutos no formato da Escola Doméstica. De acordo com Baggio (1987, p. 162):

Compreende-se, então que tal obra tivesse convites para reproduzir-se em outros locais. Assim, foram surgindo as várias fundações, que, em

³¹ Relatório da Instrução Pública anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da 15ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 1873. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ponto menor, tentavam retratar a Escola de Petrópolis, que, a esta altura, bem poderia ser chamada de Casa-Mãe.

As instituições inauguradas a partir do recorte temporal desta pesquisa foram: o Asilo Isabel, fundado em 8 de dezembro de 1891 no Rio de Janeiro; o Colégio Dona Carolina Tamandaré, fundado em 1º de novembro de 1893 em São Paulo; o Asilo Furquim, fundado em 29 de julho de 1893; e o Asilo Porciúncula, fundado em 31 de maio de 1896, ambos em Vassouras no Rio de Janeiro. Apresentaremos a seguir as instituições de acordo com as datas de fundação.

2.3.1. Asilo Isabel

No final do século XIX, mais precisamente na última década, a Congregação de Nossa Senhora do Amparo³² inaugurou a primeira instituição para mulheres depois do Amparo. Sobre tal fundação, afirma Hóstia (2013, p. 210-1) que:

Será interessante contar a origem desta fundação, que foi denominada “Asilo Isabel”, em memória da Princesa Isabel [...]. Os acionistas do Banco Construtor haviam prometido concorrer para a fundação de um asilo se os negócios do banco prosperassem. Deus lhe atendeu as preces e, por intermédio do conselheiro Francisco de Paula Mayrink,³³ fizeram a grande dádiva no valor de mil contos de reis, de um prédio sito na Rua Mariz de Barros [...]. Aos 24 de maio de 1891, reunido o Conselho em sessão extraordinária, tiveram o conhecimento da promessa dos acionistas do Banco Construtor e do título que haveria de dar ao Instituto [...]. Foram os incorporadores deste banco: o conselheiro Francisco de Paula Mayrink e sua esposa Maria José Paranhos Mayrink, o Barão do Alto Mearim e o Dr. João da Mata Machado.

No relatório de despesa de 1892, divulgado em abril do mesmo ano, o cônego Amador Bueno de Barros (1892, p. 7) afirmou “merece ser mencionada aqui a

³² Esta pesquisa trata da fundação da Congregação de Nossa Senhora do Amparo ao abordar a trajetória da madre Francisca Pia no terceiro capítulo.

³³ “Francisco de Paula Mayrink nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 8 de dezembro de 1839, foi diretor do Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1876, fundou o Banco de Crédito Real do Brasil, do qual foi o presidente; o Banco Construtor do Brasil; o Banco do Brasil-Norte América; a Companhia Frigorífica; o Lloyd Brasileiro; a Fábrica de Tecidos Santa Maria; a Companhia de Melhoramentos de Santos [...]. Foi deputado federal pelo Distrito Federal entre os anos de 1891-1893, por Minas Gerais entre 1894-1902 e novamente pelo Distrito Federal entre 1906-1908”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MAYRINK,%20Francisco%20de%20Paula.pdf/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

inauguração do Asilo Isabel, no Rio de Janeiro, à rua Mariz de Barros, n. 28, no dia 8 de dezembro do ano findo”.

Durante pesquisa empírica, não foram encontrados documentos do Asilo Isabel, e uma das razões para a ausência de documentação pode ter sido a cisão ocorrida em 1897, quando este deixa de ser dirigido pela Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo para fazer parte da Associação Filhas de Maria,³⁴ fundada pelo cônego Amador Bueno em 20 de maio de 1898.

Um ano após a inauguração do Asilo Isabel, Amador Bueno apresenta o primeiro relatório do asilo:

No primeiro Relatório do Asilo Isabel, apresentado pelo cônego Amador, por ocasião do primeiro aniversário, em 8 de dezembro de 1892, e publicado no ano seguinte, podemos respigar algumas notas a respeito dos inícios dessa obra [...]. Destinado o Asilo a receber meninas desvalidas que vem ser educadas a maneira a viverem de seus trabalhos, o Asilo recebeu durante o ano findo trinta meninas [...]. O Conselho da Congregação de Nossa Senhora do Amparo [...] pela primeira vez ia enviar suas jovens irmãs a espargir [...] os benefícios que de longa data goza a cidade de Petrópolis [...]. No dia 5 de dezembro desceram de Petrópolis, em vagão especial, generosamente cedido pela Companhia Leopoldina, as irmãs designadas e dez educandas da Escola Doméstica para iniciarem os trabalhos do novo Asilo. (BAGGIO, 1987, p. 165)

O Asilo Isabel, ao contrário do Amparo, não era mantido por doações, os mantenedores da instituição eram os membros da família Mayrink. Sendo assim, a congregação, além de seguir as regras do Bispo de Petrópolis, tinha que se submeter às impostas por seus responsáveis financeiros. E durante sete anos, aproximadamente, a congregação, o bispo e o mantenedor viveram na medida do possível de forma harmoniosa. Porém, a partir desse período, começou uma série de divergências que levaram ao fim desse relacionamento. O único autor dos quais trabalhamos que aborda o rompimento é Baggio, que sobre o fato afirma:

Em 1898, a Congregação de Nossa Senhora do Amparo foi desobrigada da direção do Asilo pelo próprio comendador Mayrink, por razões que não são, hoje, muito claras, embora o espaço de tempo decorrido não seja tão longo assim. (BAGGIO, 1987, p. 167)

³⁴ Segundo Baggio (1987, p. 172), posteriormente a instituição recebeu o nome de Associação Mantenedora da Infância e foi constituída na Congregação de Santa Isabel em 8 de dezembro de 1927 por d. Sebastião Leme.

Fomos aos periódicos buscar possíveis informações sobre as razões que levaram à cisão mencionada acima, porém nada encontramos. As matérias divulgadas nos jornais relacionadas ao Asilo Isabel sempre faziam referência às solenidades, às visitas recebidas, às doações e à família Mayrink. A única pista que nos auxiliou ao menos para perceber que a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo não era mais a responsável por tal estabelecimento é que as notícias publicadas a partir de 1898 não mencionavam mais a participação das irmãs do Amparo.

Mesmo afirmando que o motivo da separação não tenha ficado muito claro, Baggio (1987) não deixa de trabalhar com algumas hipóteses, entre as quais as exigências do Bispo de Petrópolis, que passou a interferir de maneira significativa nas atividades da congregação, transferindo as irmãs de cargo e de unidade, e estas não assimilaram tranquilamente tais mudanças. Essa mesma dificuldade teve o conselheiro Mayrink, que, por ser leigo, não compreendia os mecanismos de uma organização religiosa. Uma das mudanças mais radicais foi a transferência de Francisca Narcisa para o Asilo Furquim em 1897, “um momento de muito sofrimento para Mamãezinha” (BAGGIO, 1987, p. 171). Porém, não só os leigos ficaram descontentes com a interferência do bispo, a decisão acabou provocando um clima de tensão e descontentamento em todos os envolvidos. Segundo Baggio (1987), a situação chegou a um ponto em que a congregação fundada em 1886 correu o risco de ser fechada e, para que isso não ocorresse, Amador Bueno dela se desligou, passando a se dedicar somente ao Asilo Isabel e criando posteriormente uma associação, conforme já mencionado.

Por mais que a congregação fosse composta por mulheres, eram os homens que ditavam as regras, e as irmãs do Amparo tinham que, na medida do possível, submeterem-se, pois corriam o risco de terem encerradas as atividades da congregação. A pesquisa trata de uma instituição fundada para mulheres, dirigida por mulheres, porém submetida às imposições masculinas.

2.3.2. O Colégio Dona Carolina Tamandaré

Os convites para que a congregação organizasse outras fundações não paravam de acontecer; os ideais do Amparo começavam a chegar mais longe, agora em terras paulistanas. Sobre a fundação da instituição de São Paulo, Baggio (1987, p. 162) afirma:

O Dr. Manuel Batista da Cruz Tamandaré³⁵ edifica, em terrenos de sua propriedade, o Colégio D. Carolina Tamandaré, em homenagem à esposa e aos dois filhos falecidos. Este colégio destinava-se prioritariamente a servir de asilo a meninas pobres. Para tocar sua obra, veio pessoalmente a Petrópolis, para conhecer a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, onde encontrou concretizado o que procurava. Por isso, convidou a Congregação de Nossa Senhora do Amparo para tomar dianteira da nova instituição. Faleceu ele antes de ver sua obra concretizada, mas tomou-lhe a direção o genro, Dr. Inácio de Mendonça Uchôa e sua esposa.

Na Sala Histórica existe arquivado um único relatório do colégio de São Paulo. Ele traz em sua capa as seguintes informações: “PRIMEIRO RELATÓRIO do *Collegio* D. Carolina Tamandaré, na Capital de *S. Paulo* sob a *direcção* das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, pelo Cônego Amador Bueno” (grifo original). Sendo tipografado no Rio de Janeiro pela Typ. Pereira Braga & C., situada na rua Nova do Ouvidor 28. Este relatório tem início com uma declaração feita pelo cônego Amador Bueno de Barros (1894, p. 5):

Em virtude da clausula 11^a do contracto celebrado com a Congregação de Nossa Senhora do Amparo, de Petrópolis representada pelo Conego Amador Bueno de Barros, e o Collegio D. Carolina Tamandaré, em S. Paulo, representado pelo Dr. Ignacio de Mendonça Uchôa, aos dias 22 de novembro de 1893, no cartorio do tabellião Dr. Manoel José da Silva, da mesma cidade de S. Paulo, venho desempenhar-me do grato que me impõe a supra dita clausula – apresentar o relatorio annual do movimento do Collegio.

O relatório da instituição de São Paulo tem um padrão diferente dos outros organizados pelo Amador Bueno. Não verificamos a parte de agradecimentos aos filantropos da sociedade, porque, nesse caso, o mantenedor era um só. Na primeira parte, o cônego detalha os passos dados para que fosse possível a inauguração do estabelecimento, fala que a escola é de caráter particular, idealizada pelo finado dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, profere que este visitou o Amparo em Petrópolis e, por fim, convidou a congregação para se encarregar da direção do colégio; esta, representada por sua figura, aceitou ao convite. Porém Manoel Tamandaré faleceu antes da fundação da escola, e quem deu andamento ao empreendimento foi o seu genro

³⁵ Trata-se de um membro da família de José Marques de Lisboa que foi um militar da Armada Imperial Brasileira e atingiu o posto de almirante, sendo conhecido por Almirante Tamandaré. A pesquisa não localizou o grau de parentesco. Disponível em: <<http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/estacoes.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Inácio de Mendonça Uchôa.³⁶ Sendo assim, Amador Bueno começou a preparar o regulamento da instituição, conforme solicitação de Uchôa:

Aos dias 31 de maio do mesmo anno de 1893, tive o prazer de offerecer ao Sr. Dr. Uchôa o trabalho que elaborei, conformando-me com os Estatutos e o Regulamento das Irmãs. [...] Prevendo o fundador as lacunas contidas nos Estatutos, dá atribuições para organização do Regulamento, podendo alterar os ditos Estatutos – Art. 12 § 4º confeccionando os regulamentos precisos – § 7º determinar tudo quanto possa convir ao desenvolvimento do Collegio, podendo mesmo alterar os presentes Estatutos, no que fôr omissos ou se tornar ao futuro necessário para sua boa marcha. (BARROS, 1894, p. 6)

O genro de Manoel Tamandaré incluiu cláusulas no estatuto que o permitissem alterá-lo futuramente, caso houvesse a necessidade. Mais uma vez vemos o que de certo modo ocorreu com a escola do Rio de Janeiro, as irmãs eram convidadas para a direção, porém ficavam subordinadas aos responsáveis financeiros. Elas não tinham a liberdade que possuíam no Amparo. É claro que não se pode esquecer que também em Petrópolis havia o controle da Igreja, porém, nas outras escolas, a este era somado o controle dos mantenedores.

Após aceitar as alterações de Uchôa, continuou Barros (1894, p. 6):

O Regulamento seguindo a marcha e a orientação dos regulamentos que servem de normas às Irmãs em Petrópolis, na Escola Domestica e no Asylo Isabel, na Capital Federal consta de dez capítulos, onde acham distribuídos os seguintes assumptos: Origem e fim do Collegio, admissão, retirada, ensino, patrimônio dotal, casamentos, contractos, administração, disposições geraes .

Amador Bueno teve o cuidado de detalhar minuciosamente todas as etapas legais pelas quais passaram a instituição para que pudesse funcionar. “Após necessárias preparações e se achando tudo disposto em boa ordem, realizou-se a inauguração no dia 1º de novembro”. E continua Barros (1894, p. 7):

No dia 1º de Novembro do anno da Graça do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1893, sendo Pontifice Romano o

³⁶ A partir do nome e do sobrenome, a pesquisa trabalha com a hipótese de que se trata do filho de Inácio José de Mendonça Uchôa, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1887 sendo aposentado em 1892 por conta do regime republicano, falecendo em 1897. Porém não foram localizadas outras fontes que possam confirmar a nossa hipótese. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=354>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Santissimo Padre o Papa Leão XIII, Internuncio Apostolico, Dr. Frei Jeronymo Maria Gotti, Bispo Diocesano, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo Coadjutor, D. Joaquim Arcoverde, Vigario Geral, Conego Antonio Guimarães Barroso, paroco da freguezia, Conego Antonio Pereira Bicudo, Vice-Presidente da Republica de Marechal Floriano Peixoto, Presidente do Estado Dr. Bernardino de Campos, teve lugar a inauguração do Collegio D. Carolina Tamandaré, nesta cidade de S. Paulo, a rua Tamandaré n. 57, em predio proprio construído para esse fim pelo finado Dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, isento de foros, décimas e imposto de transmissão sobre legados e heranças para o fim especial de educar meninas desvalidas.

Várias personalidades fizeram parte de forma direta e indireta da inauguração do colégio de São Paulo. A citação acima traz informações riquíssimas sobre as pessoas que estavam no poder quando ocorreu a fundação da instituição. A respeito das ilustres presenças, afirma Hóstia (2013, p. 213): “a inauguração do edifício a 1º de novembro, estando presente ao ato o então Bispo Coadjutor D. Joaquim Arcoverde, a família Tamandaré e Uchôa, muitos sacerdotes e pessoas da alta sociedade”.

O relatório do Colégio Dona Carolina Tamandaré é profícuo nos detalhes jurídicos, Amador Bueno teve o cuidado de especificar todos os passos dados do ponto de vista legal, provavelmente como forma de resguardar a si e a congregação. Além da parte jurídica, foram apresentadas as irmãs responsáveis, as alunas admitidas, as avaliações que estas fizeram, bem como as notas³⁷ que tiraram.

De todos os colégios que foram fundados pela congregação, o Colégio Dona Carolina Tamandaré foi uma das instituições que mais nos instigou durante a realização desta pesquisa, pelo fato de ser o único na capital paulista. Porém, por termos o descoberto no meio dos estudos, recebeu a mesma atenção das entidades criadas a partir do Amparo. O relatório dessa escola traz informações que podem ser utilizadas em pesquisas futuras. Para este trabalho, o que conseguimos localizar, além do que já foi apresentado, foram algumas notas em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro que trazem informações sobre solenidades e visitas que a escola recebeu, sempre dando ênfase ao genro do mantenedor Inácio Uchôa. Algumas notas são de 1920,³⁸ levando-nos a inferir que o colégio³⁹ sobreviveu algumas décadas.

³⁷ Esta pesquisa trata das professoras, alunas, avaliações e notas no terceiro capítulo.

³⁸ Por exemplo: *Correio Paulistano* 1920, ed. 20366 (Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), ofício aprovando acordo celebrado entre Câmara Municipal e o Colégio D. Carolina Tamandaré referente indenização por perda de uma parte do seu terreno, do n. 47 ao n. 53 da rua Tamandaré.

³⁹ Não encontramos informações se a escola foi fechada ou se mudou de nome. Conseguimos verificar que na rua Tamandaré, na região central de São Paulo, existe atualmente a Fundação Carolina Tamandaré, de responsabilidade do Hospital AC Camargo. De acordo com a administração do hospital, a

2.3.3. O Asilo Furquim

No dia 28, será inaugurado na cidade de Vassouras, o Asylo Furquim, com assistência do Sr. Bispo D. Francisco Maia, do Presidente do Estado do Rio, Prefeito do Districto Federal e as irmãs que dirigem os Asylos do Amparo, Isabel e Carolina Tamandaré. É diretora do novo Asylo a Irmã Carolina da Imaculada Conceição, transferida do Collegio Tamandaré, em S. Paulo, onde prestou relevantes serviços educando a infância desvalida. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 20 jul. 1895, p. 2).

A inauguração do primeiro estabelecimento dessa natureza em Vassouras estava prevista para o mês de maio, como noticiaram alguns jornais da época, porém dois incidentes atrasaram o dia tão esperado pelos vassourenses, o surto de febre amarela e a morte do coronel Martinho Leopoldo Nobrega, que, segundo o *Jornal do Commercio*, “era o principal promotor desse grande melhoramento no districto Vassourense” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 2 maio 1895, p.2). Outros periódicos noticiaram o adiamento da abertura do Asilo Furquim. Ao ler as notas, podemos inferir que a inauguração da instituição em Vassouras era aguardada com uma certa ansiedade. Sobre o tão esperado dia, Hóstia (2013, p. 213) conta:

A inauguração do Asilo verificou-se num prédio próprio, doado pela família Furquim [...] confiado à Congregação do Amparo na pessoa das Irmãs Carolina da Imaculada Conceição, Superiora (transferida de São Paulo para essa cidade devido a seu estado de saúde), Rosa de Santo Agostinho, Leonor de S. João Batista, Amélia do Sagrado Coração de Jesus.

Durante o período de turbulência que acabou levando à separação do Asilo Isabel, a madre Francisca foi transferida pelo bispo de Petrópolis para ser diretora do Asilo Furquim. Ela ficou aproximadamente quatro anos na direção deste. Sobre o período de sua atuação, há um relatório no formato dos outros apresentados anteriormente, redigido por ela, que infelizmente não está completo: consta a capa, a contracapa e a primeira página, que faz referência aos donativos recebidos. É com muito pesar que tentamos entender se foi somente a força do tempo que não permitiu que as

fundação tem o objetivo de atender crianças e adolescentes de famílias carentes do bairro do Glicério, em São Paulo, oferecendo atividades complementares à escola como suporte para melhorar a integração e o desenvolvimento físico, motor, intelectual e psicomotor, além de fortalecer os vínculos familiares. Ainda segundo o hospital, não existe ligação entre as duas instituições, tratando-se apenas de uma coincidência de nome e localização geográfica. Não acreditamos tratar-se de uma simples coincidência, porém reconhecemos que somente uma pesquisa mais aprofundada poderá elucidar essa questão.

demais páginas fossem preservadas de modo que pudéssemos ter acesso a um material escrito por Francisca. Este é um dos poucos documentos institucionais escritos por ela, sendo o único produzido durante o recorte temporal desta pesquisa.

Em sua capa há as seguintes informações “RELATÓRIO DO Asylo Furquim em Vassouras DURANTE OS ANOS de 1898, 1899, 1900, APRESENTADO PELA DIRECTORA Irmã Francisca de N. S. das Dôres, Estado do Rio de Janeiro – Typ. d’O Município de Vassouras – 1902”. Na página seguinte há uma dedicatória escrita a caneta “À Irmã Brigida das Cinco Chagas oferece a Directora do Asylo Furquim, Vassouras 28 de julho de 1902” (destaques do original). É possível que o exemplar em questão tenha sido um “presente” à irmã Brigida.

Na única página existente do relatório a diretora diz: “O Asylo continua a manter um externato, que foi bastante frequentado durante o anno passado, tendo funcionado regularmente” (DORES, 1902, p. 1). Não temos certeza se o externato em questão era o Asilo Furquim ou o Asilo Porciúncula (do qual falaremos adiante), que funcionou no mesmo terreno.

Na Sala Histórica do Amparo está arquivado em excelente estado de conservação o livro de notas das alunas do Asilo Furquim. Provavelmente, a irmã Francisca, quando retornou ao Amparo, levou consigo o livro. Há o registro das notas do ano de 1901 da aluna Umbelina Vasconcelos⁴⁰ que foi secretária da madre quando esta retornou ao Amparo.

Hoje, no casarão doado pelo dr. Caetano Furquim de Almeida e onde funcionou o Asilo Furquim, está instalado o Colégio dos Santos Anjos, dirigido pela Congregação dos Santos Anjos desde 1906. Não localizamos nas fontes o motivo pelo qual a Congregação de Nossa Senhora do Amparo passou a não dirigir mais a instituição.

2.3.4. *O Asilo Porciúncula*⁴¹

No dia 30 de corrente será inaugurado em Vassouras o Asylo Porciuncula para meninos pobres do Estado do Rio, em virtude da subvenção votada pela assemblea do referido. [...] O Asylo Porciuncula, confiado a Congregação de Nossa Senhora do Amparo, acha-se situado em um bom predio e grande chacara, oferta da camara

⁴⁰ Sobre Umbelina ver terceiro capítulo.

⁴¹ Homenagem a José Tomás da Porciúncula, médico em Petrópolis a partir de 1878, cuidando muitas vezes das alunas do Amparo; deputado provincial a partir de 1885 e presidente do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1892 a 1894.

municipal, para nele educar meninos pobres do Estado do Rio. (*O APOSTOLO*, 27 maio 1896, p. 1)

Segundo Hóstia (2013, p. 214), o Asilo Porciúncula foi idealizado para receber a velhice desamparada, “no entanto, por mal-entendidos entre o Governo e a Câmara Municipal de Vassouras, as irmãs se viram obrigadas a desistir da primeira ideia e destinaram o Asilo à infância”.⁴²

De acordo com Baggio (1987, p. 163), foi inaugurado em maio de 1896 e teve como diretora a irmã Judite de Nossa Senhora da Glória, sendo suas auxiliares as irmãs Isabel de São Miguel, Francisca de Santa Inês, Virginia de Santa Teresa de Jesus e Maria de Nossa Senhora Aparecida.

Com base na nota do Jornal *O Apostolo*, o Porciúncula seria a primeira instituição voltada para meninos criada pela congregação. A prefeitura de Vassouras, aproveitando a infraestrutura já existente do Asilo Furquim, doou o terreno para ser construído então o asilo para meninos. Porém, em julho de 1896, o jornal *Gazeta de Petrópolis* divulgou uma nota afirmando que o Asilo Porciúncula, por ordem do Presidente do Estado, havia admitido a menor Hildebranda, de 11 anos de idade, órfã de pai e mãe. A informação pode nos levar a dois caminhos diferentes, teria o jornal mencionado Asilo Porciúncula em vez de Asilo Furquim, ou o estabelecimento Porciúncula, assim como os outros fundados pela congregação, atendia meninas?

Sobre o fim da instituição, a *Gazeta de Petrópolis* divulgou uma nota no dia 7 de julho de 1898:

Não podendo a Congregação que fundou o Asylo Porciuncula em Vassouras continuar a mantê-lo, resolveu fechar o estabelecimento, entregando os alunos menores a seus paes, com excepção de quatro, que por serem orfãos, foram recolhidos aos Centro Agricola da Vargem Alegre. (*GAZETA DE PETRÓPOLIS*, 7 jul. 1898, p. 1).

As fontes consultadas deixam uma lacuna em relação aos motivos pelos quais a congregação não conseguiu manter o Porciúncula. Porém, é possível inferir, de acordo com a nota publicada na *Gazeta de Petrópolis*, que administrar um colégio para meninos estava fora das possibilidades, bem como dos interesses, das religiosas do Amparo naquele momento.

⁴² O mesmo afirma Baggio. O interessante é que não há diferença alguma entre os textos de Hóstia e Baggio, não havendo também citação. O livro de Baggio é de 1987 e o de Hóstia é 1957, apesar de utilizarmos para esta pesquisa a segunda edição, que é de 2013.

2.4. O regime mudou e o Amparo continuou

Diferente de outras instituições fundadas no período e mencionadas nesta pesquisa, como o Asilo Santa Leopoldina e o Colégio Rangel Pestana, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo não só se solidificou como acabou servindo de modelo para a fundação de outras unidades em várias regiões do Brasil. Os convites para que a congregação dirigisse instituições educacionais, bem como a fundação de filiais não se encerraram durante o recorte temporal desta pesquisa, elas continuaram ao longo dos séculos XX e XXI. Hoje, além da Escola Doméstica que funciona no mesmo formato⁴³ desde 1871, existem os colégios pagos e filantrópicos para ambos os sexos em várias regiões do país,⁴⁴ bem como em terras internacionais.⁴⁵

Buscamos compreender quais razões tornaram possível a esta instituição conseguir ser uma referência no período delimitado pela pesquisa (1889 – 1910), se multiplicando de forma significativa em um momento histórico em que escolas semelhantes sequer conseguiam sobreviver.

Uma hipótese a ser considerada seriam as redes⁴⁶ de sociabilidade do Padre Siqueira, que não se encerraram com sua morte. De acordo com Sirinelli (1996, p. 248), “todo grupo de intelectuais organiza-se [...] em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. As fontes revelaram que o Amparo contou com um amplo apoio de pessoas ligadas por uma “sensibilidade ideológica” e que, muitas vezes, eram formadoras de opinião, além de pertencerem às famílias ligadas

⁴³ É importante reiterar que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo funciona no mesmo formato desde 1871 porque essa é uma de suas singularidades.

⁴⁴ Colégios pagos: Colégio Maria Raythe na cidade do Rio de Janeiro / RJ, fundado em 1914; Colégio Nossa Senhora do Amparo em Surubim / PE, fundado em 1929 (o último inaugurado por madre Francisca); Escola de Nossa Senhora do Amparo em Maceió / AL, fundado em 1932; e o Colégio Nossa Senhora do Amparo em Barra Mansa / RJ, fundado em 1942. Colégios filantrópicos: Escola Dona Cecília Monteiro de Barros em Barra Mansa / RJ, fundado em 1915; Externato de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis / RJ, fundado em 1924; Educandário Nossa Senhora do Amparo no Rio de Janeiro / RJ, fundado em 1925; Colégio de Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo / MG, fundado em 1939; e Educandário São José em Mateus Leme / MG, fundado em 1962.

⁴⁵ Em 2010, os ideais do Padre Siqueira e da madre Francisca, atravessam o Atlântico e chegam em Viana na Província de Luanda, Angola. A congregação foi convidada pelo governo de Luanda para dirigir a instituição que funciona atendendo crianças de ambos os sexos desde a Educação Infantil até 9ª classe (todo o Ensino Fundamental).

⁴⁶ Segundo Sirinelli (1996, p. 248), a linguagem comum homologou o termo “redes” para definir as estruturas de sociabilidade.

à política do Rio de Janeiro e conseqüentemente do Brasil. Sendo assim, “com certo pragmatismo a elite local expressa e executa o ideal que marca também a elite do país” (LAPA, 2008, p. 45).

Quando Siqueira levou diretamente o seu plano a Dom Pedro II, e após aprovação o divulgou nos jornais, possivelmente acabou fazendo com que muitas pessoas quisessem ajudar o empreendimento aprovado pelo imperador. Outro ponto interessante é a escolha do mês de janeiro para a inauguração da escola, período que coincidia com as férias da família imperial. Já conjecturamos que a escolha de Petrópolis não foi aleatória. Sendo assim, é pouco provável que a escolha da data de inauguração tenha sido um acaso. Tudo parecia ser muito bem pensado e articulado por João Francisco de Siqueira. Apesar de nosso recorte temporal ter início em 1889, não podemos deixar de mencionar os dezoito anos que o antecederam, pois foi então que a instituição foi aos poucos se solidificando, de acordo com Parisi Neto (2003, p. 81), graças “aos muitos colaboradores que contribuíam para a manutenção da escola”.

É importante destacar que os três relatórios escritos por Padre Siqueira, bem como os escritos pelo cônego Amador Bueno, ainda durante o Império, enfatizavam a presença das “augustas majestades”. No primeiro relatório de 1887, o diretor interino do Amparo agradeceu ao imperador e afirmou que este, em todos os verões, visitava a instituição, assistia às solenidades e auxiliava com donativos, “como vimos na quermesse do ano passado, em que um só dia, honraste esta pobre casa com três visitas” (BARROS, 1887, p. 22). E se família imperial passava os verões em Petrópolis, assim faziam todos aqueles que podiam, tornando o mês de janeiro perfeito para mostrar à elite como as suas ações filantrópicas faziam o Amparo funcionar. Conforme já mencionado o “filantropo, ao fazer caridade pública, objetiva muitas vezes a sua projeção social”, tendo como pano de fundo o “espírito cristão presidindo tais iniciativas” (LAPA, 2008, p. 28). Desse modo, aproximadamente trinta das oitenta páginas do relatório eram utilizadas para agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para o bom andamento da obra.

A partir dos relatórios e de algumas notas em jornais, foi possível perceber que acabou se tornando um hábito para alta sociedade do Rio de Janeiro frequentar as solenidades da escola, pois a família imperial também estava lá. Com o passar dos anos, era perceptível o aumento dos membros de uma mesma família, ou seja, os filhos seguiam seus pais. Pelos salões do Amparo, circulavam pessoas e ideias, parafraseando

Sirinelli (1996), esses salões constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais.

Após a instauração da República, essa prática continuou e o início do regime não passou despercebido pela instituição. Amador Bueno de Barros (1890, p. 14) afirmar que:

Após o acontecimento do 15 de novembro, que transformou o regime político do país, graças a Deus, a escola não sofreu alteração em seus trabalhos; por quanto confiado o governo do Estado do Rio de Janeiro a um dos amigos da Escola, que na assemblea sempre cooperou pelo engrandecimento da Instituição, o Sr. Dr. Francisco Portella, agora chefe do governo neste vasto Estado, não se olvidou de uma casa, cujos bons resultados não ignorava.

Ao contrário da afirmação de Amador Bueno em relação ao novo regime não ter afetado a escola, Parisi Neto (2003, p. 81) reitera que “na fase de redação do Relatório de 1889, a instituição sofreu as consequências históricas do momento político e por isso o cônego retardou as celebrações dos festejos”.⁴⁷ Além disso, as fontes revelaram que, após a República, houve uma redução do número de páginas dos relatórios. Por exemplo, o relatório publicado em 1890⁴⁸ tem cerca de trinta páginas a menos que os de 1887 e 1889. A diminuição ocorreu devido ao fato das contribuições terem encolhido de forma significativa, e havia menos pessoas para agradecer. Porém é só no ano de 1892 que Amador Bueno faz algumas considerações referentes à redução, uma delas é que “Congregação perdeu alguns de seus membros, cujas almas foram sufragadas de conformidade com o que determina o Regulamento”, a outra é que “apesar das grandes dificuldades ocasionadas pela crise financeira que vamos atravessando, a nossa escola tem conservado e aumentado o numero de suas educandas” (BARROS, 1892, p. 5-6).

A diminuição de páginas vai se tornando gradativa; o relatório de 1893 tem um total de 37 páginas, destas, apenas duas foram utilizadas para agradecer pelos donativos recebidos. Não há os calorosos agradecimentos individualizados, como ocorria durante o Império. Um ponto interessante é que o relatório desse ano, ao contrário dos outros, foi divulgado em novembro, e não no ano seguinte. Não foi encontrada a razão da mudança. O último relatório divulgado por Amador Bueno como diretor do Amparo foi

⁴⁷ A festa de aniversário de inauguração do Amparo acontecia sempre em janeiro, período que coincidia com as férias da família imperial, já a de 1890, aconteceu no mês de abril.

⁴⁸ O relatório de 1889 foi publicado em 1890, portanto Parisi Neto e eu estamos nos referindo ao mesmo documento.

em 1896. Este tinha um total de trinta páginas, sessenta a menos que o de 1887. Nele, o diretor não fez grandes apelos e ainda afirmou que não podia “mencionar individualmente a todos que durante o ano, ajudaram a vida financeira da escola” (BARROS, 1896, p. 3). Porém, durante o Império, grande parte dos relatórios era utilizada para mencionar nominalmente todos aqueles que colaboraram com a manutenção da instituição. Sendo assim, é de se causar estranheza a impossibilidade da menção individual dos benfeitores. Posto isso, é inegável a necessidade de compreender a instituição a partir da rede de sociabilidade na qual estava inserida.

Com base nos estudos de Schueler e Magaldi (2009), é possível afirmar que o nosso objeto epistêmico,⁴⁹ uma instituição confessional, fazia parte das redes de escolarização criadas por iniciativa de particulares, ou seja, sociedade civil e Igreja, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Desse modo, parafraseando Lapa (2008), a elite brasileira do século XIX, buscando cumprir o seu papel de bom cristão, além de deixar a sua marca, corroborou de maneira significativa com o espaço educacional idealizado e fundado por Padre Siqueira. Segundo Parisi Neto (2003, p. 58), “a caridade podia ser interpretada naquele contexto histórico como uma forma de estabelecer a harmonia entre os diferentes segmentos sociais”.

Diante daquela realidade, Padre Siqueira utilizou aquilo que Sirenelli (1996) chamou de organização em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum para construir e manter o seu empreendimento. Sendo assim, a omissão do Estado, seguida da filantropia de diversos setores sociais tornaram fecundo o ambiente não só para a criação como também para a manutenção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

⁴⁹ A instituição educativa como objeto científico (Magalhães, 1996, p. 58).

Capítulo 3 –Madre Francisca educando meninas negras

3.1. A educadora Francisca Narcisa de Siqueira



Foto 2. Francisca Narcisa de Siqueira. c.1889. Anônimo.
Fonte: Sala Histórica da EDNSA.

Irmã Francisca dedicou 54 anos de sua vida à instrução de meninas pobres negras e não negras. Mesmo com tanto tempo de dedicação, a história parece não ter reconhecido seu trabalho e sua importância. Não há pesquisas acadêmicas sobre a educadora Francisca Narcisa de Siqueira. Nos trabalhos existentes, são dedicadas a ela algumas linhas, nas quais aparece como colaboradora do Padre Siqueira. Buscamos documentos que pudessem nos ajudar a analisar a trajetória dessa educadora tão importante para o Amparo, porém encontramos uma escassa documentação produzida por ela. Os documentos encontrados que fazem referência a irmã Francisca são as obras

de Baggio (1987), Lima e Santo Deus⁵⁰ (1993), Guerra⁵¹ (1995), Hóstia (2013), os relatórios escritos pelo cônego Amador Bueno entre os anos de 1887 a 1896 e algumas notas dos periódicos⁵² que circularam entre os anos 1889 até 1910. Material produzido por ela, encontramos somente duas páginas de um relatório de 1901 do Asilo Furquim, do período em que foi diretora. Porém, mesmo dedicando a maior parte de sua vida à educação, poucas vezes Francisca é retratada como educadora. Na maioria das vezes, aparece como a prestimosa sobrinha do Padre Siqueira, sendo vista mais como mãe do que professora das meninas.

Francisca nasceu em Jacareí, São Paulo, em 21 de outubro de 1856. Filha de Ana Cândida de Oliveira e de Narciso Antunes de Siqueira Andrade. Seu pai, primogênito da família Siqueira Andrade, seguiu carreira militar e atuou na Guerra do Paraguai. Sobre sua mãe não existem informações, além do nome e da data do seu falecimento, havendo em relação a este último algumas divergências: as autoras Lima e Santo Deus (1993) afirmam que Ana Cândida faleceu quando Francisca tinha 17 anos, os autores Baggio (1987) e Hóstia (2013) afirmam que o falecimento ocorreu em 1876, ou seja, quando ela tinha 19 anos. Além da divergência de data e das poucas informações sobre Ana Cândida, Francisca não tem o sobrenome materno. Não tivemos acesso à sua certidão de nascimento para verificar se existe alguma pista que nos leve a entender a razão da ausência.

Observando a foto do início do capítulo, é possível perceber que Francisca tinha traços diferentes do seu pai e dos seus tios, como os lábios, que eram bem grossos. Desse modo, passamos a conjecturar que a mãe de Francisca pudesse ser negra e que, por essa razão, existem poucas informações a seu respeito e seu sobrenome não teria sido dado à filha. Seria negra a educadora Francisca Narcisa de Siqueira, responsável pela educação de outras mulheres negras durante meio século? Ao longo desta pesquisa, não encontramos outros documentos que apontassem evidências que pudessem confirmar a nossa hipótese. Se a madre superiora do Amparo era negra, pode ser que

⁵⁰ *Irmã Francisca Pia, coração de mãe, espaço para os pequeninos* é o único trabalho que no qual se propôs analisar a vida de madre Francisca, porém é interessante salientar que grande parte da obra faz referência a Padre Siqueira.

⁵¹ *Cartas de mamãezinha*, escrito por uma das diretoras do Amparo de Surubim-PE, traz trechos de cartas escritas por irmã Francisca entre 1892 e 1931, ano de sua morte.

⁵² Encontramos dezesseis ocorrências sobre Francisca Narcisa de Siqueira nos jornais disponibilizados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para efeito de comparação, no mesmo período, encontramos mais de duzentas ocorrências sobre Padre Siqueira, lembrando que nessa época já fazia alguns anos que ele havia falecido.

aos poucos ela tenha recebido seu “Diploma de Brancura”.⁵³ “O fenótipo [...] somado à posição social econômica ocupada, podem branquear ou escurecer uma pessoa” (MULLER, 2008, p. 48). Com o passar dos anos, conforme a irmã ascendia dentro da instituição, sua pele se tornava mais clara e seus traços mais finos. Na obra *A cor da escola*, que discute a inserção de professores e alunos negros usando como fontes as fotografias, Maria Lucia Muller (2008, p. 25, grifo nosso) afirma ter se deparado com uma situação que corrobora nossa hipótese de branqueamento:

Na foto mais antiga, quando ela ainda não tinha certa proeminência social, vê-se uma moça de pele escura. Na outra, mais recente, retratada sua ascensão social, vê-se a mesmíssima moça com a pele bem mais clara. Seguramente, a segunda fotografia foi retocada. Era essa uma prática comum no início do século XX ou ainda no final do século XIX?

A autora segue afirmando que, para responder a pergunta, haveria a necessidade de uma investigação mais ampla. Porém, mesmo não conseguindo responder essa indagação nesse momento, não deixa de ser importante refletir quanto ao ocultamento do registro dos negros em cargos de destaque, o que acaba levando alguns autores a cometerem o engano de afirmarem que nenhum negro se sobressai na Primeira República, como fez Marcílio (2005). É mais fácil inferir que não houve ascensão de negros do que lidar com o fato de que os registros disso são difíceis de ser localizados.

Já o pai de Francisca, que era branco, ganha um maior relevo nas obras sobre o Amparo. Nesse caso, não podemos afirmar que o destaque dado a ele seja apenas pelo fato de ser branco, mas, principalmente, por ser irmão de Padre Siqueira, além de ter sido tenente na Guerra do Paraguai, conforme já mencionado. Segundo Lima e Santo Deus (1993), preocupado com a continuidade da educação e com destino do futuro de sua única filha, o pai de Francisca a conduziu para o Colégio da Providência, dirigido pelas Filhas da Caridade, no bairro das Laranjeiras no Rio de Janeiro. Aos 20 anos, Francisca recebeu o diploma de professora. Durante o tempo em que esteve no colégio, recebeu a visita do tio, Padre Siqueira, que a convidou para auxiliá-lo na administração do Amparo em Petrópolis. “Padre Siqueira estava convencido de que era a vontade de Deus e, em 29 de setembro de 1877, leva a sobrinha em sua companhia para Petrópolis” (LIMA e SANTO DEUS, 1993, p. 19).

⁵³ Para Jerry Dávila (2006), a educação seria difusora de saúde e cultura básicas, permitindo que todos, independentemente de sua cor, alcançassem a condição de brancos.

Em 1877, a jovem ingressa na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo: “no entusiasmo de seus 21 anos, Francisca começa a assumir as funções que a deveriam empolgar por todo o curso de sua utilíssima vida. Foi professora de religião, português, francês, música e trabalhos artísticos” (LIMA e SANTO DEUS, 1993, p. 23). Enquanto era professora, a escola era dirigida⁵⁴ pela madre Maria da Glória, que permaneceu na instituição até que Francisca se tornasse apta para exercer a função de diretora. E, em 29 de setembro de 1885, foi nomeada diretora interina do Amparo, conforme afirmou Amador Bueno de Barros (1887, p. 21):

Em 20 de dezembro de 1885 [...] nesta data dirigia a escola por nomeação de meu antecessor, a Exma. Sra. D. Francisca Narcisa de Siqueira, muito digna sobrinha do Padre Siqueira, sendo auxiliada por três senhoras e algumas educandas da escola.

3.1.1. A diretora Francisca Narcisa de Siqueira

Em 23 de dezembro de 1885, Francisca foi nomeada diretora definitiva do Amparo pelo cônego Amador Bueno de Barros, obedecendo assim o regimento criado por Siqueira. E de acordo com os artigos 18 e 10 do Capítulo VI dos estatutos que balizavam a instituição, a direção interna da escola deveria acontecer da seguinte forma:

Capítulo VI

Direção interna

Artigo 18º - Para a direção da Escola haverá: uma regente, uma sub-regente e uma secretária.

Artigo 19º - À regente, que poderá ter por ajudantes as professoras que designar, compete:

1º - Dirigir o serviço interno do Estabelecimento, dando as ordens e instruções necessárias aos demais empregados.

2º - Organizar o horário das aulas e dos exercícios práticos, dividir as educandas em classes e turmas [...] fiscalizar as professoras no exercício do Magistério.

3º - Fazer as despesas internas da Escola, as quais deverão ser escrituradas pela secretária; e prestar delas contas ao Diretor.

4º - Dar semanalmente ao Diretor boletim do aproveitamento e do comportamento das educandas.

5º - Finalmente, tomar por encomenda trabalhos para as educandas, ajustando os preços e recebendo a importância para entregar ao Diretor. (BAGGIO, 1987, p. 80)

⁵⁴ Diretoras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo antes de 1885, ano em que Francisca se torna diretora: de 1871 a 1873 – madre Barbara; de 1874 a 1877 – madre Bernarda; e de 1877 a 1885 – madre Maria da Glória, esta só deixa a instituição quando Francisca se torna apta para exercer a função de diretora.

No mesmo ano em que Francisca se tornou diretora, recebeu de uma aluna o apelido de “mamãezinha”, ficando este registrado nas memórias da instituição. Sobre esse dia, as autoras Lima e Santo Deus (1993, p. 30) afirmam:

Diante do corpo docente da escola e das crianças, após entrega do cargo e saudação, o cônego Amador Bueno teve a ideia de perguntar às próprias crianças como gostariam de chamar a nova diretora. Uma das educandas Isaura Muniz, contando apenas 6 anos de idade, apressada, grita em alta voz: “Mamãezinha!”. As demais crianças, em coro, repetem: Mamãezinha! E os aplausos se fazem ouvir.

Ao longo de sua trajetória, a diretora Francisca, foi tratada por mamãezinha: “a directora é uma mãe respeitada e amada por essas meninas, como se fossem suas filhas, suas exortações, suas repreensões e seus castigos são filhos de um coração maternal” (BARROS, 1887, p. 27). O doce apelido dado pela educanda Isaura Muniz, sem que esta soubesse, coincidia com as transformações pelas quais passava o magistério no final do Império e início da República:

[...] a utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força em toda parte no final do século XIX [...] tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais para atender à difusão da educação popular mantendo-se salários poucos atrativos para os homens. (SOUZA, 1998, p. 62)

Para isto, as características femininas voltadas à maternidade precisavam ser ressaltadas, como fazia Amador Bueno ao se referir à educadora Francisca.

O artigo segundo do testamento de Padre Siqueira afirmava que o pessoal docente tinha que ser nacional, tirado de preferência entre as educandas da própria casa. Sendo assim, umas das primeiras ações de Barros, depois de nomear Francisca como diretora definitiva, foi aumentar o número de educandas para a auxiliarem, proporcionando-lhes maior campo de ação. Conforme ele mesmo afirma:

[...] as educandas, elevadas à categoria de mestras e adjuntas, têm se tornado dignas de reais encomios pela solicitude com que cooperam em tudo que é mister ao bem estar da escola. Estas mestras ontem alunas, sob a inspecção de sua habil directora, diariamente vão desempenhando suas obrigações, como se estivessem nesses exercicios ha muitos anos. (BARROS, 1887, p. 25)

O trabalho de Francisca era feito com muita responsabilidade, o que não passou despercebido por Amador Bueno, que afirmava à sociedade o quanto a sua presença na direção da instituição era benéfica, pois ela dava continuidade ao sonho de Padre Siqueira.

Incontestavelmente a Escola Domestica julga-se feliz sob a actual direcção da Exma. Sra. D. Francisca Narcisa de Siqueira. Desde sua infancia dedicada ás lettras e ao trabalho, cooperadora de seu finado tio o Padre Siqueira, acostumada na escola desde muitos annos, instruida nos planos concebidos pelo fundando, reune em sua pessoa um conjuncto de circumstancias que tornam apta para o alto cargo que tem exercido com muito louvor e interesse para a escola. (BARROS, 1887, p. 24)

3.1.2. A diretora irmã Francisca de Nossa Senhora das Dores

O Amparo aos poucos ia se estruturando de acordo com os planos do Padre Siqueira, e este deixou claro no artigo terceiro do seu testamento que, a partir do momento em que o pessoal docente estivesse organizado, deveria tomar o título de Congregação⁵⁵ de Nossa Senhora do Amparo, seguindo a Regra da Terceira Ordem de São Francisco.⁵⁶ O que aconteceu em 25 de março de 1886, por autorização do bispo Frei Roque Cocchia.

Fui tão feliz neste tentamento que consegui dar principio estavel a escola, organisando a Associação planejada pelo fundador. S. Ex. Revma. O Sr. Internuncio Apostolico D. Roque Cocchia em 25 de

⁵⁵ Segundo Baggio (1987, p. 208-10), o Instituto se achava bastante estruturado, assim, o Internúncio Apostólico, por decreto devidamente baixado, em 1886 o erigiu em Associação, que o Ordinário Petropolitano acabou erigindo, canonicamente, em Congregação religiosa de direito diocesano em 1906. Só em 1979 passou a ter direito pontifício. A partir de 1979, a congregação passou a ser subordinada somente ao Vaticano.

⁵⁶As Ordens Terceiras são associações de não clérigos erigidas por ordens religiosas. Estão divididas em duas categorias: secular e regular. A Ordem Franciscana Secular tem suas origens no século XIII, quando leigos manifestaram o desejo de seguir os passos de São Francisco de Assis, seu fundador e fonte de inspiração. No início de sua história, vê-se reconhecida pela Igreja como irmãos e irmãs da penitência. O Papa Gregório IX, em 20 de maio de 1221, aprova a primeira Regra “*Memoriale Propositi*” com a primeira denominação Ordem da Penitência. Em 18 de agosto de 1289, o Papa franciscano Nicolau IV, com a bula “*Supra Montem*”, reconhecia São Francisco como fundador da Ordem da Penitência e a denominava de Ordem Terceira de São Francisco. No século XVIII, a Ordem Terceira foi duramente atingida com a supressão da Ordem decretada por José II, Napoleão e outros. Com a Revolução Francesa, os terceiros viram-se fragilizados e pagaram com a própria vida sua fidelidade a Igreja. Na segunda metade de século XIX, a Ordem Terceira ressurgiu com nova força, fazendo uso da imprensa e grandes personalidades, e muitos santos. O Papa Leão XIII com a Constituição *Misericors Dei Filius* promulgou uma nova Regra em 1884. Ele colocou na Ordem suas esperanças e preferências e exortou calorosamente que a propagassem por toda a parte, e novamente a Ordem floresceu. Disponível em: <http://<ofs.org.br/quem-somos/a-instituicao>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

março dignou-se criar esta associação que denominou das Filhas de Nossa Senhora do Amparo, acto sancionado por S. Ex. Revma. O Vigario Geral Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito na ausencia do Exm. Revm. Sr. Bispo Diocesano, em visita na provincia do Espirito Santo. (BARROS, 1887, p. 21)

É interessante observar que o cônego Amador Bueno transferiu para si o mérito da fundação da congregação, afirmando ter sido ele o responsável por sua organização. Barros sequer menciona a presença de Francisca, e mais uma vez relegou a ela o papel de colaboradora, apesar de os documentos afirmarem que tanto quanto José Bento de Andrade e Amador Bueno, Francisca fazia parte da diretoria do conselho administrativo da Congregação de Nossa Senhora do Amparo.

Analisando o trecho de uma carta escrita por irmã Francisca em 1894 para irmã Julia, diretora do Asilo Isabel, podemos perceber quanto as suas orientações como diretora eram seguidas e respeitadas.

Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de nossas irmãs do Asilo Isabel que o Conselho Central de nossa Congregação aceitou o pedido, que nossa irmã Carolina fez, de exoneração do cargo de Diretoria do Colégio D. Carolina Tamandaré, em São Paulo, alegando motivos de saúde, na SESSÃO celebrada ontem 17 deste mês [dezembro]; e na mesma SESSÃO, mediante proposta da irmã Francisca de Nossa Senhora das Dores, foi nomeada para substituir irmã Carolina a irmã Judith de Nossa Senhora da Glória, que interinamente já ocupa o lugar. (DORES,⁵⁷ 1894 apud GUERRA, 1995, p. 26)

Esse trecho da carta revela que a proposta de substituir a irmã Carolina, para assim aceitar sua exoneração, foi feita por irmã Francisca, porque, para que a diretora do colégio de São Paulo pudesse deixar o cargo, outra irmã deveria ocupá-lo imediatamente. O trecho revela também o quanto a opinião da dirigente da congregação era respeitada por todos os membros. Porém, seguindo o regimento da escola, a diretora deveria prestar contas ao diretor, ou seja, a instituição feminina dirigida por mulheres, além de ser subordinada⁵⁸ ao Vaticano, ao bispado de Petrópolis, o era também à figura masculina dentro do próprio estabelecimento. “O cargo de diretor, facultado a profissionais do sexo masculino, em sua maioria, reforçava, outrossim, as desigualdades nas relações de gênero estabelecidas no universo social mais amplo” (SOUZA, 1998, p. 80). Pelo regulamento,

⁵⁷ A partir do ingresso na profissão religiosa Francisca Narcisa de Siqueira, passou a assinar como Ir. Francisca de Nossa Senhora das Dores, desse modo, utilizamos o nome adotado por ela.

às mulheres ficavam as questões internas, já “os cargos superiores do magistério estavam em mãos masculinas” (MULLER, 2008, p. 23), deixando clara a concepção vigente de que as mulheres deveriam dirigir o lar e os filhos.

Em março de 1888, aproximadamente dois anos depois de recebida a autorização para o funcionamento da congregação, foi realizada uma solenidade para comemorar o seu nascimento. E em março de 1889, as congregadas fizeram a sua profissão religiosa⁵⁹ na Ordem Terceira Secular de São Francisco. Tinham como superiora Francisca Narcisa de Siqueira, que a partir da profissão adotou o nome religioso de irmã Francisca de Nossa Senhora das Dores e, a partir de 1906, quando o grupo de congregadas do Amparo foi constituído em Congregação Diocesana, passou a se chamar irmã Francisca Pia.⁶⁰

Assim como a escola, a congregação também tinha um regulamento orgânico, e os artigos do Capítulo II deste regimento tratam especificamente das pessoas que poderiam se tornar membros da congregação:

Capítulo II

Art. 8º A Congregação de Nossa Senhora do Amparo, sobre os auspícios de suas Magestades e Altezas Imperiaes e inspecção do Ex. Ordinario, comprehende os seguintes membros: effectivos, honorarios, cooperadores, auxiliares, jubilados, protectores, fundadores e beneméritos. (BARROS, 1889, p. 69)

De acordo com o regulamento, os membros eram divididos em nove grupos. O primeiro deles era denominado “efetivo”, e só poderiam participar ex-alunas do Amparo que se tornaram mestras. Já os oito grupos restantes eram formados por quaisquer pessoas que quisessem contribuir mensalmente ou anualmente com a instituição. O posto mais alto era ocupado pelo membro “benemérito”, que precisava contribuir com dez contos de réis; logo abaixo vinha o “fundador”, e este tinha que contribuir com cinco contos de réis. O posto mais baixo de todos era ocupado pelo membro “cooperador”, que precisava contribuir com cem réis.⁶¹ Com contribuições abaixo

⁵⁹ A profissão religiosa é um ato público, baseado na liberdade e vontade dos candidatos, pelo qual são assumidos na vida os três conselhos evangélicos de Castidade, Pobreza e Obediência; consagram-se a Deus pelo ministério da Igreja e são incorporados aos seus Institutos com os direitos e deveres estabelecidos pelo direito (universal e próprio). Disponível em: <<http://www.franciscano.org.br/noticias/item/193-profissao-solene>>. Acesso em: 4 abril 2017.

⁶⁰ Segundo Lima e Santo Deus (1993), “pia” é uma palavra de origem latina, o mesmo que piedosa e caridosa.

⁶¹ Esse valor era pago anualmente; caso o membro quisesse, poderia dividir o valor ao longo dos meses.

desses valores, a pessoa não era considerada um membro da congregação, o que a desobrigava de contribuir com quantias específicas, seja mensalmente ou anualmente.

Ser um membro da congregação, qualquer que fosse o posto, era uma honra com direito a solenidade, como afirmou madre Francisca das Dores (1894 apud GUERRA, 1995, p. 28, destaques do original), “para premiar as pessoas que auxiliam a nossa CONGREGAÇÃO e as nossas educandas, resolveu nesse dia celebrar uma SESSÃO solene para distribuir DIPLOMAS⁶² aos benfeitores”. Nos diplomas, havia um título que diferenciava os membros; quanto maior o posto ocupado dentro da congregação, maior era o número de privilégios, como afirmavam os artigos do Capítulo XIII do regulamento:

Capítulo XIII

Privilegios Especiaes

Art. 48. Os membros beneméritos poderão mandar educar quatro meninas na Escola.

Art. 49. Os membros fundadores poderão mandar educar duas meninas na Escola.

Art. 50. Os membros protetores gosarão de um logar para educar uma menina, enquanto concorrem com o seu donativo annual.

Art. 51. Todos os membros da Congregação, qualquer que seja o seu diploma, terão o direito de collocar o seu retrato na sala de honra da Escola, e gosarão de outros privilegios que lhes conferem os Estatutos da mesma Escola. (BARROS, 1889, p. 75)

A rede de membros da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo era responsável pela manutenção não só da Escola Doméstica, como também de outras unidades dirigidas ou fundadas pelas irmãs da congregação. Diante disso, essas pessoas, sempre que possível, recorriam ao privilégio de poder indicar meninas desvalidas para serem educadas pela instituição.

⁶² Os primeiros diplomas foram entregues em 1888, ainda durante o Império, pelas mãos da Princesa Izabel (BARROS, 1889, p. 30).

3.2. As alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo



Foto 3. Desfile das alunas do Amparo. Anônimo. SD.
Fonte: Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

Nota-se na foto um desfile de alunas do Amparo. Acreditamos se tratar de um desfile ou de uma apresentação das alunas, pois todas as pessoas estão em uma posição de espectadores, enquanto as meninas caminham. A foto não tem data, e de acordo com Muller (2008) fotos sem data são um obstáculo que impede a construção de uma linha do tempo. Portanto, essa ausência nos impediu de contextualizar o período e de fazer uma análise mais aprofundada. Porém podemos observar que, entre as várias alunas, há uma quantidade significativa de meninas negras. É possível perceber um sorriso no rosto de pelo menos três alunas, sendo duas delas negras, o que nos leva a inferir que sair às ruas deveria ser um momento agradável para elas. Nota-se também que todas têm o cabelo curto⁶³ e usam um chapéu, além de estarem muito bem vestidas, possivelmente usando as roupas destinadas às solenidades, conforme mencionamos no Capítulo 2. A maioria das pessoas que assistem ao desfile são homens; conseguimos observar a

⁶³ Provavelmente como medida de higiene.

presença de quatro mulheres apenas e nenhuma delas é negra. Há apenas um homem negro, que está tão bem vestido quanto os homens brancos. Todos usam ternos e muitos seguram o chapéu na mão enquanto as meninas passam.

Apresentando esta foto, a pesquisa chega ao seu ponto fulcral: as alunas negras que ingressaram no Amparo entre os anos de 1889 e 1910. Porém sabemos que o ingresso de alunas negras na escola já acontecia muito antes do nosso recorte temporal, ou seja, mesmo antes da abolição da escravatura. Elas sempre fizeram parte da história do Amparo, e sua presença pôde ser notada desde o período de fundação da escola, como vimos nas fotografias apresentadas e na afirmação de Parisi Neto (2003, p. 18) de que, “em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871 [...], entram em cena as ingênuas, que passaram, a partir desta data, ser admitidas pela instituição”.

A tabela abaixo representa a quantidade de alunas negras identificadas, de acordo com a documentação encontrada entre os anos de 1889 e 1910.

Tabela 1. Alunas matriculadas que tiveram documentos encontrados entre os anos de 1889 a 1910.

Ano	Matrículas	Negras	Branças	Cor não identificada	Documento que comprova cor
1890	4	1	1	2	Certidão de batismo
1891	8	3	1	4	Certidão de batismo
1892	5	2	0	3	Certidão de batismo
1893	0	0	0	0	0
1894	1	1	0	0	Carta de condição social
1898	1	0	0	1	0
1899	4	0	0	4	0
1900	17	0	0	17	0
1901	2	0	0	2	0
1902	1	1	0	0	Certidão de nascimento
1906	7	1	0	6	Atestado de condição social e vacina
1907	2	0	0	2	0
1909	7	2	0	5	Atestado de vacina
1910	3	0	0	3	0
Total	62	11	2	49	

Não há registro documental referente aos anos não contemplados pela tabela.

Algumas dessas alunas foram batizadas no período anterior à abolição. Mesmo sendo consideradas livres desde 1871 pela Lei do Ventre Livre, eram filhas de mulher escravizada. Sendo assim, o livro de batismo no qual foram registrados os seus assentos

era diferente daquele em que se registravam os assentos dos filhos das pessoas livres, neste caso, as brancas. Portanto, as certidões de batismo tiveram uma crucial importância para o nosso trabalho de investigação, pois foi a partir delas que começamos a encontrar indícios das alunas negras recebidas pelo Amparo. E de acordo com Muller (2008):

[...] pesquisar a história de grupos negros é construir a história do “excluído da história”, daquele de quem se encontram poucas marcas, porque não se considerou importante guardar o registro de sua presença. (MULLER, 2008, p. 20)

Diante dessas “poucas marcas”, tivemos que nos atentar ao que assevera Ginzburg (1998, p. 177): “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Ou seja, partimos em busca dessas zonas privilegiadas.

Percebemos que nem todas as alunas apresentaram o documento de batismo como certidão de idade ao serem matriculadas. Das 62 meninas matriculadas entre os anos de 1889 e 1910, 31 apresentaram declaração de batismo; seis apresentaram carta de solicitação de admissão;⁶⁴ dezessete apresentaram ordem judicial;⁶⁵ quatro apresentaram certidão de nascimento;⁶⁶ quatro apresentaram declaração de indigência, mas só uma foi redigida por um pároco, como determinava o estatuto, duas foram emitidas por um delegado de polícia e a outra por um médico. Nota-se que havia certa flexibilidade em relação à documentação apresentada.

Os artigos do Capítulo V do regulamento tratam sobre a admissão das meninas, como o cumprimento de algumas exigências:

Capítulo V

Admissão

Art. 12. Serão somente admittidas meninas pobres e totalmente desvalidas, de 6 a 10 annos de idade, sem distincção de classe, côr ou origem, de accordo com § unico do art.2º.

Art. 13. Nenhuma menina será recebida sem ordem escripta do diretor.

Art. 14. Está ordem será dada no mesmo requerimento apresentado pelos pais, tutor ou protector da menina.

⁶⁴ Carta redigida provavelmente por membros da congregação ou da elite petropolitana solicitando à instituição que admitisse a menina.

⁶⁵ A maioria das ordens judiciais foi emitida entre os anos de 1899 a 1900, sendo uma em 1901, a pesquisa não encontrou a razão.

⁶⁶ Somente a partir de 1902.

Art. 15. A petição alludida trará o nome, estado e residencia do supplicante; nome, filiação, naturalidade e idade da menina, e será instruída com os seguintes documentos:

1º Certidão de idade, provando não ter a menina menos de 6 annos, nem mais de 10 annos.

2º Attestado do parochio respectivo, declarando o estado de indigencia.

3º Certidão de obito de seus pais, sendo orphãs.

4º Attestado medico, declarando que a menina foi vaccinada e não soffre molestia incuravel ou contagiosa. (BARROS, 1889, p. 80)

Apesar de o artigo 12 afirmar que só seriam admitidas meninas totalmente desvalidas, ao longo da pesquisa foi possível perceber que havia certa maleabilidade em relação às admissões, principalmente quando estas eram solicitadas por algum membro da congregação. Outro ponto interessante é que, mesmo não sendo uma exigência, a certidão de batismo foi o documento encontrado em maior quantidade. Segundo Marisa Soares (2000, p. 22) “os livros de batismo [...] no Antigo Regime, são a forma primeira de identificação de qualquer indivíduo”. Sendo assim, é possível afirmar que esse documento equivalia a uma certidão de nascimento.

Conforme já mencionado, os documentos citados anteriormente representavam a “certidão de idade” solicitada no primeiro parágrafo do 15º artigo, e foram essenciais para a pesquisa identificar as alunas negras do Amparo. Foram apresentados, no ato da matrícula, seis documentos diferentes para a comprovação da idade das meninas, neles havia alguns detalhes que se tornaram extremamente importantes para a investigação. Por exemplo, das oito meninas negras que apresentaram a certidão de batismo: seis foram batizadas antes de 1888, suas certidões traziam a informação que seus assentos haviam sido registrados no livro de batismo de ingênuos⁶⁷ e que suas mães eram “escravas”. Mesmo não mencionando a cor da criança, essas informações nos possibilitaram classificá-las como negras. Ou seja, atentos aos detalhes, sabemos que “minúsculas particularidades paleográficas [...] empregadas como pistas [...] permitiam reconstruir” (GINZBURG, 1998, p. 177) uma parte da vida dessas meninas.

Segundo os estudos de Mattos (2013) os registros paroquiais deixam de mencionar a cor, já na segunda metade do século XIX. Cria-se a ausência de cor, que pudemos constatar ao longo deste trabalho, encontrando, por exemplo, certidões de batismo de duas meninas que foram emitidas após 1888 não fazendo referência à cor, e não mencionando mais os termos “ingênuo” e “escravo”. Nesse momento, segundo

⁶⁷ Segundo Chalhoub (2003), termo cheio de intencionalidades para designar os filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir de 1871.

Mattos (2013, p. 281) “novas identidades sociais precisariam ser construídas” e estas acabavam por tornar invisível o negro, dificultando sua localização na historiografia.

É interessante salientar que, das onze meninas negras encontradas por esta pesquisa, só duas foram referidas como pretas, a maioria era identificada como parda. Segundo Hebe Mattos (2013, p. 102), “o uso das expressões ‘negro’ e ‘preto’ referia-se diretamente à condição ‘escrava’ [...] os nascidos livres eram brancos ou pardos”. Ainda segundo a autora, “o sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes ocorridos no século XIX” (MATTOS, 2013, p. 105), e também do início do século XX.

A ausência de diferenciação da cor se fez presente também nos documentos do Amparo. Segundo Parisi Neto (2003, p. 71) “há poucas informações sobre a cor das educandas [...] do total de 165 alunas da escola, constatei a partir de cinco certidões de nascimento [...] que quatro crianças são denominadas como pardas”. Essa afirmação é muito importante para este trabalho, pois o período aqui pesquisado é anterior à abolição da escravatura. Diante disso, conseguimos constatar que as alunas negras foram pulverizadas entre todas as alunas, ou seja, elas se perdem no rótulo de desvalidas. A escola que não fazia distinção de cor, sequer parecia notar a diferença. Para Mattos (2013, p. 107):

O crescente processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, à perda da cor de ambos. Não se trata necessariamente de branqueamento. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos.

Esse silenciamento, esse sumiço da cor, foi tornando cada vez mais difícil encontrar as alunas negras do Amparo. Como verificamos na Tabela 1, entre os anos de 1889 e 1900, encontramos sete alunas negras, já entre os anos de 1901 e 1910, encontramos apenas quatro. Poderíamos conjecturar que o número de alunas negras foi diminuindo gradativamente, porém, diante das considerações de Mattos (2013) e de Muller (2008), bem como das fotografias que, mesmo sem data, sempre revelaram uma quantidade significativa de meninas negras, podemos afirmar que o silêncio dos documentos em relação à cor das alunas inviabilizou a esta pesquisa encontrar um número maior de meninas negras.

Levando em consideração que a escola recebe atualmente uma grande quantidade de alunas negras, podemos inferir que esse número nunca foi inexpressivo, mesmo que as fontes não nos possibilitem comprovar. Contudo, mesmo que a pesquisa não tenha localizado mais do que 20% de alunas negras entre as 62 matriculadas nos anos de 1889 a 1910, fez-se pertinente descobrir quem eram elas, como se chamavam, como chegaram à escola e como viviam dentro dela.

3.2.1. A identidade das alunas negras do Amparo

Os documentos das alunas estavam arquivados em algumas pastas que, na época, eram separadas apenas por data. Essa documentação passaria por restauro, porém, nos foi dada autorização para que analisássemos antes da restauração. No entanto, a orientação era a de tomar o máximo cuidado para que as datas não fossem alteradas, bem como a posição dos documentos. As pastas estavam datadas a partir de 1889, indo até 1910, no entanto isso não significou que foi encontrada documentação referente a alunas em todos esses anos. Por não terem passado por tratamento na época, não havia só documentos relacionados às alunas, existiam vários outros guardados nas pastas, e o único critério de guarda até aquele momento eram as datas. A primeira pasta em que encontramos documentação sobre as alunas foi a de 1890. Desse modo, buscamos apresentar as alunas negras no decorrer do texto de acordo com as datas de matrícula, que, por sua vez, estavam relacionadas às datas registradas nas pastas.

No ano de 1890, foram matriculadas quatro meninas, porém só na documentação de uma havia indícios que nos possibilitaram classificá-la como negra. Uma das meninas trazia em seu documento de batismo a cor branca, e na documentação das outras duas, além de não ter nenhuma informação sobre a cor, também não havia termos que geralmente eram utilizados para fazer referência às crianças negras nascidas de mãe escravizada. Posto isso, podemos afirmar que foi localizada a documentação de apenas uma menina negra matriculada no ano de 1890, tratava-se de Iria. Em seu documento de batismo havia a seguinte informação:

Certifico que a folha 139 do livro de assentos de baptizados de ingenuos, acha-se o assento do teor seguinte: aos cinco dias do mez de novembro de mil oitocentos e oitenta dois, o Pe. Manoel Rodrigues Pereira baptizou solenemente e pôs aos Santos a ingenua Iria de cor parda que nasceu em vinte de outubro do corrente ano, filha natural de

Albertina, escrava do Padre Antônio Rodrigues da Rocha. (Vigário João P. Carvalho, 1890)

O livro de batismo do qual foi registrado o assento de Iria era específico para crianças filhas de mães escravizadas, e tal especificidade já seria suficiente para classificá-la como negra, porém, nessa certidão, havia mais dois elementos que auxiliaram na comprovação da cor: o padre se referiu a ela como parda, além de afirmar que sua mãe era “escrava” do padre Antonio. Ou seja, o documento de Iria trazia três indícios sobre sua cor. A partir dela, as alunas negras do Amparo passariam a ter nome. E ao constatar seu nome no índice de matriculadas, a pesquisa chegava ao seu ponto mais instigante. Na parte de trás do atestado de batismo tem anotado⁶⁸ o número 169 e o ano de 1890, eles fazem referência à página e ao ano em que a matrícula foi realizada. Apesar de o nome de Iria aparecer no índice das matriculadas, a página 169 não foi localizada, passando da 168 para 171. Como esse livro passou por restauro é provável que tais páginas não tenham sido encontradas ou estivessem muito deterioradas para serem restauradas.

No ano de 1891, foram encontrados os documentos de oito meninas matriculadas, dessas, três foram identificadas como negras e uma como branca; já na documentação das outras quatro meninas não havia nenhuma informação que possibilitasse a identificação da cor. Do mesmo modo que Iria, as três alunas negras do ano de 1891 apresentaram o documento de batismo, no qual havia a informação de que seus assentos foram localizados no *Livro de Batismo de Ingênuos*.

Para a egressa Monica, o vigário Sebastião Gama certifica que seu assento de batismo foi encontrado na folha 138. Segundo o vigário, Mônica nasceu em dezembro de 1881 e foi batizada em 15 de abril de 1882. Ele ainda afirmou que a mãe de Monica chamava-se Porcia e era “escrava” do comendador Antônio Joaquim Joanes Ribeiro. Já o livro de matrícula traz as seguintes informações: que a menina foi registrada na página 177 no dia oito de março de 1891, a pedido da senhora Maria das Graças Dores Pinto,⁶⁹ a mesma pessoa que fez a solicitação de retirada da menina quando esta tinha aproximadamente 13 anos, em 11 de janeiro de 1895.

O documento de batismo de Lia também foi assinado pelo vigário Sebastião Gama, que afirmou ter encontrado o assento da menina na folha 126. Padre Sebastião

⁹² Todas as documentações analisadas têm na parte de trás o número da página no qual a matrícula foi realizada, sendo assim, essa informação não foi repetida na apresentação de todas as alunas.

⁶⁹ “Membro protetor”, o qual tinha direito a indicar uma aluna por ano.

afirmou que Lia, de sobrenome Jesus, nasceu em 29 de janeiro de 1881 e foi batizada em 1º de abril do mesmo ano, sendo filha de Eleodora, “escrava” do sr. Joaquim Ribeiro. Segundo o livro de matrículas, o ingresso da menina na escola foi registrado na página 181 no dia 11 de março de 1891, aos 10 anos de idade, por solicitação de dona Maria Carolina Gomes Pereira,⁷⁰ a mesma pessoa que solicitou a retirada da menina em 2 de outubro de 1898, quando esta tinha aproximadamente 17 anos. Segundo a data da documentação, a declaração do vigário foi emitida um mês depois da matrícula. A hipótese é que a escola tenha aceitado matricular a menina antes da emissão do documento de batismo, pelo fato dona Maria Carolina ter conseguido, no ano de 1891, angariar uma significativa quantia para escola.

Maria Ondina nasceu em 5 de agosto de 1882 e foi batizada em 4 de outubro do mesmo ano, sendo filha de Ângela, “escrava” de José Belmiro França, como consta em seu atestado de batismo assinado pelo padre Urbano da Silva Monte. O padre não mencionou a cor da menina, mas afirmou que a sua mãe era “escrava”. Segundo informações do livro de matrícula, Maria Ondina foi matriculada na página 182 em 17 de março de 1891, no ano em que faria 9 anos. O nome da pessoa que solicitou a sua matrícula está ilegível. A aluna foi retirada da instituição em 12 de outubro de 1898, aos 16 anos de idade, por solicitação de sua madrinha dona Ignez de Azevedo, conforme consta no mesmo livro.

A pesquisa localizou a documentação de cinco meninas matriculadas no ano de 1892, destas, duas puderam ser classificadas como negras. Nos documentos das outras três meninas não havia informações que possibilitassem afirmar sua cor. Uma delas era Dinorah, batizada em 24 de agosto de 1882. O padre Eurípedes Calmon Nogueira, que assinou seu atestado de batismo, afirmou que a menina havia nascido três meses antes da data do batismo, não especificando o dia e nem a folha na qual o assento foi encontrado. Apesar de não ter informado a cor da menina, afirmou que o seu assento foi encontrado no *Livro de Batismo de Ingênuos*, e que sua mãe era Rosalina, “escrava” do major José Barbosa dos Santos. Como aconteceu com a egressa Iria, no índice de matriculadas consta o nome de Dinorah na página 194, porém no livro tal página não foi encontrada, pois da página 192 passa-se para a 195. Pela numeração é possível inferir que a matrícula tenha sido realizada no ano de 1892, quando a menina estava com 10

⁷⁰ Maria Carolina não foi localizada na lista de membros da congregação, mas no ano em que solicitou a matrícula de Iria conseguiu 300 mil réis em doações para a escola.

anos. Como a página não foi localizada, não foi possível saber quem solicitou sua matrícula, sua retirada, nem como, quando e por que Dinorah deixou a instituição.

A outra aluna negra matriculada em 1892 foi Maria Joaquina, que teve seu certificado de batismo redigido pelo vigário João, que afirmou ter encontrado na folha 138 o assento da menina. Segundo o padre, ela foi batizada em 9 de novembro de 1882 e era filha de Clementina, “escrava” do capitão Antônio Francisco Nunes. O vigário não informou a data de nascimento. O livro de matrículas traz registrado o nome de Maria Joaquina na página 196 no dia 14 de abril 1892. Não consta a informação de quem solicitou sua matrícula. Sua retirada, no entanto, foi solicitada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro⁷¹ em 28 de janeiro de 1900, quando ela tinha aproximadamente 17 anos, para que fizesse companhia a um senhor chamado José Thomas de Almeida.⁷² Não foi possível saber a razão pela qual o governo solicitou a retirada da aluna e se o termo “companhia” refere-se à empregada doméstica ou à “companheira” desse senhor.

As seis alunas que foram matriculadas entre os anos de 1890 e 1892 apresentam alguns pontos em comum que merecem ser destacados. Todas elas tiveram seu assento de batismo registrado em um livro específico para crianças nascidas de mãe escravizada, pois foram batizadas antes de 1888, quando existia estatuto próprio para os escravizados e seus descendentes. Conforme mencionado anteriormente, tal informação foi de grande auxílio na constatação da cor da criança. Os vigários que redigiram os documentos também atestaram que, no momento em que as meninas foram batizadas, suas mães eram “escravas” de uma determinada pessoa. Nenhuma delas teve em seu atestado a mãe identificada como livre ou liberta. É interessante salientar esta última informação, pois trabalhos como os de Muller (2008) e Mattos (2013) revelam que, na última década do período escravista, a maioria da população negra já era liberta, o que não ocorreu com as mães das seis alunas do Amparo, pois no momento em que suas filhas foram batizadas, elas ainda eram escravizadas.

Nenhuma delas tem o nome do pai informado no atestado de batismo. A pesquisa trabalha com algumas hipóteses para tentar explicar a ausência. O pai da criança poderia ter sido o proprietário de suas mães ou alguém em condição jurídica semelhante à mãe, ou seja, escravizado, ou ainda, um homem livre, branco ou negro. Caso o pai tenha sido o proprietário ou algum homem livre, é possível trabalhar com a

⁷¹ Não foram localizadas informações que possibilitassem compreender por qual razão o Governo do Rio de Janeiro solicitou a retirada da menina.

⁷² Não foram localizadas informações sobre José Thomas de Almeida.

hipótese de que ele não tenha reconhecido a paternidade da criança. Agora, se o pai foi um escravizado, é possível considerar também a hipótese de que ele tenha sido separado da mãe da criança por razões alheias à sua vontade. Porém, em todos os casos, independente da condição jurídica ou da cor do pai, é possível incluir uma terceira hipótese “o predomínio da maternidade africana que interfere na organização formal das famílias [...] diante da Igreja, a mãe escrava solteira que não nomeava o pai de seus filhos” (FRAGOSO, GUEDES e SAMPAIO, 2014, p. 7). Desse modo, é possível inferir que os pais não tivessem conhecimento da existência da criança por um desejo da mãe. É evidente que o mais comum ao longo dos séculos era a mulher ser abandonada pelo pai da criança, porém a afirmação de Guedes, Jucá e Sampaio (2014) transforma a mulher escravizada em um sujeito que, independente de sua condição jurídica, tem o poder de decidir sobre a paternidade de seu filho. A pesquisa não localizou dados suficientes para comprovar quaisquer das hipóteses consideradas.

Outro ponto que merece ser destacado é o fato de, no livro de matrículas, o espaço destinado às informações sobre vacinação das seis meninas está em branco, e de não terem sido localizados atestados de vacinas de nenhuma delas. Sendo assim, é possível que as alunas tenham sido matriculadas sem apresentarem nenhum documento que atestasse sua saúde. Isso denota mais uma vez a flexibilização do regimento da instituição.

No ano de 1893 não foi encontrado nenhum documento de alunas matriculadas. Ao observar o livro, encontramos algumas matrículas nessa data, porém estas não foram contabilizadas pelo fato de a pesquisa trabalhar a partir da documentação das alunas.

Já no ano seguinte, em 1894, foi encontrada apenas uma documentação, que se refere à menina Georgete Pinheiro. A história dessa menina é no mínimo intrigante, pois, ao contrário das outras meninas, o documento apresentado traz informações significativas sobre o pai e apenas menciona o nome e a cor da mãe da menina, o que possibilitou identificá-la como negra. Seu documento de matrícula, no qual não consta assinatura, foi uma carta informando que seu pai José Henrique Pinheiro havia falecido em 21 de fevereiro de 1894, deixando 26 apólices de dívidas públicas, e que a menina havia sido entregue ao irmão mais velho Manuel Henrique Pinheiro em 11 de fevereiro de 1895, tendo este assinado o termo de tutela da menor perante o Juiz Municipal de Niterói em 23 de outubro de 1895. No final da carta, consta a informação de que Georgete era filha de Maria da Conceição e que esta era parda, consta também que a madrinha da menina chamava-se Maria de Sá. O registro da matrícula no livro foi

realizado na página 219, no dia 24 de abril 1894, a pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro, porém na carta apresentada não há referência ao governo.

É interessante salientar que o ingresso de Georgete Pinheiro na escola foi registrado um ano antes de sua tutela ser reconhecida por seu irmão, conforme mencionado na carta. Sobre a mãe da menina, a carta não revela informações, além da cor. Apesar de a carta não mencionar a cor do pai, a pesquisa trabalha com a hipótese de que Georgete seria mais um caso de filha de mãe negra e pai branco, porém, ao contrário dos outros casos mencionados, a sua paternidade foi reconhecida. A carta não deixa claro se o irmão de Georgete também era filho de Maria da Conceição. Pelo fato de ele ter requerido sua tutela, isso significa que ele era maior de idade na época. Não foi possível averiguar, no âmbito desta pesquisa, como a menina chegou à situação de precisar ser tutelada pelo irmão. A aluna permaneceu na escola por oito anos, sendo retirada pelo sr. Emanuel Paulo Frank,⁷³ em 17 de outubro de 1902, para ser empregada na casa dele.

Nos anos de 1895, 1896, 1897 não foram localizados documentos. A próxima documentação localizada refere-se ao ano de 1898 e nela não havia elementos suficientes que auxiliassem na constatação da cor da menina. O mesmo ocorreu com as quatro matrículas realizadas em 1899, uma delas feita por ordem da justiça. Já no ano de 1900, das dezessete matrículas, quinze foram realizadas a partir de ordem judicial e, em 1901, das duas matrículas, uma foi através da justiça. O documento foi expedido pela Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis e trazia as seguintes informações:

De ordem do Ilmo. Dr. Secretario, comunico-vos para os fins convenientes, que foi mandada admitir como pensionista do Estado na Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo *nome da menina, idade, pobre, vacinada, não sofrendo de moléstia incurável ou contagiosa, filha de nome dos pais.* (O Diretor, 1900, grifos nossos)

A partir desse documento foi possível saber o nome da criança, a idade, o nome dos seus pais e se foi vacinada, porém não havia o nome do médico que a vacinou, se ela havia sido batizada e, principalmente, sua cor, sendo esta última, a informação mais importante para esta pesquisa. Diante disso, não foi possível identificar a cor das quase vinte meninas matriculadas entre 1899 a 1901. Não foi possível identificar a razão pela

⁷³ Não foram localizadas informações sobre Emanuel Frank.

qual a justiça precisou agir para que essas meninas fossem matriculadas. É possível conjecturar que a escola estivesse com sua lotação máxima e que tais meninas não tivessem “protetores” que pudessem solicitar a admissão delas.

A partir do século XX, houve uma diminuição significativa na quantidade de documentação arquivada nas pastas. A pesquisa trabalha com a hipótese de que, a partir desse período, os documentos ficassem de posse das famílias ou tutores das alunas, e não mais na escola. Desse modo, o número de documentos das matriculadas na primeira década do século XX diminuiu bastante, foram 22 – só para efeito de comparação, na década de 1890, foi encontrada a documentação de quarenta meninas matriculadas. Das 22 meninas matriculadas, apenas quatro foram identificadas como negras, a cor das outras dezoito meninas não foi detectada.

A primeira menina negra que a pesquisa localizou, matriculada no século XX, foi Esperança, que, ao ingressar na escola, teve apresentada a certidão de nascimento datada de 19 de outubro de 1891, identificando sua cor como parda, que o nascimento se dera no dia anterior, ou seja, 18 de outubro, por volta das três horas da tarde, e que a menina era filha legítima de Estevam dos Santos e Romana Fabiana dos Santos, ambos agricultores. Segundo informações do livro, a matrícula de Esperança foi registrada na página 345 no ano de 1902, como não foi mencionado o mês não sabemos se ela já havia completado 11 anos. A solicitação de matrícula foi feita pela “sra. Baronesa⁷⁴ Bemposta”.⁷⁵ A pesquisa não conseguiu localizar informações sobre os pais de Esperança, além do fato de serem agricultores, como consta na certidão, porém, ao contrário da maioria das meninas pesquisadas, Esperança trazia em seu documento o nome do pai. Não é possível afirmar se eram vivos no momento em que ela ingressou no Amparo. Não foram localizados documentos como certidão de batismo e atestado de vacina. No livro de matrícula, o espaço destinado às informações sobre vacina está em branco. A aluna foi retirada no dia 16 de maio de 1904, ano em que faria 13 anos, para ser empregada na casa da “viúva Lourdes”.

Não foram localizados documentos de alunas nos anos de 1903, 1904 e 1905. No ano de 1906, foi encontrada a documentação de sete alunas, destas, apenas uma foi

⁷⁴ Segundo o Instituto Histórico de Petrópolis, trata-se de “Luiza Amélia de Oliveira Werneck [...]. A partir da República ficou proibida, sob pena de acusação de alta traição e a suspensão de direitos políticos, a aceitação de foros de nobreza e condecorações estrangeiras sem a devida permissão do Estado brasileiro. Por respeito e tradição, especialmente aos nobres de maior destaque, foi permitido uso de seus títulos mesmo durante o regime republicano”. Disponível em: <http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20120412.htm>. Acesso em :15 abr. 2017.

⁷⁵ A senhora que solicitou a matrícula de Esperança havia recebido o diploma de membro benfeitor da congregação em 9 de julho de 1901.

identificada como negra, já nos documentos das outras seis alunas não foi encontrada nenhuma informação que possibilitasse identificar a cor. A única aluna negra identificada no período foi Rita, e seu documento de matrícula foi um pedaço de papel assinado em 1906 pelo dr. Sá Earp.⁷⁶ Nesse documento, o médico afirma que a menina era menor de 6 anos, de cor preta e que gozava de boa saúde, afirmava também que ela era paupérrima e que sua mãe estava em estado gravíssimo de saúde. O registro da matrícula de Rita foi realizado na página 373 no dia 4 de maio de 1906. No livro de matrícula, consta a informação de que a menina nasceu em 1901, que foi vacinada pelo dr. Arthur de Sá Earp e que era protegida do rev. dom João Braga.⁷⁷

Não foi encontrada nenhuma documentação, como boletins de notas e relatórios, que fizessem menção à menina, além da citada acima. O livro de notas que conseguimos encontrar é datado de 1890 a 1895, e o último relatório produzido pela direção que encontramos é de 1901, cinco anos antes da matrícula de Rita. Também não conseguimos descobrir quando a menina deixou a escola e qual a razão de sua saída, bem como o seu desempenho enquanto foi aluna do Amparo. É interessante observar que uma menina rodeada de personalidades não tenha sequer um sobrenome. A documentação encontrada deixa uma enorme lacuna sobre a trajetória de Rita.

A pesquisa localizou a documentação de duas alunas matriculadas em 1907, não sendo possível afirmar se eram negras; e em 1908 não foram localizados documentos. Já no ano de 1909 foi encontrada a documentação de sete meninas, destas, duas foram identificadas como negras e cinco não traziam em suas documentações elementos que possibilitassem à pesquisa identificar sua cor.

A primeira aluna negra identificada em 1909 foi Luiza, nascida em 4 de agosto de 1902 e batizada em 4 de outubro de 1902. Era filha natural de Carolina Joaquina do Nascimento, conforme certificou o vigário Rocha em 6 de julho de 1909. Em sua certidão de batismo, o pároco não fez referência à cor. O documento que possibilitou a identificação foi o atestado de vacina emitido em 31 de julho de 1909, no qual havia

⁷⁶ A família Sá Earp é uma família de médicos, não sendo possível afirmar com exatidão qual deles teria assinado a declaração da menina. Ao buscar informações no site da Academia de Letras de Petrópolis, foi localizado o nome de três médicos da família, Arthur de Sá Earp, Arthur de Sá Earp Filho e Arthur de Sá Earp Netto. O médico Sá Earp Netto nasceu em Petrópolis em 1908, dois anos após a assinatura do documento, já Sá Earp filho nasceu em 1883, tendo 23 anos na época em que a declaração foi assinada, não foi possível saber se, com essa idade, ele já era médico. Ainda no site da Academia de Letras de Petrópolis há a informação que Sá Earp Filho era filho de Arthur de Sá Earp, médico baiano que passou a grande parte de sua vida em Petrópolis, clinicando e participando ativamente da política petropolitana. Diante dessa constatação é mais provável que este tenha sido o médico que assinou a declaração de Rita.

⁷⁷ Bispo de Petrópolis entre os anos de 1902 a 1907, quando foi transferido para a Diocese de Curitiba.

informação de que era parda. No livro, a matrícula de Luiza foi realizada na página 64 no dia 17 de março de 1909, aos 7 anos de idade, a pedido de dona Ignez Brand. Luiza foi registrada no livro com o sobrenome Nascimento, que é da mãe, e também com o Leal, do qual não conseguimos encontrar a origem por não constar no documento o nome do pai. A requisição de retirada foi feita em 5 de novembro de 1922 para que ela fizesse companhia à avó; tinha então 20 anos de idade, sendo, entre as alunas pesquisadas, a que permaneceu mais tempo na escola, aproximadamente doze anos.

Outra aluna encontrada foi Maria Aparecida, nascida em 19 de setembro de 1902 e batizada em 25 de outubro do mesmo ano, sendo filha legítima de Salustiano de Assis Veiga e Raula Veiga, conforme consta na certidão emitida pelo vigário Agostinho em 24 de janeiro de 1910. Foi apresentado também atestado de vacina emitido pelo Serviço de *Prophylaxia Especifica da Variola* atestando que Maria Aparecida, de cor parda, foi vacinada no dia 20 de fevereiro de 1908; o documento foi assinado pelo delegado de saúde. A matrícula de Maria Aparecida foi realizada na página 79 do livro de matrícula no dia 27 de dezembro de 1909, por solicitação de sua mãe. É interessante observar que a matrícula foi realizada quase um mês antes da emissão da certidão de batismo. É provável que a mãe a tenha solicitado e tenha se comprometido a entregar a documentação posteriormente. Maria Aparecida foi a única entre as alunas pesquisadas que teve sua matrícula solicitada pela mãe. Também foi esta que solicitou sua retirada da escola em 15 de abril de 1910, ano em que completaria 8 anos. De todas as onze meninas, ela foi a que permaneceu menos tempo na instituição, aproximadamente quatro meses. A pesquisa trabalha com a hipótese que a mãe tenha solicitado a matrícula em um momento no qual estivesse passando por dificuldades para criar a filha e, assim que a situação melhorou, foi buscá-la.

A partir do século XX, o número de meninas negras matriculadas caiu de maneira significativa. Já foi mencionado anteriormente que, pelas características da instituição, ela nunca deixou de receber esse público. O que ocorreu foi a diminuição de documentos que pudessem comprovar a cor. A pesquisa passou a trabalhar com outros documentos, como a certidão de nascimento e o atestado de vacina, porém em pouquíssimos casos eles faziam referência à cor das meninas.

De acordo com os estudos de Muller (2008) e Mattos (2013), no início do século XX, os negros gradativamente “perdiam” a sua cor, tornando-se, aos poucos, invisíveis. Foram pulverizados entre os “cidadãos” republicanos. O estatuto próprio utilizado por mais de trezentos anos para mantê-los em cativeiro não existia mais, porém o contrário

também não foi feito, um estatuto que garantisse a essas pessoas medidas que pudessem reparar os estragos feitos pelo estatuto anterior. Quando a mãe de Maria Aparecida solicitou sua matrícula, entrava em cena uma mãe negra buscando educar seus filhos para que estes pudessem ficar o mais longe possível das heranças do cativo.

O acesso das mulheres negras à Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo se deu em um período que, de acordo com Teixeira (2016), as discussões sobre a educação dos negros saíam de cena para dar lugar às discussões sobre a educação da população pobre. O movimento realizado pelos responsáveis pelas onze meninas aqui apresentadas mostra quais caminhos foram percorridos para que estas fossem admitidas. O empenho em garantir a formação de suas filhas ou tuteladas negra, vem na contramão do “imaginário social brasileiro bastante arraigado pela crença de que a população negra só tenha tido acesso à escola nos idos dos anos cinquenta do século XX” (MULLER, 2008, p. 89). As fontes aqui investigadas deixam evidente que o acesso aconteceu muito tempo antes.

O ato do responsável por essas meninas ir até uma paróquia para verificar se haviam sido batizadas e sair de lá com um documento que, além de afirmar o batismo, mostra quem batizou, bem como o nome dos pais (na maioria das vezes só o da mãe) e dos padrinhos, confere às meninas o direito a uma identidade. Mesmo que nos documentos elas não tenham sequer um sobrenome, a pesquisa revela que existiram e ingressaram em uma instituição educacional em um momento em que poucas portas se abriam para elas.

No entanto, é sabido que havia a necessidade de localizar o destino dessas meninas depois que saíram do Amparo. Das onze alunas que ingressaram na instituição a partir de 1889, Luiza e Maria Aparecida saíram para ficar com a avó e com a mãe, respectivamente; não foi localizado o destino de Iria e Dinorah devido à ausência da página no livro de matrículas. Mônica, Lia e Maria Ondina saíram para fazer “companhia” às pessoas que as retiraram, esta informação não deixa evidente se a “companhia” era para ser empregada doméstica. Maria Joaquina, Georgete e Esperança saíram para serem empregadas domésticas; e sobre Rita não consta nenhuma informação que possibilitasse a esta pesquisa localizar o seu destino.

Segundo o regimento interno, as alunas só poderiam sair da instituição por conta própria ao completarem 21 anos, antes disso, só se tivessem as devidas habilitações para serem empregadas em colégios de meninas ou em casa de família, desde que tivessem idade suficiente, no entanto, que idade seria essa não foi especificado. Antes dos 18

anos, só poderiam ser retiradas por pais, tutores e protetores, porém estes dois últimos precisariam solicitar a tutela da menina junto a um juiz. No entanto, as fontes revelaram que a maioria das meninas saiu antes de completar 21 anos, a que ficou mais tempo na escola tinha 20 anos. Duas jovens saíram por solicitação de algum membro da família, portanto poderiam sair com qualquer idade; quatro saíram para fazer “companhia”, umas delas por solicitação do Estado; duas saíram para ser empregada doméstica, uma delas aos 12 anos, a idade da outra não foi localizada. Não há informação nos documentos se todas as pessoas que solicitaram a retirada das educandas tinham a sua tutela.

Diante do exposto, a pesquisa verificou que havia uma divergência entre o estatuto e o que ocorria de fato. Por exemplo, não foi possível compreender qual o critério utilizado para que uma das alunas saísse aos 12 anos para ser empregada doméstica, após ter ficado na escola apenas dois – de acordo com o estatuto, a saída só seria permitida caso as educandas tivessem a idade e as habilitações devidas.

Nenhuma das alunas pesquisadas saiu para se casar.⁷⁸ Não foi possível localizar o destino de três alunas; duas, porque as páginas de suas matrículas não foram encontradas, e uma porque em sua página de matrícula não consta informação referente ao seu destino. Não foi encontrada uma única pista que permitisse ao menos formular hipóteses. É impossível afirmar se essas três alunas saíram para casar, para ser empregadas domésticas ou professoras, ou ainda que tenham sido retiradas por suas famílias ou para fazer companhia a alguém.

O trabalho *Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil*, de Silvia Alicia Martínez, da Universidade Estadual do Norte Fluminense no Rio de Janeiro, e Maria João Mogarro, do Instituto Politécnico de Portalegre em Portugal, sugere alguns caminhos, pois analisa normalistas oriundas de asilos. Nesse trabalho as pesquisadoras fazem menção à Escola Doméstica.

[...] a *Escola Domestica de N. S. do Amparo*, em Petrópolis, escola feminina fundada pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, esta, sim, explicitamente destinada – conforme os estatutos – a educar e instruir a infância desvalida, com a especial característica que, além de iniciar as meninas na prática do serviço doméstico, as habilitava

⁷⁸ Das 62 meninas pesquisadas, apenas três de cor não identificada saíram para contrair matrimônio. Duas questões podem ser levantadas, mas não foram respondidas nesta pesquisa. É possível inferir se alunas negras eram preteridas em relação às alunas brancas? A partir das alunas negras do Amparo, seria possível iniciar uma pesquisa sobre a solidão da mulher negra?

para o exercício do magistério particular. (MARTINEZ e MOGARRO, 2010. p. 49)

3.2.2. *Ex-alunas negras que se tornaram professoras*

Além das onze meninas negras, a pesquisa localizou, a partir das fotografias do *Livro de Memórias do Amparo*, duas professoras que foram alunas da instituição. Sendo que uma delas foi aluna em um período anterior ao recorte temporal desta pesquisa, ingressando na instituição em 1872; já a outra foi aluna do Asilo Furquim em Vassouras entre os anos de 1897 a 1904. A partir das fotografias, a pesquisa tentou reconstruir a história das duas alunas negras que foram professoras no Amparo.



Foto 4. Irmã Angelina de Jesus. C. 1889. Anônimo.
Fonte: Sala da Histórica da EDNSA.

A foto acima é de irmã Angelina que aparece com um véu sobre a cabeça e ombros, a mesma vestimenta que madre Francisca está usando na fotografia de abertura do capítulo. É provável que ambas as fotografias tenham sido tiradas durante o ingresso

na profissão das irmãs na Ordem Terceira Secular de São Francisco, pois, no livro de Lima e Santo Deus (1993), há uma fotografia datada de 1889 na qual dezoito congregadas aparecem vestidas do mesmo modo, entre as quais, madre Francisca e irmã Angelina.

O regimento da instituição afirmava que as mestras deveriam ser nacionais, de preferência, alunas da própria casa. Diante disso, a pesquisa buscou localizar a aluna Angelina no livro de matrículas. Como ela entrou para congregação em 1886, era provável que tivesse ingressado na escola na primeira década de funcionamento. O livro foi analisado desde 1871 e não foi encontrado seu nome. Ao fazer os votos públicos, havia a mudança de nome, como aconteceu com irmã Francisca, e esse foi um fator que limitou de forma significativa a pesquisa, porque os documentos das mulheres que entravam para a congregação não ficam arquivados na Sala História, e sim na chamada Casa Geral, também em Petrópolis. Porém os pesquisadores não têm acesso a essa documentação.

Segundo Gurgel (1995), Angelina fez parte do grupo das dez fundadoras da congregação. Seu nome de batismo era Jesuína⁷⁹ da Conceição, nascida em 1864 no município de Matias Barbosa no estado de Minas Gerais, foi trazida por Padre Siqueira aos oito anos de idade, pois era órfã de mãe. Diante dessa informação, a pesquisa passou a procurar a aluna Jesuína, e de acordo com registro feito na página 50 do livro de matrículas da escola, ela entrou no Amparo em 1872, sem saber ler e escrever, sua mãe se chamava Justina da Conceição. Como a maioria das alunas pesquisadas, o nome do pai não foi mencionado. Ainda segundo o livro, Jesuína entrou para a congregação em março de 1886, data em que esta foi fundada.

De acordo com os relatórios escritos pelo padre Amador Bueno, Jesuína, a partir de 1887, passou a fazer parte do conselho administrativo da congregação com a função de conselheira. Ela acumulava essa função e a de professora do Amparo. Já no ano de 1893, passou a ocupar o cargo de procuradora. Nos relatórios, não foram detalhadas as atribuições de cada cargo dentro da congregação.

Os documentos localizados durante a pesquisa não revelaram muitas informações sobre a aluna Jesuína. O livro de notas que foi encontrado tem início em 1890 e, nesse período, ela não era mais aluna. Segundo Gurgel (1995), a irmã Angelina

⁷⁹ A partir de 1906, quando a congregação recebeu o Direito Diocesano, Jesuína adotou o nome de Irmã Angelina de Jesus.

se tornou diretora do Externato de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis no ano de 1924 aos 60 anos de idade.

Apesar de não fazer parte do nosso recorte, a história de Jesuína é extremamente importante para a pesquisa, pois conta a trajetória de uma menina negra que ingressou na escola em 1872 sem saber e ler escrever e foi, aos poucos, ganhando destaque dentro da instituição, tornando-se diretora de uma das filiais no início do século XX.



Foto 5. Umbelina Vasconcelos 1904 e 1913. Anônimo.
Fonte: Sala Histórica da EDNSA

A segunda foto localizada foi de Umbelina Vasconcelos e, abaixo desta, consta a informação de que foi aluna do Amparo em 1904 e, em 1913, passou a ser secretária de madre Francisca e professora da instituição. Todas as professoras do Amparo no período delimitado por esta pesquisa fizeram votos públicos e passaram a fazer parte da congregação com um novo nome. Porém, em relação à Umbelina, não foi localizada nenhuma informação referente aos votos. No livro de matrículas também não foi localizado o seu nome. Por algum tempo, trabalhou-se com a hipótese de que ela havia mudado de nome quando entrou para congregação. Porém, quando foi encontrado o livro de notas do Asilo Furquim, tal hipótese foi derrubada, pois o nome de Umbelina aparece como aluna da unidade de Vassouras entre os anos de 1897 a 1901, período em que madre Francisca dirigia a instituição. No ano de 1901, no espaço destinando ao nome da “mestra irmã”, consta o nome de Francisca de Nossa Senhora das Dores. A

pesquisa trabalha com a hipótese de que madre Francisca, ao retornar à Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo entre os anos de 1903 a 1904, tenha levado consigo não só o livro de notas como também a sua aluna.

A pesquisa não localizou outras informações sobre Umbelina, nenhum dos autores trabalhados durante a investigação citou seu nome, porém as fontes revelaram que mais uma aluna negra da instituição ocupou funções que vão além do trabalho doméstico.

As alunas Jesuína e Umbelina não foram incluídas entre as onze alunas negras localizadas, porque Jesuína, por exemplo, a partir de 1889, quando tem início esta pesquisa, não era mais aluna e sim professora. Já Umbelina, apesar de a fotografia mostrar que ela foi aluna do Amparo em 1904, não foi localizado nenhum outro documento que auxiliasse na comprovação da afirmação. Porém, a partir dessas duas professoras, é possível afirmar que, além de um nome e uma função de suma importância, elas têm um rosto. Estas foram as únicas alunas que a pesquisa conseguiu localizar a partir das fotografias.

A pesquisa não conseguiu localizar outras alunas negras que tenham tido o mesmo destino que Umbelina e Jesuína. Alcançar este objetivo demandaria uma pesquisa adicional em outros arquivos de Petrópolis e até de outras cidades, o que não foi possível no momento. No entanto, tais investigações podem ser levadas a diante em pesquisas futuras. O que vale ressaltar aqui é que histórias como a da irmã Angelina, que se tornou diretora de uma das unidades do Amparo, já é um forte indício para refutar a hipótese de que às alunas negras eram destinadas apenas as atividades domésticas.

3.3. O que era ensinado às alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo

No decorrer da pesquisa as fontes revelaram que o Amparo sempre atendeu meninas negras, no entanto, conforme mencionado no objetivo deste estudo, além de localizar e compreender a instituição que atendia e atende meninas negras, buscou-se analisar o tipo de instrução que essas educandas recebiam, quais práticas educativas eram realizadas, bem como se havia alguma diferenciação nesse processo em relação à cor, entre os anos de 1889 a 1910. No entanto, os documentos localizados não nos

possibilitaram fazer uma análise que permitisse afirmar se houve ou não diferenciação no processo de aprendizagem das lecionandas negras e não negras, além do fato de que, entre as 62 alunas localizadas, somente treze tiveram a cor identificada; onze negras e duas brancas conforme mencionado anteriormente. Desse modo, o fato de não termos encontrado um número suficiente de educandas brancas inviabilizou um estudo comparativo.

Diante disso, a pesquisa buscou analisar as atividades desenvolvidas pela instituição para escolarizar/educar as alunas. Para tanto foram analisados os seguintes documentos: o livro de notas, entre os anos 1890 e 1895 – o dos anos posteriores não foi localizado; os relatórios divulgados à sociedade petropolina nos anos de 1889, 1890, 1892, 1893, 1894, 1896 e 1901; a obra *Padre Siqueira: escritos, crônicas e outros testemunhos*, das autoras Santo Deus e Silva; o livro *Irmã Francisca Pia: coração de mãe espaço para os pequeninos*, das autoras Lima e Santo Deus – nessa obra as autoras tratam de algumas práticas educativas desenvolvidas por Francisca Pia; o livro *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*, de Reinaldo Parisi Neto; além de notas divulgadas nos jornais sobre a realização de exames pelas alunas.

Entre os anos de 1889 e 1896, os relatórios foram redigidos pelo cônego Amador Bueno, e o de 1901 foi redigido pela irmã Carolina da Immaculada Conceição, diretora do Amparo entre os anos de 1898 e 1903, período em que a madre Francisca foi transferida para o Colégio de Vassouras, conforme mencionado anteriormente. Este último relatório é o único a mencionar as notas das alunas.

No relatório apresentado por Amador Bueno em 1889, foram redigidos os artigos que especificavam as disciplinas que seriam cursadas pelas educandas:

Art. 9º As materias que constituem a instrucção das educandas dividem-se em duas series:

Primeira serie

Religião: historia sagrada e doutrina christã,
Grammatica portugueza: exercicios de calligraphia, ortogrhafia e analyse;
Arithmetica elementar, inclusive o systema metrico,
Regras de civilidade,
Economia domestica,
Musica vocal,

Costura usual: corte, exercicios em machinas, trabalhos de agulha, bordados tecidos, flores, calçados de lã, enfeites de chapéo, etc.
Exercícios culinarios,
Idem de confeitaria,
Idem na lavanderia,
Idem de engommagem,
Idem de horticultura e jardinagem,
Idem na enfermaria da Escola,
Idem na padaria.

Segunda serie

Esta serie comprehende as materias exigidas pelo regulamento da Escola Normal da Provincia.

Art. 10. As educandas que mostrarem aptidão para o magisterio, estudarão além das materias da 1ª serie, as da 2ª e exhibirão as provas de seu adiantamento na Escola Normal da Provincia.

Art. 11. Todos os trabalhos manuaes, serão semanalmente distribuidos entre as educandas, que, para isso serão divididas em classes e estas em turmas, tendo-se em especial consideração as idades, forças phisicas e aptidão de cada uma. (BARROS, 1889, p. 79-80)

Segundos os artigos, a instrução das alunas se dividiria em duas séries, porém a segunda série só seria cursada por aquelas que apresentassem maior aptidão. O regulamento deixa evidente que o objetivo da escola não era somente educar meninas para o trabalho doméstico ao afirmar que as educandas poderiam ser professoras, de acordo com suas aptidões.

Como não havia empregada doméstica contradada pela escola, todos os trabalhos manuais da casa eram distribuídos semanalmente entre as educandas e, para isso, elas eram divididas de acordo com idade e força física. As educandas confeccionavam, lavavam e passavam suas próprias roupas, e também recebiam encomendas de pessoas de fora da escola. Porém, segundo os relatórios, esses serviços para terceiros só era realizado quando o tempo permitisse. Ainda segundo os relatórios, os trabalhos realizados pelas alunas ficavam expostos nos salões da escola, não só como estímulo, como também para serem adquiridos por aqueles que assim desejassem.

A escola poderia ser visitada em dias de festas e no primeiro domingo de cada mês; fora isso, as pessoas tinham que se dirigir ao capelão para que ele mediasse a situação. Os pais, parentes e tutores poderiam visitar as alunas todos os domingos e nos dias santos, no período da manhã, das 8h30 às 9h30, e no período da tarde, das 12hs às 14h30, porém sempre acompanhados pelas mestras.

Em relação às aulas, afirmou Amador Bueno de Barros (1887, p. 28):

[...] Frequentam as aulas de instrução primaria, e as do serviço doméstico, guardadas as proporções relativas à idade e estado physico de cada uma [...] As aulas de letras funcçionam nos dias uteis até o meio-dia , e as classes de costuras, bordados e flores, etc., durante a tarde.

Ainda neste relatório, Amador Bueno de Barros (1887, p. 52) apresentou uma lista com vários títulos de livros que foram doados à escola e ainda afirmou que estava organizando uma biblioteca e que tinha a “esperança em augmental-a até tornal-a sufficiente ao fim que se destina”. No entanto, nos relatórios redigidos posteriormente, a biblioteca não foi mais mencionada, e não é possível afirmar se o objetivo foi atingido.

Sobre as disciplinas cursadas pelas alunas, a pesquisa buscou investigar se estavam de acordo com o que foi afirmado pelo estatuto e divulgado pelos relatórios, bem como pelos jornais⁸⁰ – lembrando que estes publicaram informações referentes aos exames realizados sob a supervisão do diretor de instrução pública sr. Ernesto de Oliveira, além de divulgarem as notas obtidas.

As notas/conceitos obtidos pelas alunas registradas no boletim são diferentes das que foram divulgadas pelos jornais e pelo relatório. Nestes, foram utilizadas as seguintes letras: “D”, “P”, “S”, “R” que significavam respectivamente “distinção”, “plenamente”, “simplesmente”, e “reprovada”. Já nos boletins, as letras registradas foram “O”, “B”, “M”, “T”. Não foram localizadas nas fontes informações sobre o significado dos conceitos utilizados pelas mestras nos boletins das alunas. No entanto, buscando comparar com as notas divulgadas nos periódicos de 1894 e 1895, trabalhamos com a hipótese de que signifiquem, respectivamente, “ótimo”, “bom”, “médio” e “insuficiente”.

Ainda segundo os boletins, as alunas cursavam da primeira a quarta classe, não ficando muito claro se esta era uma subdivisão da primeira série mencionada no estatuto, já que, segundo este, a série seguinte só seria cursada por alunas que fossem atuar como professoras. A pesquisa não conseguiu localizar nos documentos informações que auxiliassem na explicação dessa divergência, se é que podemos designá-la dessa forma.

De todas as alunas matriculadas no Amparo que tiveram o boletim encontrado, quatro receberam mais matérias no ano de ingresso, duas negras e duas brancas. Sendo

⁸⁰ O *Jornal do Commercio* em 1894 e 1895 e a *Gazeta de Petropolis* em 1898.

as primeiras Georgete e Dinorah e as segundas Maria da Conceição e Eliza Medeiros. Com exceção de Georgete que não teve a idade localizada, as demais alunas foram matriculadas entre 10 e 12 anos, ou seja, eram mais velhas que as outras cinco alunas, que quando ingressaram tinham entre 6 e 9 anos de idade. As mais novas cursavam sempre as mesmas disciplinas, caligrafia e leitura, havendo uma variação entre costura usual e crochê nas matérias voltadas para prendas domésticas. As mais velhas, além dessas disciplinas, cursavam ortografia, história sagrada, doutrina cristã, aritmética, desenho geométrico, geografia, noções de história da pátria e regras de civilidade. Em relação ao desempenho, Georgete foi a única que teve boas notas em quase todas as matérias. Sobre os destinos, a aluna Eliza saiu por solicitação de seus pais e Georgete para ser empregada doméstica, conforme já mencionado. Já as educandas Maria da Conceição e Dinorah não tiveram o motivo da saída localizado. A pesquisa trabalha com a hipótese de que o critério utilizado para o oferecimento de mais disciplinas no ano de ingresso tenha sido a idade e não a cor da pele. Porém, para afirmar com precisão, haveria a necessidade da identificação de um número maior de alunas brancas e, conseqüentemente, dos seus boletins, e a partir disso realizar uma análise comparativa mais rigorosa, o que não foi possível neste momento.

De todo modo, faz-se pertinente considerar o que Magalhães (1998) chamou de ação educativa, a relação entre os professores, os conteúdos, os métodos, os meios e a organização curricular. Se tratando de uma instituição educacional do século XIX, é possível conjecturar que as mestras tivessem autonomia para avaliar as alunas, pois “não eram *meras executoras*, como as *gestoras* e outros atores também não eram” (MAGALHÃES, 1998, p. 63, grifo nosso). Havia uma relação entre todas as pessoas envolvidas o que poderia diferenciar a forma de avaliar e ser avaliado.

No ano de 1901, a madre Carolina, que assumira a direção⁸¹ do Amparo desde a transferência da madre Francisca para Vassouras, divulgou um único relatório referente aos anos de 1898, 1899 e 1900. Porém, no ano de 1899, diferente de todos os outros relatórios, a diretora divulgou⁸² as notas que as alunas obtiveram durante realização dos exames assistidos pelo diretor de instrução pública em 6 de dezembro de 1898.

Das alunas negras encontradas, apenas três realizaram as provas. A aluna Georgete Pinheiro obteve “distinção” em português, história pátria, aritmética e

⁸¹Com a transferência de Madre Francisca, com a saída do cônego Amador Bueno e com a morte do cônego José Bento de Andrade, foi conferida à Madre Carolina pelo bispo de Petrópolis, a direção total da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, bem como da congregação.

⁸² Um texto idêntico foi publicado no periódico *Gazeta de Petrópolis* em 15 de dezembro de 1898.

geografia, e “plenamente” em geometria e doutrina cristã. Iria Rocha obteve “distinção” em aritmética, “plenamente” em português, “simplesmente” em história pátria e em doutrina cristã. Por fim, Maria Joaquina obteve “simplesmente” em português, seu nome não aparece nas outras disciplinas. Ainda segundo a madre Carolina Monteiro (1898 apud CONCEIÇÃO, 1901, p. 15), o diretor da Instrução Pública ao sair escola escreveu no livro de visitantes o seguinte:

Assisti aos exames que se realizaram neste instituto, e consigno a boa impressão que me causou o adeutamento da primeira e segunda classes, revelando as alumnas aproveitamento em analyse, orthographia, arithmetica, desenho geometrico, geographia e historia. São patentes os esforços e dedicação das Mestras a quem está confiada a educação intellectual das asyladas.

A diretora divulgou, ainda, que algumas alunas foram reprovadas, porém não mencionou os nomes. Não há como saber se entre elas estão algumas das quatro alunas negras que não apareceram descritas no relatório nem no jornal *Gazeta de Petrópolis*.

Alguns casos de alunas com desempenhos parecidos e destinos diferentes, porém, tornaram-se emblemáticos e levantam questões que podem ser aprofundadas em outras pesquisas: Georgete Pinheiro obteve excelentes notas durante todos os anos contemplados no boletim, porém saiu da escola, não sabemos com qual idade, para ser empregada doméstica. Também obteve boas notas Umbelina Vasconcelos, aluna da madre Francisca no Asilo Furquim, porém esta se tornou professora no Amparo. Quais teriam sido os critérios utilizados para que alunas com desempenho semelhantes tivessem destinos tão diferentes? Provavelmente, a afirmação de Magalhães (1998) seja a que mais se aproxima de uma resposta: a avaliação cabia às mestras, sendo assim, o destino das alunas poderia ser decidido por elas. Ou seja, é possível que, se Georgete tivesse sido aluna de Francisca, poderia ter se tornado professora em vez de empregada doméstica.

Mesmo diante de uma situação como a de Georgete, a pesquisa não pode afirmar que alunas negras tinham um processo de aprendizagem diferente das alunas não negras. Podemos afirmar, porém, que a escola estava inserida em um contexto muito maior e que, por mais que as alunas negras tivessem desempenhos extraordinários, um lugar de destaque não estava garantido para elas na sociedade.

Considerações finais

Este estudo se propôs a pesquisar uma instituição educacional que tenha recebido o público feminino negro no século XIX. Seguimos a linha historiográfica que afirma que os negros, escravizados ou não, tiveram a possibilidade de acesso à educação muito antes de meados do século XX, mesmo que de uma forma limitada devido às políticas educacionais excludentes do período. Salientamos que o tipo de educação abordada foi a institucional, ministrada por um estabelecimento de instrução formal. Acreditamos ser importante frisar essa informação, pois sabemos que a educação pode acontecer de diversas formas, sem a necessidade de uma instituição convencional.

Ao longo da pesquisa, buscamos discutir o surgimento de Petrópolis, cidade escolhida para receber a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, bem como a participação negra nesse processo, evidenciando a presença destes na história da região, algo ainda pouco discutido pela historiografia. Seguindo essa mesma linha, falamos da participação dos negros na Guerra do Paraguai, partindo do princípio de que, se o Amparo foi pensado para acolher as filhas dos soldados de guerra, mortos em batalha, isso significou que o acesso de meninas negras na instituição se deu não somente por meio da condição de ingênuas, filhas de mulheres escravizadas, mas também das filhas negras de soldados negros, que muitas vezes alheios a sua vontade deram a vida em nome da nação. Acreditamos que este assunto não tenha sido esgotado e que há a necessidade de novas pesquisas que possibilitem o aprofundamento da discussão.

A pesquisa também buscou compreender quem era a mulher do século XIX, especialmente a negra, e qual o lugar que ocupava, de modo a discutir que tipo de educação foi pensada para ela. Mostramos que, mesmo após a abolição do regime escravista, as posições destinadas às mulheres negras continuavam sendo as subalternas, não por incapacidade intelectual, mas por estarem inseridas em um contexto que não permitia a sua ascensão social. Sendo assim, a educação pensada para elas deveria estar em conformidade com o objetivo pretendido por aqueles que ditavam as regras no período. Tais preceitos ultrapassaram os limites do Império e se fizeram presente também na República. Por outro lado, a pesquisa também acabou mostrando que a ascensão de mulheres negras poderia acontecer, mesmo que de maneira discreta.

O trabalho ainda mostrou qual o papel ocupado pelos negros após a abolição da escravidão, engrossando as filas dos desvalidos, sem que estratégias específicas fossem criadas para reparar os danos causados pelos quase quatro séculos de escravidão. Diante disso, constatamos o fortalecimento de instituições educacionais voltadas àquele público que não era considerado efetivamente cidadão. Foi perceptível o quanto esses estabelecimentos eram apoiados pela elite brasileira, pela Igreja e pelo Estado, pois dessa forma não haveria mudança no modelo social enraizado desde o período colonial. Como afirmou Parisi Neto (2003) davam a esmola em vez de darem o que era de direito.

Em relação ao Amparo e ao Padre Siqueira, buscamos analisar os caminhos trilhados pelo religioso para que o seu sonho se tornasse realidade. Para tanto, tivemos que ampliar um pouco o nosso recorte, de modo a compreender quais estratégias utilizadas por Padre Siqueira que não só permitiram a construção da instituição como também a sua manutenção, sobrevivendo às mudanças de regimes políticos que ocorreram ao longo da sua existência. A primeira estratégia foi a escolha da região que acolheria a instituição, Petrópolis, cidade que fazia parte do caminho que ligava o porto do Rio de Janeiro às minas de ouro. Região de clima ameno e que, por esta razão, acabou se tornando o destino de verão do imperador Dom Pedro II, como também de muitas pessoas influentes da província do Rio de Janeiro.

Foi evidenciado que Padre Siqueira tinha conhecimento da importância social e política da região e, portanto, utilizou a rede de sociabilidade já existente. Ele também passou a fazer a parte dessa rede, que aos poucos se consolidou, sobrevivendo depois de sua morte e sendo utilizada por seus sucessores. Essa estratégia foi extremamente importante não só para a continuidade da instituição, como também para a sua ramificação, fazendo com que outros espaços criados nos mesmos moldes fossem administrados pelos membros do Amparo.

Outro ponto trabalhado por este estudo foi a atuação de Francisca Narcisa de Siqueira, que dedicou mais da metade de sua vida à educação de mulheres negras e não negras, não só em Petrópolis, como também em outras regiões. Mesmo tendo atuado como educadora e diretora da instituição, acabou sendo considerada como a “mamãezinha” que cuidava das alunas pobres com o seu amor maternal.

Traçado esse panorama da instituição, sua criação, seu fundador e seus diretores, chegamos ao ponto crucial na pesquisa: a identificação das alunas negras que ingressaram no Amparo entre os anos de 1889 a 1910. Descobrir de onde vieram as

meninas, em que condições chegaram e como saíram da instituição constituiu um pequeno retrato qualitativo de quem eram essas alunas e como as recebia a Escola Doméstica. Percebemos a diminuição dos dados que tornavam possível a determinação da cor das alunas ingressantes e pudemos ligar o fato ao silenciamento em relação à cor da população negra (preta e parda) após o fim do regime escravista. E, infelizmente, essa omissão inviabilizou um estudo mais aprofundado.

Foram abordadas, mesmo que de forma breve, algumas das especificidades trazidas por essa parcela feminina da população que teve acesso à escolarização em um momento em que a instrução de mulheres ainda era objeto de discussão e sofria muitas críticas. Entretanto, tínhamos e temos a consciência que, tão importante quanto conhecer essas lecionandas, era saber o tipo de educação que elas recebiam, ou seja, quais disciplinas cursavam, como eram avaliadas, como tudo isso poderia influenciar a trajetória delas e se havia alguma diferenciação nesse processo que fosse relacionada à cor.

A partir da análise dos registros, inferimos que no ano de ingresso, a educanda, dependendo da idade, poderia cursar mais ou menos disciplinas. Contudo, precisaríamos de mais documentos de alunas como um todo para afirmar com precisão se houve ou não diferença no processo de escolarização entre negras e não negras. Essa ausência de documentação, é preciso que se diga, não é devida a um descaso da instituição, e sim à dinâmica do saber escolar que, no período delineado por este trabalho, não estava preocupada em formalizar e certificar esse conhecimento, embora trata-se de uma instituição formal.

Este estudo conseguiu localizar uma instituição que recebeu e educou mulheres negras não só no período pós-abolição, como em toda a sua existência, oferecendo uma educação que ia além das prendas domésticas. Foi capaz de descrever, mesmo que de maneira concisa, a educação que essas meninas recebiam e o destino que tinham depois que saíam da instituição.

Embora o retrato aqui feito seja modesto, a partir dele muitas questões foram suscitadas, sugerindo diferentes pesquisas e abordagens, com o uso de outras fontes. Por exemplo, um estudo mais aprofundado sobre madre Francisca e sua atuação como educadora, ou sobre as ex-alunas negras que tenham se tornado professoras, não só no Amparo, mas em outras instituições, e ainda um estudo comparativo com outras unidades da congregação, que possam ter mais documentações que possibilitem um novo cotejamento.

Para tanto, sugerimos o uso de fontes que não foram exploradas por esta investigação, por exemplo, a imprensa da época, as paróquias, as irmandades, a Mitra Diocesana de Petrópolis, a Universidade Católica de Petrópolis e a própria Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, que atualmente realiza um trabalho de recuperação de toda a documentação produzida ao longo da existência da instituição. sendo assim a todo o momento surgem novas fontes e com elas inúmeras possibilidades de pesquisa.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Livros e folhetos:

- ANDRADE, João Francisco de Siqueira. *Livro de matrículas* (manuscrito/mimeografado). Petrópolis, 1871
- BARROS, Amador Bueno de. *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1886*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1887.
- _____. *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1888*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C, 1889.
- _____. *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1889*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fluminense, 1890.
- _____. *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1891*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C, 1892.
- _____. *Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis: Relatorio apresentado pelo cônego Amador Bueno de Barros no anno de 1893*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C, 1893.
- _____. *Primeiro relatorio do Collegio D. Carolina Tamandaré na capital de S. Paulo sob a direção das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C, 1894.
- _____. *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis no anno de 1894*. Rio de Janeiro: Typ. Cotia, 1896.
- DORES, Irmã Francisca de N. S. das. *Relatorio do Asylo Furquim em Vassouras durante os annos de 1898-1899-1900*. Rio de Janeiro: Typ. d'O Municipio, 1902.
- CONCEIÇÃO, Irmã Carolina da Immaculada. *Relatorio da Escola Domestica de N. Senhora do Amparo durante os annos de 1898-1899-1900*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1901.
- PIA. Madre Francisca. *Segundo livro de matrículas Escola D. de N. S. do Amparo* (manuscrito mimeografado). Petrópolis, 1907.

Livro de notas:

ESCOLA Domestica de N.S. do Amparo de Petropolis. *Resumo das medias de todas as classes do anno*. S.l, 1890.

_____. *Notas/Mensoes das educandas do Asylo Furquim*. S.l., 1895.

Jornais consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Diário de S. Paulo (1872)

Jornal do Commercio (1894, 1895)

O Apostolo (1871, 1874, 1881, 1896)

Correio Mercantil (1868)

Gazeta de Petrópolis (1892, 1896, 1898)

A Reforma (1871)

Correio Paulistano (1872, 1878, 1920)

Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil (1858)

Fontes secundárias

AQUINO, Renata; CUNHA JUNIOR, Henrique. Cidades negras – Petrópolis Imperial. *Ambivalências*, Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder”, GEPPIP da Universidade Federal de Sergipe, v. 2, n. 4, jul.-dez. 2014, p. 81-96.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja católica na sociedade brasileira. *Cadernos do ISER*, Rio de Janeiro, n.13, 1981.

- _____. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/3-2, terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BACELAR, Carlos. Fontes documentais. O uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- BAGGIO, Hugo. *Padre Siqueira: uma resposta à educação do menor carente no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917 – 1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “livro de ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: GOMES, Flávio (org.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917 – 1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo. Edusp, 2009.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.
- FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

- _____. *Preto, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. São Paulo, 2007. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Sérgio. A interiorização da assistência à infância durante a primeira república: de São Paulo a Ribeirão Preto. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, mar. 2012, p. 79-108.
- FRANCA, Leonel. *Ensino religioso e ensino leigo*. Aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Introdução. In: _____. (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2014.
- GUERRA, Inês. *Cartas para mamãezinha: irmã Francisca Pia, fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo*. Petrópolis. Edições Loyola, 1995.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Uma certa liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GURGEL, Jacinta Medeiros. *Formação Permanente: Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo*. Petrópolis. Edições Loyola. 1995.

- HÓSTIA, Irmã Aurea de Jesus. *O Padre Siqueira: sua vida e sua obra*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: SICCT, 1980.
- _____. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- LIMA, Henrique Espada. Questões de escala: Giovanni Levi. In: LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Irmã Margarida Pinheiro; SANTO DEUS, Irmã Neli do. *Irmã Francisca Pia: coração de mãe espaço para os pequeninos*. Petrópolis: Edições Loyola, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 2015.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- MARCILIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARTINEZ, Silvia Alicia; MOGARRO, Maria João. Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n. 11, jan.-abr., 2010.

- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX*. 3ª ed. rev. - Campinas. Editora da Unicamp, 2013.
- MORTATTI, Maria do Rosário L. João Köpke (1852-1926) na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela N. M.; OLIVEIRA, Fernando R. de et al. (orgs.). *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/3nj6y/pdf/mortatti-9788568334362.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.
- _____. *Educadores & alunos negros na Primeira República*. Brasília/Rio de Janeiro: Ludens/Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2 ed. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1965.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, Andre Augusto P. (org). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: UFF, 2004.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 2015.
- PARISI NETO, Reinaldo. *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, PUC-SP.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-12.

- PORTELA, Daniela Fagundes. *Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP.
- PIRATININGA JUNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento*. São Caetano do Sul: HUCITEC, 1991.
- RABAÇO, Henrique José. *A história de Petrópolis*. Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.
- RIBEIRO NETO, Alexandre. *Tenha piedade de nós: Uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul – 1925-1930*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SACRAMENTO, Cristina Carla. *Entre negros e mestiços: história do vovô para a infância brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- SANTO DEUS, Irmã Neli do; SILVA, Irmã Rossana Espindola da. *Padre Siqueira: escritos, crônicas e outros testemunhos*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, 2009, p.32-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVIA, Maria Aparecida Felix do Amaral. *A educação das mulheres no Vale do Paraíba: o Colégio do Carmo de Guaratinguetá: 1892-1910*. Guaratinguetá: Digital Print Gráfica e Editora, 2001.
- SILVA, Tatiane Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina et al. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 2015.
- SOARES, Mariza. *Os devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão do Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- _____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- TEIXEIRA, Kadine. “*Pelo progresso do paiz*”: projetos para a educação de ingênuos na imprensa paulista em fins do século XIX. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUC-SP.
- TORAL, André Amaral de. A participação dos negros na Guerra do Paraguai. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, ago. 1995, p. 287-96.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In : NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Anexo 1: Alunas matriculadas na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo entre os anos de 1889 e 1910

Nº	Tipo de documento*	Ano da matrícula	Livro de matrícula	Solicitação de matrícula	Cor	Nome	Data de nascimento	Data do batismo	Filiação	Data da retirada	Solicitação de retirada	Aluna negra
1ª	Declaração emitida conforme informação encontrada no livro de batismo de indígenas	1890	p.169	Página não encontrada	Parda	Iria	20/10/1882	05/11/1882	Albertina - escrava do Padre Antônio Rodrigues	Não consta	Não consta	Sim
2ª	Declaração de batismo	1890	p.164	Não consta	Branca	Maria	02/08/1880	23/12/1888	Mª Conceição	Não consta	Não consta	Não
3ª	Declaração de batismo	1890	p.160	Dr. José Valle	Não consta	Maria Antônia	07/12/1882	16/01/1883	Reinalda	Não consta	Feita por seu protetor Dr. Jose Valles	Inferência: nascimento e batismo realizados na fazenda e não tem pai
4ª	Carta de solicitação de admissão	1890	p. 166	Antonietta	Não consta	Ceciliana	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Feita pela mãe	Incerto
5ª	Declaração de batismo	1891	p.182	Não consta	Não consta	Maria Ondina	05/08/1882	04/10/1882	Angela - escrava de José Belmiro França	12/10/1898	Feita pela Madrinha D. Igenez de Azevedo	Sim

6ª	Declaração de não localização da certidão de batismo feita pelo Vigário João Luiz Rodrigues	1891	p.183	Página não encontrada	Não consta	Amélia	Não consta	Não consta	Maria Fabiana	Não consta	Não consta	Não consta	Inferência: certidão de batismo e de nascimento não localizadas, e não tem pai.
7ª	Declaração do delegado de polícia afirmando conhecer a menina e que seu pai é falecido e sua mãe sofre das faculdades mentais	1891	p.191	Não consta	Não consta	Rita	Não consta	Não consta	Manuel e Clementina	Não consta	Não consta	Não consta	Incerto
8ª	Declaração emitida conforme informação encontrada no livro de batismo de ingênuos filhos de mulher escrava	1891	p.181	Maria Carolina	Não consta	Lia	1881	abril de 1891	Eleodora	02/10/1898	Feita por Dona Maria Carolina	Sim	
9ª	Certidão de Batismo	1891	p.179	Pais	Branca	Eliza	20/11/1879	24/06/1880	Manuel e Arminda	16/06/1895	Requisição feita por seus pais	Não	

10º	Certidão de Batismo	1891	p.174	Não consta	Edmea	13/11/1884	27/11/1885	Ricardo e Magdalena	19/02/1899	Feita por seu pai	Incerto
11º	Declaração emitida conforme informação encontrada no livro de batismo de ingênuos filhos de mulher escrava	1891	p.177	Maria das Dores	Mônica	12/1881	15/04/1882	Porcia (escrava)	11/01/1895	Feita por sua protetora Dona Maria das Dores	Sim
12º	Carta de solicitação de admissão	1891	p.193	Adelaide Cotrim	Vigínia	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Incerto
13º	Declaração de batismo	1892	p.192	Não consta	Palmira	18/11/1883	17/08/1884	Petronilha	Não consta	Não consta	Incerto
14º	Declaração de batismo	1892	p.194	Página não encontrada	Dinorah	1892	24/04/1892	Rosalina - escrava do Major José Barbosa Dos Santos	Não consta	Não consta	Sim
15º	Carta de solicitação de admissão	1892	p.195	Vincenzo	Climene	25/12/1885	10/03/1886	João Ortani	Não consta	Feita por seus parentes	Incerto
16º	Declaração emitida conforme informação encontrada no livro de batismo de ingênuos	1892	p.196	Não consta	Maria Joaquina	Não consta	09/11/1882	Clementina (escrava)	28/01/1900	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Sim

17ª	Declaração emitida conforme informação encontrada no livro de pessoas livres	1892	p.190	Não consta	Não consta	Leopoldina	15/03/1884	06/07/1885	Antônio e Leopoldina	Não consta	Para continuar os estudos no Asilo Santa Isabel	Incerto
18ª	Carta afirmando que Georgete Pinheiro (parda) é filha Maria da Conceição e José Henrique (falecido e com 26 apólices de dívida)	1894	p. 219	Gov. RJ	Parda	Georgete	Não consta	Não consta	José e Maria da conceição	17/10/1902	Feita por Emanuel, para que a menina fosse empregada em sua casa	Sim
19ª	Declaração de batismo	1898	p.302	Alfredo pai	Não consta	Celina	não consta	01/05/1888	Alfredo e Ahmelia	05/10/1902	Feita por seu pai	Incerto
20ª	Ordem judicial	1899	p.309	Justiça de Petrópolis	Não consta	Emerita	1888	Não consta	Theofilo e Antonia	Não consta	Para trabalhar em casa de família	Incerto
21ª	Declaração de batismo	1899	p. 303	José Werneck	Não consta	Orlandina	23/05/1889	14/03/1889	Maria Luiza	02/02/1904	Para casamento com Sr. Raymundo Ferreira	Incerto

22ª	Declaração de batismo	1899	p. 307	Emili Hemp	Não consta	Leonor	07/07/1889	24/12/1889	José e Maria Joaquina	28/07/1903	Por sua mãe Dona Maria Joaquina Sodré	Incerto
23ª	Ordem judicial	1899	p. 308	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Não consta	Lea	Não consta	Não consta	Ambrosina	Não consta	Por Dona Alice Murtinho, para companhia da mesma senhora	Incerto
24ª	Ordem judicial	1900	p. 325	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Eliza	1894	Não consta	Eliza	Não consta	Não consta	Incerto
25ª	Ordem judicial	1900	p. 317	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Regina	1889	Não consta	Venancio e Lalrina	05/01/1904	Feita por sua mãe	Incerto
26ª	Ordem judicial	1900	p. 321	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Leontina	1890	Não consta	Não consta	01/04/1904	Feita pelo Ilmo. Carlos Cayres	Incerto
27ª	Ordem judicial	1900	p. 323	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Adeliza	1892	Não consta	Pai incógnito como consta em documento	Não consta	Não consta	Incerto

28ª	Ordem judicial	1900	p. 324	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Alzira	1894	Não consta	Não consta	Pai incógnito como consta em documento	Não consta	Não consta	Incerto
29ª	Declaração de batismo	1900	p. 337	Amalia Coutinho	Não consta	Maria Eusebia	07/08/1890	22/11/1890	Leocadia	12/06/1904	Feita por Mario Barata Ribeiro para companhia de sua mãe	Incerto	
30ª	Documento policial atestando que a menor Josepha Gomes é natural de Paraíba do Sul, filha de Jose Gomes do Nascimento (falecido) e de Romana da Conceição	1900	p.333	Dr. Lázaro Coreto	Não consta	Josepha	Não consta	Não consta	Romana e José Gomes	12/06/1904	Feita por Engracia R. M. de Faria	incerto	
31ª	Ordem judicial	1900	p. 319	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Maria Dideina	1890	Não consta	Miguel Costa	01/04/1904	Feita pelo pai	Incerto	

32ª	Ordem judicial	1900	p. 320	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Itália	1892	Não consta	Miguel Costa	01/04/1906	Feita pelo pai	Incerto
33ª	Ordem judicial	1900	p.327	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Otilia	1889	Não consta	Maximiniana	12/01/1904	Feita pelo pai	incerto
34ª	Ordem judicial	1900	p.328	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Maria Magdalena	1891	Não consta	Maximiniana	12/01/1904	Feita pelo pai	Incerto
35ª	Ordem judicial	1900	p. 330	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Emengarda	1890	não consta	Perciliana	Não consta	Feita pela mãe	Incerto
36ª	Ordem judicial	1900	p. 326	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Josefina	1894	não consta	Izabela	03/01/1904	Feita pela mãe	Incerto
37ª	Declaração de batismo	1900	p.335	Seraphina Leite	Não consta	Esmeraldina	23/05/1893	23/06/1893	Antonio e Rosalina	ano 1901	Apenas consta "retirou-se"	Incerto

38ª	Ordem judicial	1900	p. 329	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Carmen	1893	Não consta	Amelina	jan/04	Feita pela mãe	Incerto
39ª	Ordem judicial, afirmando que o pai solicitou ajuda do delegado de policia para que as filhas sejam matriculadas	1900	p.343	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Catharina	ano 1896	Não consta	Antônio	18/03/1912	Pela senhora Emília Netto	incerto
40ª	Ordem judicial, afirmando que o pai solicitou ajuda do delegado de policia para que as filhas sejam matriculadas	1900	p. 344	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Elvira	1894	Não consta	Antônio	18/03/1912	Não consta, porém pela data de saída e por ser irmã de Catharina é possível que a solicitação tenha sido feita também pela senhora Emília Netto	Incerto

41ª	Ordem judicial	1901	p.331	Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis	Não consta	Adelaide	1892	Não consta	01/12/1891	Ursulina	04/04/1904	Feita por Dona Maria E. Jobim Porto	Incerto
42ª	Declaração de batismo e uma outra declaração afirmando que a mãe da menina é indigente	1901	p.356	Anna Lobato	Não consta	Anna	25/11/1891	01/12/1891	Beatriz e Arnaldo	07/12/1904	Feita pela madrinha	Feita pela madrinha	Incerto
43ª	Certidão de nascimento	1902	p.345	Bsa. Bemposta	Parda	Esperança	18/10/1891	Não consta	Estevam e Romana	16/05/1904	Para ser empregada na casa da Viúva Lourdes	Sim	Sim
44ª	Certidão de nascimento	1906	p.370	Não consta	Não consta	Maria Eugenia	21/12/1896	Não consta	Francisco e Florinda	24/11/1910	Feira por sua mãe	Feira por sua mãe	Incerto
45ª	Declaração de batismo	1906	p. 374	Madrinha Bertha	Não consta	Alice	Não consta	11/08/1901	Antônio e Alzira	ano 1908	Feita pela madrinha Bertha	Feita pela madrinha Bertha	Incerto
46ª	Declaração de batismo	1906	p. 375	Madrinha Bertha	Não consta	Maria Angelica	Não consta	11/08/1891	Antônio e Alzira	ano 1908	Feita pela madrinha Bertha	Feita pela madrinha Bertha	Incerto
47ª	Declaração de batismo	1906	p. 377	Frei Basilio Gomes	Não consta	Marieta	21/09/1892	26/11/1892	Henrique e Adelaide	14/12/1902	Feita pela mãe	Feita pela mãe	Incerto
48ª	Carta de solicitação de matrícula feita pela Bsa do Ibirá	1906	p. 376	Bsa. Ibirá Mirim	Não consta	Maria Luiza	1896	Não consta	Elisa Oliveira - falecida	1907	Feita pela Bsa do Ibirá Mirim	Feita pela Bsa do Ibirá Mirim	Incerto

49 ^a	Atestado em que diz que a menina Rita de 6 anos de cor preta, goza de saúde e é paupérrima e que sua mãe está em estado grave de saúde.	1906	p. 373	Reverendo Dom Joao Braga como consta no livro de matrícula	Preta como consta no atestado de condição social	Rita	1900	Não consta	Maria	Não consta	Não consta	Sim
50 ^a	Declaração de batismo	1906	p. 378	Mãe	Não consta	Mathilde	03/01/1902	23/02/1902	Adelia	29/01/1919 retornando no mesmo ano e saindo novamente em 1922	Requisição de retirada feita por sua mãe em 29 01 1919, voltou em maio de 1919 e saiu novamente para ser empregada na casa de Dona Augusta de Souza Ribeiro 05 01 1922	Incerto
51 ^a	Declaração de batismo	1907	p. 10	Mãe	Não consta	Maria José	14/02/1900	03/03/1900	Valentin e Izabel	08/01/1911	Feita pela mãe	Incerto

52ª	Certidão de nascimento	1907	p. 7	Anna Barros	Não consta	Irene	01/08/893	16/12/1893	Olimpia	19/04/1908	Feita pelo padrinho Dr. Fernando Barros Branco	Incerto
53ª	Certidão de nascimento	1909	p. 64	D. Iñez Brand	Parda - como consta no atestado de vacina	Luíza do Nascimento Leal	04/08/1902	04/10/1902	Carolina Nascimento	05/11/1922	Feita para ficar com avó	Sim
54ª	Certidão de Batismo	1909	p. 62	Mª G. Bernardes	Não consta	Esmeralda	25/01/1901	02/03/1902	Joaquim e Augusta	Não consta	Feita pela Madame Ortigão para ficar com a mãe	Incerto
55ª	Certidão de nascimento	1909	p. 66	D. Carlota Caldas	Não consta	Inah	15/08/1896	Não consta	Francisco e Isabel	jan/14	Feita por Dona Ana Barros, para companhia dos pais	Incerto
56ª	Certidão de Batismo	1909	p.116	D. Bernardina	Não consta	Isabel	07/03/1894	17/10/1906	Eugenia	Não consta	Pela madrinha para contrair matrimônio, porém não consta a data	Incerto

57ª	Carta da Sra. Maria Calasans afirmando que Maria Luiza foi batizada na Fazenda da Glória, sendo ela madrinha da criança	1909	p. 70	Maria Brandão	Não consta	Maria Luiza	não consta	não consta	João e Sebastiana	27/12/1911	Feita por Dona Aurélia Smith	Incerto
58ª	Carta de Pe. Olimpio informando que conhece a menor e que ela é paupérrima. Ele menciona o nome de uma irmã de Lucinda, porém não há matrícula da mesma	1909	p. 104	Luiz Baronto	Não consta	Lucinda	30/11/1897	março 1897	Francisco e Atilia	26/10/1910	Feita pela mãe	Incerto
59ª	Certidão de batismo	1909	p. 79	Mãe	Parda - como consta no atestado de vacina	Maria Aparecida	19/09/1902	25/10/1902	Salustiano e Raula	15/04/1910	Para ficar com mãe	Sim
60ª	Certidão de Batismo	1910	p. 106	Mãe	Não consta	Nair	01/04/1906	04/06/1906	Guilherme e Antonia	13/08/1919	Feita pelo pai	Incerto

61ª	Certidão de Batismo	1910	p. 86	Br Sta. Margarida	Não consta	Maria da Gloria	06/08/1900	30/09/1900	Paula Maria	ano 1910	Não consta	Incerto
62ª	Certidão de Batismo, atestado de óbito da mãe, atestado de vacina da criança.	1910	p. 85	Eduardo Lacerda	Não consta	Maria	05/11/1900	10/07/1901	Maria da Conceição	07/12/1914	Feita pelo pai	Incerto

*Fonte: Pastas de documentos variados, separados por data, arquivados na Sala Histórica da EDNSA
62 alunas matriculadas entre os anos de 1889 a 1910

11 alunas negras

02 alunas brancas

49 alunas não há informação sobre a cor

Anexo 2: Alunas negras matriculadas entre os anos de 1889 e 1910

Nome da aluna	Ano da matrícula	Idade que foi matriculada	Solicitação de matrícula	Página do livro de matrícula	Data de nascimento	Data de batismo	Data da emissão do documento de batismo	Nome da mãe	Nome do pai	Documentos apresentados para matrícula	Documento que comprova a cor	Boletim de notas encontrado	Data da saída	Idade que saiu da escola	Quanto tempo ficou na escola	Quem solicitou a saída e por qual razão
Iria	1890	8 anos	Não encontrado	169	20/10/1882	05/11/1882	11/08/1890	Albertina (Escrava)	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	Não consta	?	?	Não consta
Monica	08/03/1891	9 anos	Maria das Dores Silva Pinto	177	12/1881	15/04/1882	10/02/1891	Porcia (escrava)	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	11/01/1895	13 anos	4 anos	Maria das Dores (companhia)
Lia	11/03/1891	10 anos	Maria Carolina Gomes Pereira	181	29/01/1881	01/04/1881	04/1891	Eleodora	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	02/10/1898	17 anos	7 anos	Carolina Gomes (companhia)
Maria Ondina	12/03/1891	8 anos	Barão (nome ilegível)	182	05/08/1882	04/10/1882	26/02/1891	Angela (escrava)	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	12/10/1898	16 anos	7 anos	Madrinha Iñez (companhia)
Dinorah	1892	10 anos	Não encontrado	194	1882	24/04/1882	09/01/1892	Reradina (escrava)	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	Não consta	?	?	Não consta
Maria Joaquina	14/04/1892	Data de nascimento não encontrada	Não consta	196	Não consta	09/11/1882	08/03/1892	Clementina (escrava)	Não consta	Certidão de batismo	Certidão de batismo	Sim	28/01/1900	17 anos	8 anos	Gov RJ para companhia de José Thomaz de Almeida
Georgete	24/04/1894	Data de nascimento não encontrada	Estado do Rio de Janeiro	219	Não consta	Não encontrada	Não apresentou documento de batismo	Maria da Conceição	José Pinheiro	Atestado de condição social	Atestado de condição social	Sim	17/10/1902	Data de nascimento não encontrada	8 anos	Emanuel (para ser empregada doméstica)
Esperança	18/10/1902	11 anos	Baronesa da Bemposta	345	18/10/1891	Não consta	Não apresentou documento de batismo	Romana	Estevam	Certidão de nascimento	Certidão de nascimento	Não	16/05/1904	12 anos	2 anos	Vívia Lourdes (para ser empregada doméstica)
Rita	04/05/1906	6 anos	Dom João Braga	373	1900	Não consta	Não apresentou documento de batismo	Maria	Não consta	Atestado de condição social e vacina	Atestado de condição social e vacina	Não	Não consta	Data da saída não localizada	?	Não consta
Luiza	17/03/1909	6 anos	Ignes Brand	64	04/08/1902	04/10/1902	06/07/1909	Carolina Joaquina do Nascimento	Não consta	Certidão de batismo	Atestado de vacina	Não	05/11/1922	20 anos	12 anos	Ficar com avó
Maria Aparecida	27/12/1909	7 anos	Raula - mãe	79	19/09/1902	25/10/1902	24/01/1910	Raula	Salustiano	Certidão de batismo	Atestado de vacina	Não	15/04/1910	7 anos	4 meses	Ficar com a mãe

Anexo 3: Documentos da alunas negras matriculadas entre os anos de 1889 e 1910

Iria

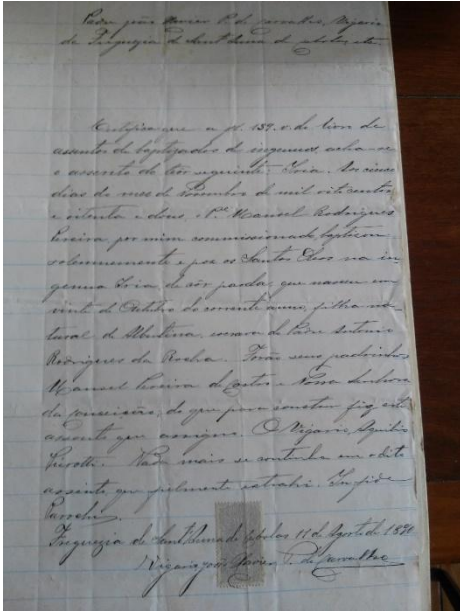


Imagem 1. Atestado de batismo.

ESCOLA DOMESTICA DE X. S. DO AMPARO DE PETROPOLIS
 5ª Classe - São João do Amparo - 1894

ALUNAS	LEITURA	ESCRITA	ARITHMETICA	GRAMMATICA	CONCORDANCIA
Iria	1	1	1	1	1
Florencia	1	1	1	1	1
Kary	1	1	1	1	1
Abel	1	1	1	1	1
Maria	1	1	1	1	1
Julia	1	1	1	1	1
Julia	1	1	1	1	1
Agude	1	1	1	1	1
Selma	1	1	1	1	1
Clara	1	1	1	1	1
Verônica	1	1	1	1	1
Paulina	1	1	1	1	1

Imagem2. Boletim de notas.

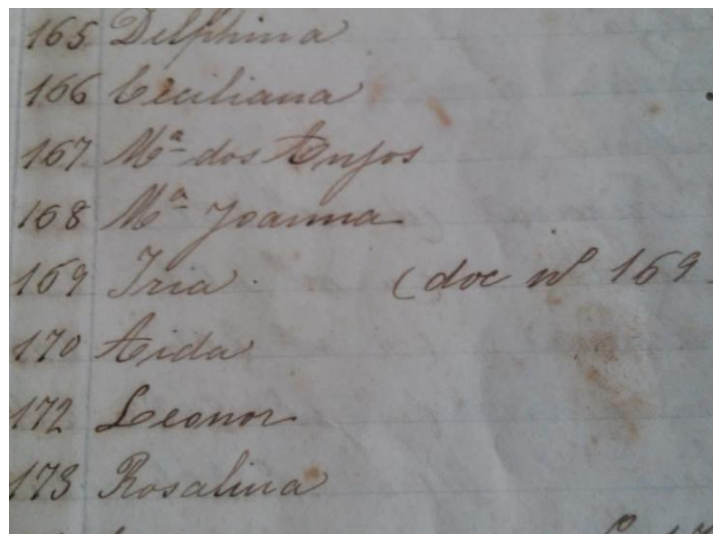


Imagem 3. O nome de Iria no índice de matriculadas.

Monica

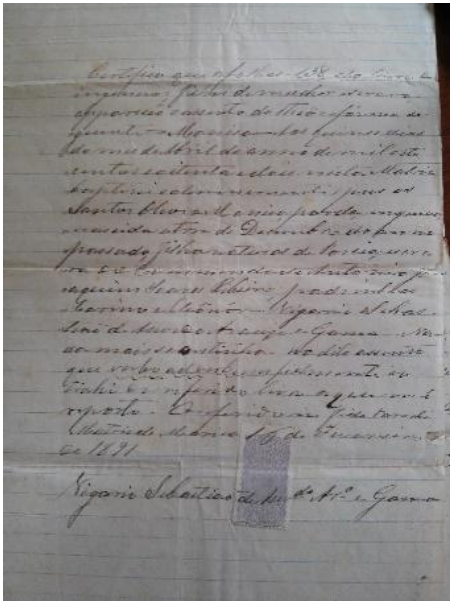


Imagem 1. Atestado de batismo.

NOME	MATERIAS												OBSERVAÇ.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Julio														
Francis														
Barro	✓	✓												B B
João	✓	✓												B B
Maria	✓	✓												B B
Julia	✓	✓												B B
Agosto	✓	✓												B B
Francisco	✓	✓												B B
Antonio	✓	✓												B B
Francisco	✓	✓												B B

Imagem 2. Boletim de notas.

Nome da criança _____
 residência a rua _____
 propriedade de _____
 nascida no dia _____ do mez de _____ Estado _____
 pagina _____ vacinada pelo doutor _____
 no dia _____ do mez de _____ do anno _____
 livro de registro a pagina _____ entrando para a escola sob o _____
 nome e excoval constante do respectivo livro a pagina _____ protegida pelo Sr. _____
 residente a rua _____ n. _____ frequencia _____
 do _____ estado de _____
 entrou-se no dia 14 do mez de Janeiro anno 1911 a requisição de _____
 para companhia de D. Maria das Doas Libras _____
 empregada em casa de _____
 mediante contracto celebrado e registrado no livro competente a pagina _____
 casou-se com _____
 livro de casamentos a pagina _____ falleceu no dia _____ do mez de _____
 do anno _____ livro de obitos a pagina _____

Imagem 3. Matrícula de Monica.

Maria Ondina

José Antonio de Souza, Felício de Souza, Compadres de Santa Espinha, e a Igreja de Freguesia de Santa Rita de Rio de Janeiro, etc., etc.

Celso, que nasceu no dia 21 de Junho de 1851, em Freguesia de Freguesia, em 1.º de Junho 1851, aos 23.º de Junho 1851.

Os pais do mesmo, José Antonio de Souza e Felício de Souza, e os padrinhos, José Antonio de Souza e Felício de Souza, e a Igreja de Freguesia de Santa Rita de Rio de Janeiro, etc., etc.

Eu, o Padre de Freguesia, etc., etc.

Maria Ondina de Souza, 21 de Junho de 1851.

Padre de Freguesia de Santa Rita de Rio de Janeiro.

Imagem 1. Atestado de batismo.

ESCOLA DOMESTICA DE N. S. DO AMPARO DE PETROPOLIS

1.ª Classe - Anos - Curitiba - 1914

MATERIA	MATERIAS												OBSERVAÇÕES	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Português	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Matemática	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
História	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Geografia	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Francês	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Latim	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Música	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Desenho	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Costura	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Trabalhos Práticos	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Religião	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Alfabetização	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Letras	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Português	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Matemática	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
História	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Geografia	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Francês	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Latim	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Música	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Desenho	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Costura	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Trabalhos Práticos	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Religião	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Alfabetização	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
Letras	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/

Imagem 2. Boletim de notas.

Matrícula de Maria Ondina

Nome do aluno: Maria Ondina de Souza

Estado: Curitiba

Freguesia de: Santa Rita de Rio de Janeiro

Ano: 1914

Livro de registro: n.º 12

Página: 12

Entrada para a escola no dia 12 de Junho de 1914

Protégida pelo Sr. José Antonio de Souza

Residência: Rua de Santa Rita, nº 12

Retirou-se no dia 12 de Junho de 1914 a requisição de para comparecer a uma celebração de Freguesia de Santa Rita de Rio de Janeiro para comparecer de escola em casa de

Assinado: Padre de Freguesia

Assinado: Maria Ondina de Souza

Livro de apontamentos: n.º 12

Falou no dia 12 de Junho de 1914

do ano 1914

Livro de notas: n.º 12

Imagem 3. Matrícula de Maria Ondina.

Dinorah

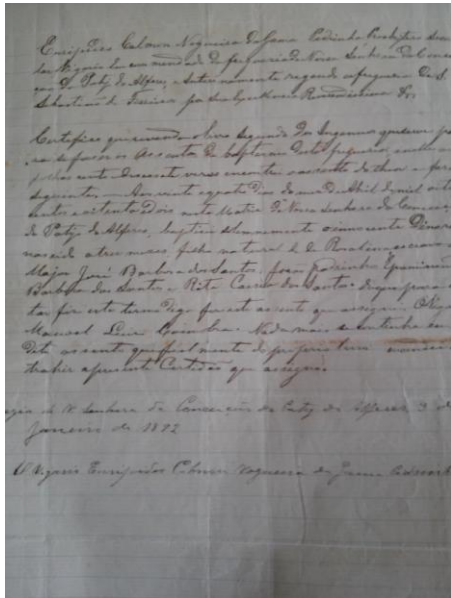


Imagem 1. Atestado de batismo.

ALUNO	Nome	Nº	Matrícula	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	OBSERV.	
...

Imagem 2. Boletim de notas.

188	Zakel J.		
189	Leopoldina	(doc nº 190)	22
191	Rita	(doc nº 191)	2
192	Palmyra	(" nº 192)	
193	Virginia	(" nº 193)	
194	Dinorah	(" nº 194)	
195	Clementi	(" nº 195)	
196	Mª Yoaguina	(" nº 196)	
197	Luiza		
198	Socorro		

Imagem 3. O nome de Dinorah no índice de matriculadas.

Maria Joaquina

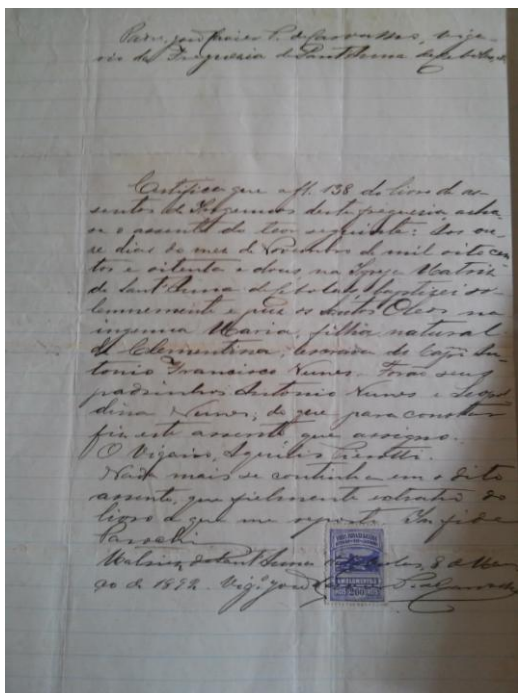


Imagem 1. Atestado de batismo.

MÊSES	OBSERVAÇÕES
Janho	1, 1
Fevereiro	1, 1
Março	1, 1
Abril	1, 1
Mai	1, 3
Junho	1, 1
Julho	1, 3
Agosto	1, 1, 1, 3
Setembro	3, 1, 3, 3, 3, 1
Outubro	3, 1, 1, 1, 1
Novembro	3, 3, 1, 1
Dezembro	

Imagem 2. Boletim de notas.

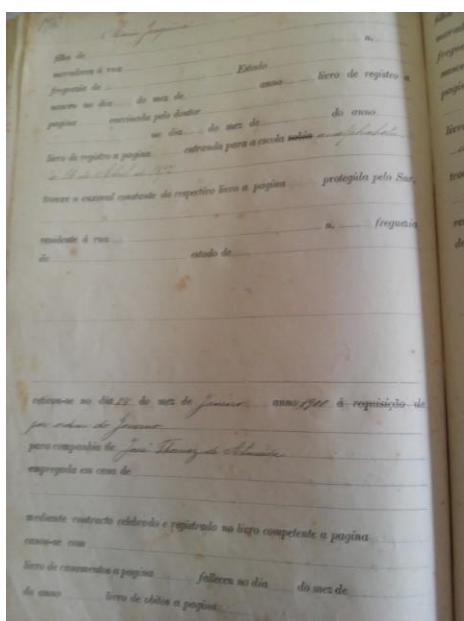


Imagem 3. Matrícula de Maria Joaquina.

Georgete

ESCOLA DOMESTICA DE N. S. DO AMPARO DE PETROPOLIS
Rua Georgette, da Terceira, 189

Nome	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	OBSERVAÇÕES
Georgette													
...													

Imagem 1. Boletim de notas.

Georgette Finkler
filha de José St. Finkler e Maria A. da Paçoquin
moradora à rua _____ n. _____
freguesia de _____ Estado _____
nasceu no dia _____ do mez de _____ anno _____ livro de registro a
pagina _____ vacinada pelo doutor _____
no dia _____ do mez de _____ do anno _____
livro de registro a pagina _____ entrado para a escola sob o n. _____
no dia 24 de Abril de 1894
trouxo o cartão constante do respectivo livro a pagina _____ protegida pelo Sr.
Est. de S. Francisco
residente à rua _____ n. _____ freguesia
de _____ estado de _____

retirou-se no dia 12 do mez de Outubro anno 1892 á requisição de
Sr. *S. Francisco*
para companhia de
emprego em casa de *S. Francisco*
mediante contracto celebrado e registrado no livro competente a pagina
casou-se com _____
livro de casamento a pagina _____ falleceu no dia _____ do mez de _____
do anno _____ livro de óbitos a pagina _____

Imagem3. Matrícula de Georgete

*Amma Georgette Finkler é filha
de José Henrique Finkler, fallece
no Rio de Janeiro a 24 de Fevereiro de
1894. Deixou 36 applicas de vida
publica e civil, de mil e 400
lêdas lras para applicas a Amma
Henrique Finkler, irmã de
Georgette, em data de 11 de Fevereiro
de 1895, para serem investidas
em 23 de Outubro de 1895
e em 23 de Outubro de 1895
o termo de custella de Georgette
parada e Sr. José Henrique
de Athayde, em livro de registros
de fls. 2 verso, tendo em occasião
essa nome a idade de 45 annos.*

*Georgette é filha de Cecilia Maria
de Lancastre, de cui parida e
afilhada de S. Maria de S. Bernardo*

Imagem 2. Carta de condição social.

Amma
S. Francisco
de S. Francisco

*Este termo
é apresentado
a 17 de Outubro de 1892
S. Francisco*

Imagem 4. Solicitação de retirada de Georgete.

Esperança



Imagem 1. Certidão de nascimento.

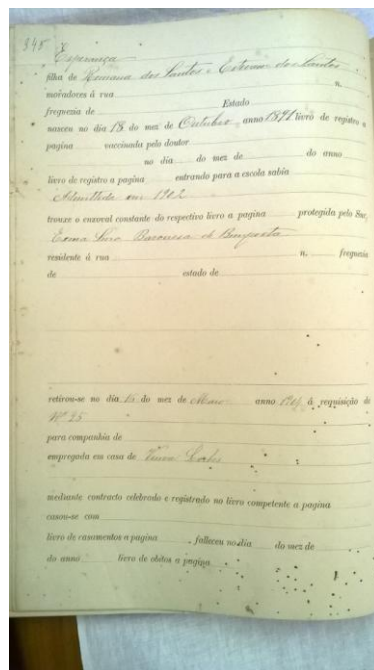


Imagem 2. Matrícula de Esperança.

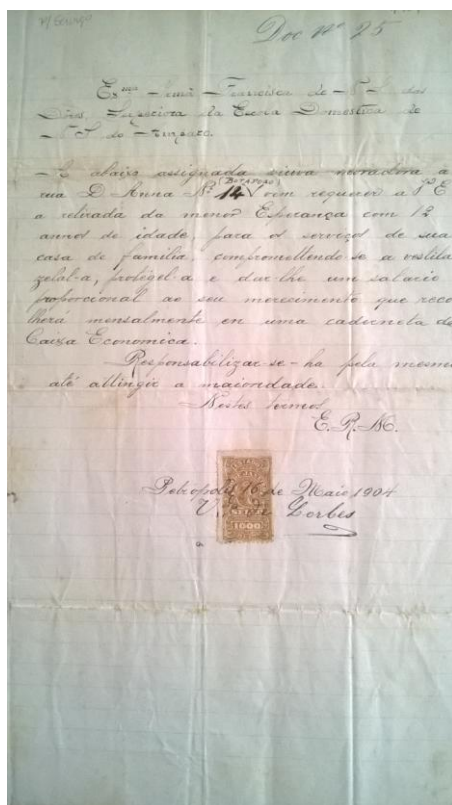


Imagem 3. Solicitação de retirada de Georgete.

Rita

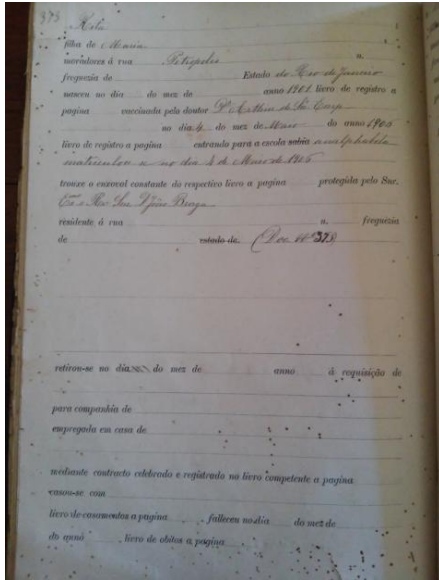


Imagem 1. Carta de condição social e atestado de vacina.

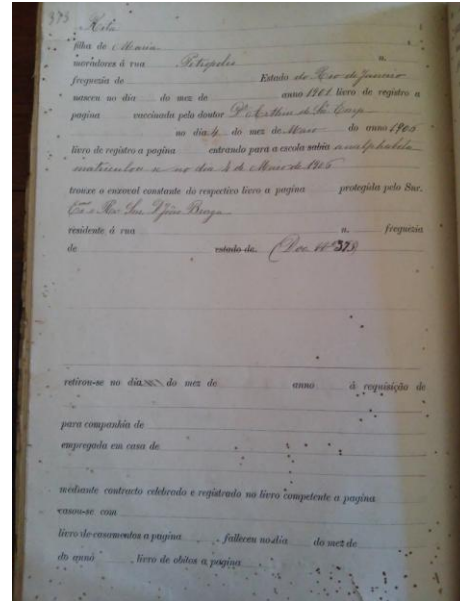


Imagem 2. Matrícula de Rita.

Luiza

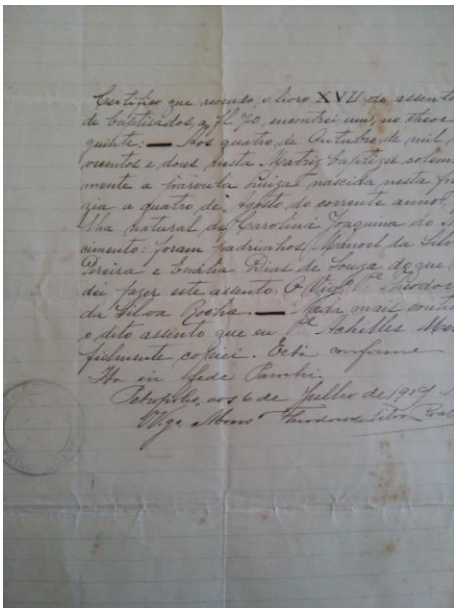


Imagem 1. Atestado de batismo.

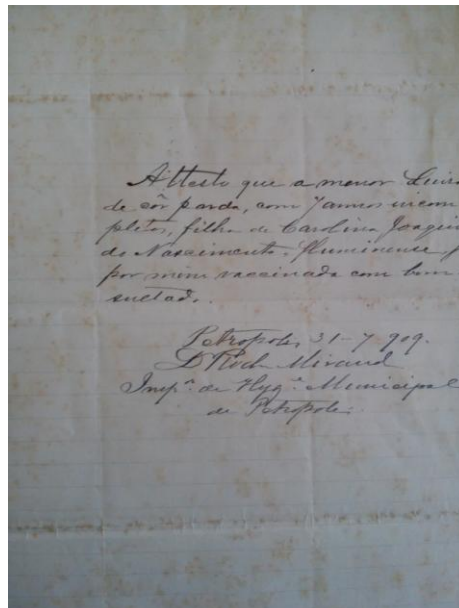


Imagem 2. Atestado de vacina.

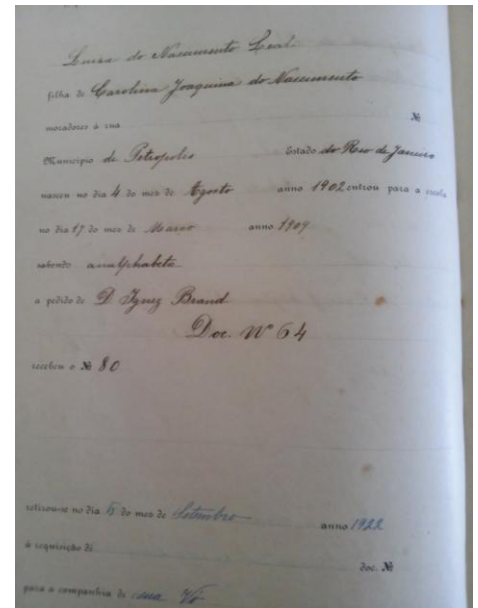


Imagem 3. Matrícula de Luiza.

Maria Aparecida

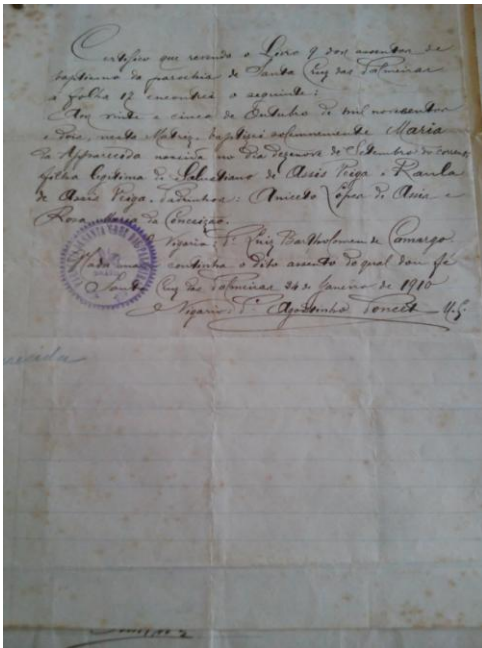


Imagem 1. Atestado de batismo.

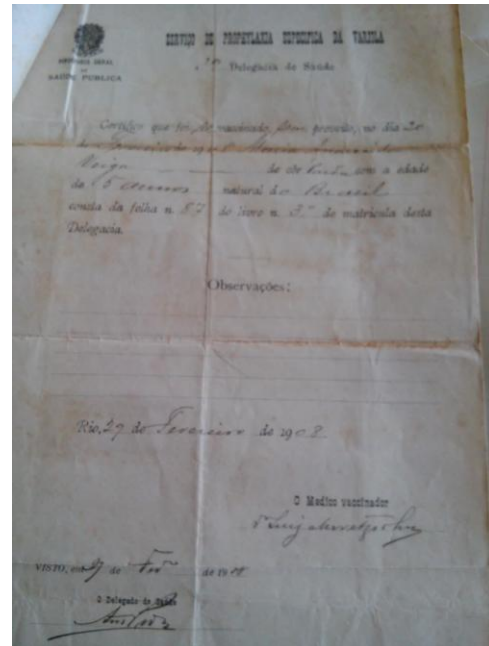


Imagem 2. Atestado de vacina.

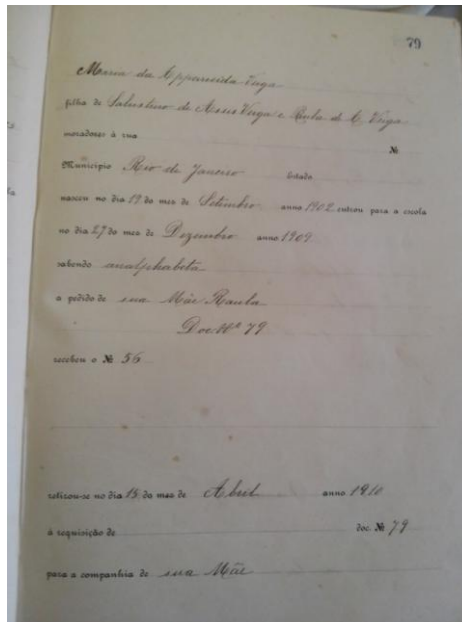


Imagem 3. Matrícula de Maria Aparecida.

Anexo 4: Capas dos relatórios

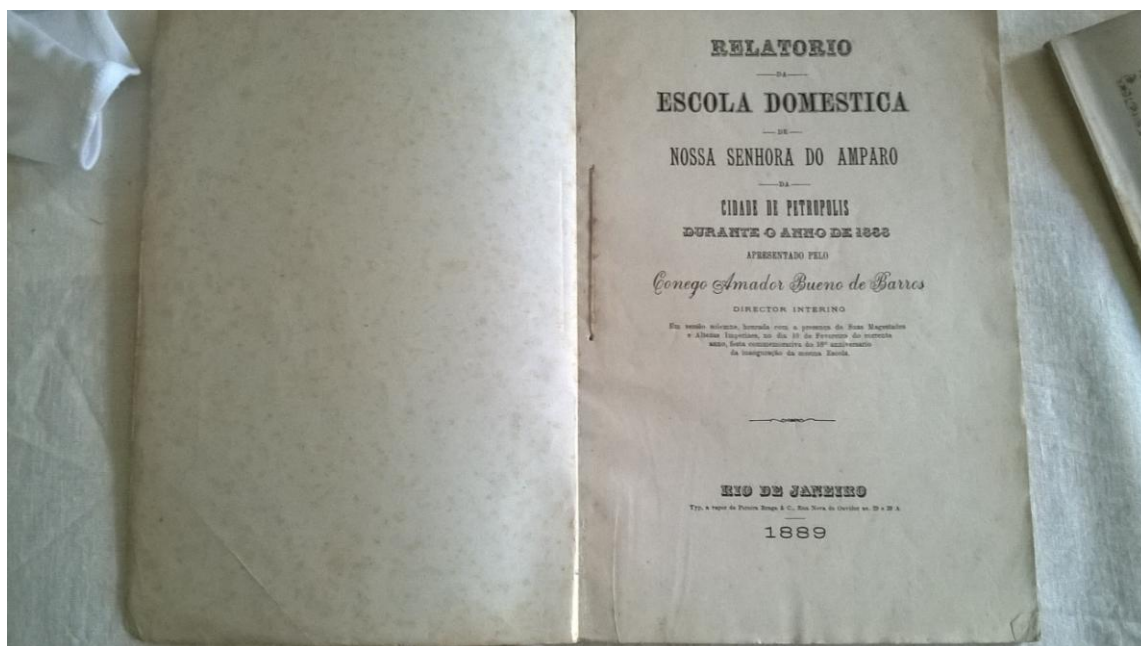


Imagem 1. Relatório de 1889.

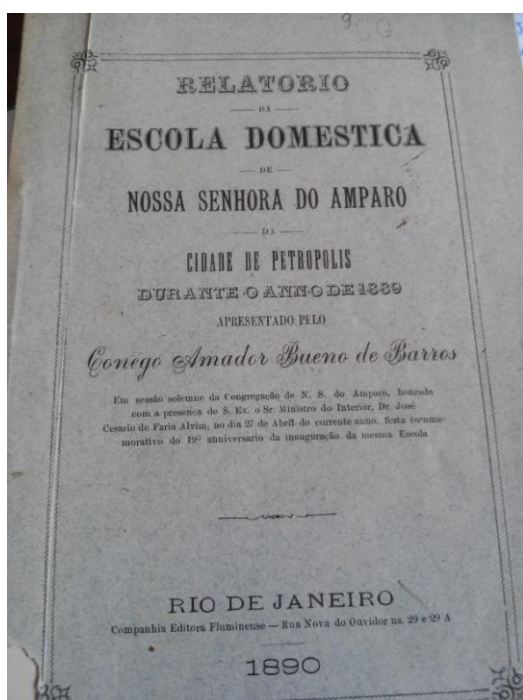


Imagem 2. Relatório de 1890.

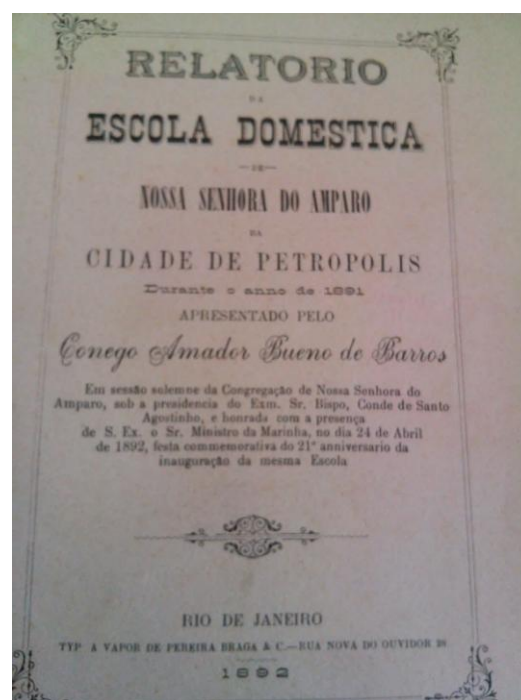


Imagem 3. Relatório de 1892.

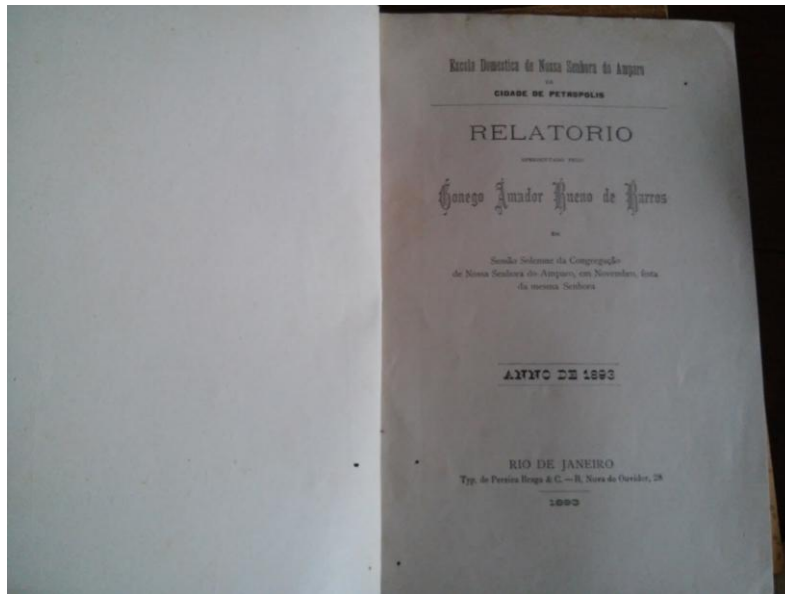


Imagem 4. Relatório de 1883.



Imagem 5. Relatório da Colégio Dona Carolina Tamandaré.

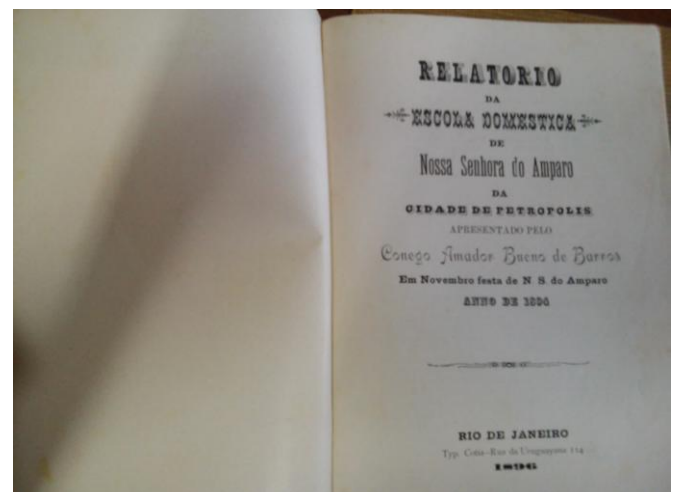


Imagem 6. Relatório de 1886.

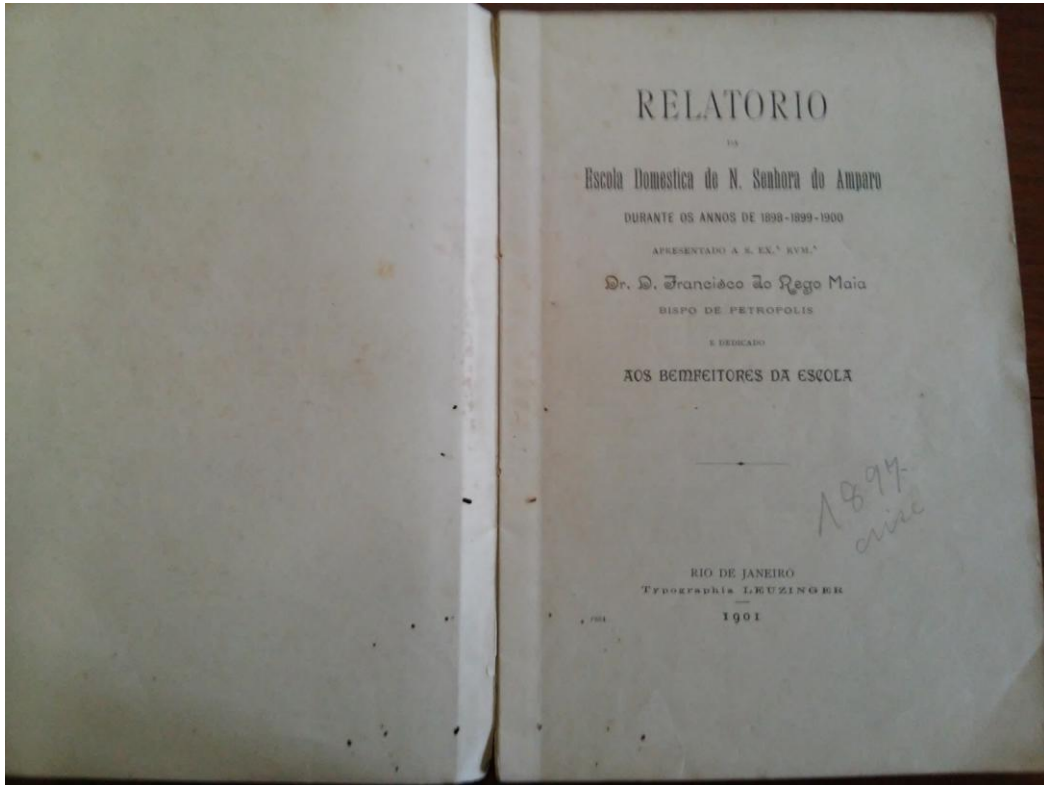


Imagem 7. Relatório 1901.

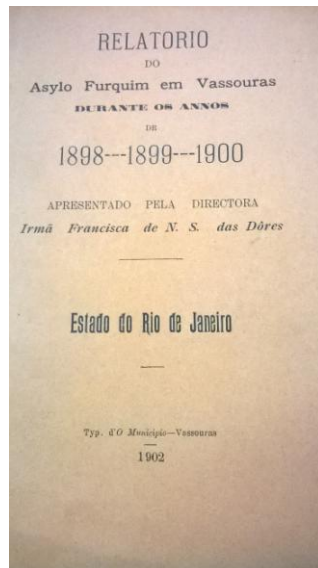


Imagem 8. Relatório de 1902.